



**IDEFLOR-Bio**

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará

DIRETORIA DE GESTÃO DA BIODIVERSIDADE  
GERÊNCIA DE SOCIOBIODIVERSIDADE

# DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E DA SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

visando a

## Criação de Unidade de Conservação da Natureza Municipal em Concórdia do Pará

PARQUE AMBIENTAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ



2025



**Governo do Estado do Pará**  
**Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará**  
Diretoria de Gestão de Biodiversidade

**Helder Zahluth Barbalho**  
Governador do Estado do Pará

**Hana Ghassan Tuma**  
Vice-Governadora

**Nilson Pinto**  
Presidente do IDEFLOR-Bio

**Crisomar Lobato**  
Diretor de Gestão da Biodiversidade

**Lena Ribeiro Pinto**  
Assessora de Gestão

**Thiago Valente Novaes**  
Assessor Técnico

**PREFEITURA DE CONCÓRDIA DO PARÁ**  
**Secretaria Municipal de Meio Ambiente**

**Elisângela Paiva Celestino**  
Prefeita de Concórdia do Pará

**Bruno Pastana Feio**  
Vice-Prefeito

**Magnaldo Meneses de Andrade**  
Secretário Municipal de Meio Ambiente

**Francisco Roberto Lima da Silva**  
Diretor Administrativo

**Leanderson Paz de Abreu**  
Coordenador de Pesquisa e Unidade de Conservação

**Coordenação**

Crisomar Lobato

Diretor de Gestão da Biodiversidade – DGBio/IDEFLOR-Bio

**Elaboração**

Jocilete de Almeida R. de Freitas

Socióloga/Ma. em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia/

Técnica em Gestão Pública/Gerente de Sociobiodiversidade – GSBio/DGBio/IDEFLOR-Bio

Alberty Ivy Lima Pereira

Sociólogo/Analista de Políticas Públicas – GSBio/DGBio/IDEFLOR-Bio

**Equipe Auxiliar**

Bruno Martinez – Engº Agrônomo/Téc. em Gestão Ambiental/GSBio/DGBio/ IDEFLOR-Bio

Elaboração de Mapas

Sindomar Cardoso – Designer/Assistente Administrativo/DGBio/IDEFLOR-Bio

Arte Gráfica

Andréia Cristina P. Nogueira - Bióloga/Técnica em Gestão Ambiental/GSBio/DGBio/IDEFLOR-Bio

Pesquisa Documental

Feliph Andrade Gomes/Discente de Eng. Ambiental e Sanitária/GSBio/DGBio/IDEFLOR-Bio

Pesquisa Documental

**Equipe Auxiliar de Levantamento Institucional**

Francisco Roberto Lima da Silva

Técnico em Meio Ambiente/Diretor Administrativo - SEMMAC

Eina Leite da Silva

Técnica em Meio Ambiente/Coordenadora de Educação Ambiental - SEMMAC

## **Equipe Auxiliar de Pesquisa de Campo**

Merian Nascimento de Abreu

Geógrafa/Ma. em Cidades, Territórios e Identidades - SEMED/PMCP

Eliana de Matos Paes

Assistente Social/Especialista em Sistema Único de Assistência Social – SUAS – Técnica em Serviço Social – SEMAS/PMCP

Marizete Matos do Carmo

Socióloga/ Mestranda em Cidades, Territórios e Identidades - SEMED/PMCP

Edmilson Assis do Espírito Santo

Sociólogo/Especialista em Elaboração, Avaliação e Acompanhamento de Projetos Sociais e Ciências Humanas e Sociais Aplicada/Coordenação de Ciências Humanas – SEMED/  
Professor de Sociologia e Educação Ambiental - SEDUC

Caio Satofri T Pereira

Arquiteto/Urbanista/SEPLAN/PMCP

Eliete A. de Oliveira

Estagiária IECAM

Priscila Lidiane dos Santos

SEMMAC/PMCP

Francisco D. P. de Abreu

Estagiário Voluntário

Antônia Marliane dos Santos Souza

Estagiária IECAM

## LISTA DE FIGURAS

|   |     |
|---|-----|
| Figura 1: Reunião entre SEMMAC e IDEFLOR-Bio e Levantamento Exploratório em área destinada para criação de UC municipal. ....   | 14  |
| Figura 2: Participação do IDEFLOR-Bio em evento no município de Concórdia do Pará. ....   | 15  |
| Figura 3: 1. Reunião entre IDEFLOR-Bio e SEMMAC. 2. Levantamento de informações do meio físico. 3. Levantamento de avifauna. 4. Levantamento de Ictiofauna. 5. Levantamento de Informações de flora. 6. Equipe de campo, IDEFLOR-Bio e SEMMAC. .... | 16  |
| Figura 4: 1. Diagnóstico do meio físico. 2. Diagnóstico biológico.....  | 17  |
| Figura 5: Participação do IDEFLOR-Bio na 6ª Conferência de Meio Ambiente.....   | 21  |
| Figura 6: Reunião entre SEMMAC e DGBio/IDEFLOR-Bio. ....  | 22  |
| Figura 7: Reunião e levantamento de informações socioeconômicas. ....   | 23  |
| Figura 8: Mapa da Região de Integração Rio Capim. ....  | 24  |
| Figura 9: Mapa de Localização do município de Concórdia do Pará.....  | 30  |
| Figura 10: Organograma da SEMMAC conforme Lei Municipal nº 179/2001. ....   | 38  |
| Figura 11: Organograma da SEMMAC conforme Lei Complementar nº 744/2015. ....  | 39  |
| Figura 12: Organograma da SEMMAC atual.....   | 40  |
| Figura 13: Equipamentos de Diagnóstico e Infraestrutura hospitalar. ....  | 52  |
| Figura 14: Quadro de Profissionais de Saúde.....  | 53  |
| Figura 15: Mapa de Localização da Área Proposta para criação de UC municipal. ....  | 88  |
| Figura 16: Mapa de Acesso ao município de Concórdia do Pará.....  | 88  |
| Figura 17: Mapa do bairro Jambeiro e área da UC. ....   | 90  |
| Figura 18: Mapa de Localização do Lixão do município de Concórdia do Pará. ....   | 112 |
| Figura 19: Registro fotográfico de algumas instituições que compõem o Levantamento Institucional localizadas na sede do município de Concórdia do Pará. ....  | 115 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|   |     |
|---|-----|
| Gráfico 1: Densidade Populacional dos municípios da Região de Integração Rio Capim. ....  | 26  |
| Gráfico 2: Taxa de urbanização dos municípios da Região de Integração Rio Capim. ....     | 27  |
| Gráfico 3: Total de áreas urbanizadas nos municípios selecionados (km²). ....             | 27  |
| Gráfico 4: População de Concórdia do Pará por gênero. ....                                | 31  |
| Gráfico 5: População do município de Concórdia do Pará por cor. ....                      | 31  |
| Gráfico 6: Faixa Etária da População de Concórdia do Pará por gênero. ....                | 32  |
| Gráfico 7: Estabelecimentos de Ensino em Concórdia do Pará. ....                          | 47  |
| Gráfico 8: Matrículas nas áreas urbana e rural. ....                                      | 48  |
| Gráfico 9: Comparação de faixa etária da população do Pará e Concórdia. ....              | 48  |
| Gráfico 10: Matriculados em creche, pré-escolar, fundamental e médio. ....                | 49  |
| Gráfico 11: Nota do IDEB de quatro municípios do estado do Pará. ....                     | 50  |
| Gráfico 12: Valor Bruto da Agropecuária nos municípios selecionados. ....                 | 55  |
| Gráfico 13: Valor Adicionado Bruto da Indústria em Concórdia. ....                        | 71  |
| Gráfico 14: Desempenho Relativo dos municípios da RI Rio Capim. ....                      | 73  |
| Gráfico 15: Evolução do Valor dos Serviços Públicos. ....                                 | 75  |
| Gráfico 16: Desempenho dos municípios da RI Rio Capim nos Serviços Públicos. ....         | 76  |
| Gráfico 17: Impostos sobre Produtos. ....   | 77  |
| Gráfico 18: Receitas e Despesas Correntes e Receitas e Despesas de Capital. ....          | 78  |
| Gráfico 19: Balanço Geral e Resultado dos anos de 2019 a 2023. ....                       | 78  |
| Gráfico 20: Nível de Investimento do município. ....                                      | 80  |
| Gráfico 21: Empregos Formais por Setor da Economia. ....                                  | 81  |
| Gráfico 22: Vínculos Empregatícios por Escolaridade. ....                                 | 83  |
| Gráfico 23: PIB a Preços Correntes. ....  | 84  |
| Gráfico 24: Famílias inscritas no CadÚnico. ....  | 85  |
| Gráfico 25: Valores concedidos pelo Programa Auxílio Brasil e Bolsa Família. ....         | 85  |
| Gráfico 26: Benefícios emitidos no mês de dezembro de 2023. ....                          | 86  |
| Gráfico 27: População por gênero e faixa etária dos moradores do bairro Jambeiro. ....    | 91  |
| Gráfico 28: Estado Civil e Religião dos moradores do bairro Jambeiro. ....                | 92  |
| Gráfico 29: Origem dos moradores. ....  | 93  |
| Gráfico 30: Tempo de Residência e Relações Sociais de Vizinhaça. ....                     | 94  |
| Gráfico 31: Escolaridade dos moradores do bairro Jambeiro. ....                           | 95  |
| Gráfico 32: Educação Ambiental nas Escolas. ....  | 96  |
| Gráfico 33: Ocorrência de doenças na família e local de atendimentos. ....                | 97  |
| Gráfico 34: Tipo de alimentação consumida. ....   | 98  |
| Gráfico 35: Participação Institucional e tipo de Instituição. ....                        | 99  |
| Gráfico 36: Moradores que foram assaltados ou que presenciaram assalto no bairro. ....    | 100 |
| Gráfico 37: Número de vezes que presenciaram assalto e tipos de violência no bairro. .... | 101 |
| Gráfico 38: Principais problemas apontados no bairro Jambeiro. ....                       | 102 |
| Gráfico 39: Atividades que compõem a renda dos moradores do bairro Jambeiro. ....         | 103 |
| Gráfico 40: Renda Mensal Familiar e Acesso ao Crédito. ....                               | 103 |
| Gráfico 41: Aposentadoria, Pensão e Programa Social de Transferências de Renda. ....      | 104 |
| Gráfico 42: Fonte de Energia para as residências e para a produção de alimentos. ....     | 105 |

|   |     |
|---|-----|
| Gráfico 43: Conexão à Internet e Fontes de Informações. ....  | 105 |
| Gráfico 44: Conhecimento e Utilização da Área. ....   | 106 |
| Gráfico 45: Propostas de Melhoria para a Área da UC. ....   | 107 |
| Gráfico 46: Dados de rede de esgoto, abastecimento de água, banheiro exclusivo e coleta de lixo. .... | 108 |
| Gráfico 47: Abastecimento de água no bairro Jambeiro. ....  | 109 |
| Gráfico 48: Características e Tipo de Tratamento da água. ....  | 109 |
| Gráfico 49: Tipos de fossas utilizadas. ....  | 110 |
| Gráfico 50: Destino do lixo dos moradores do bairro Jambeiro. ....                                    | 111 |
| Gráfico 51: Uso e situação dos imóveis no bairro Jambeiro. ....                                       | 113 |
| Gráfico 52: Número de residentes que possuem documentação do imóvel e tipo de construção. ....        | 113 |



## LISTA DE QUADROS

|   |     |
|---|-----|
| Quadro 1: Área, população, densidade demográfica, PIB, IDHM e IDEB dos municípios da Região de Integração Rio Capim.....                                | 25  |
| Quadro 2: Calendário de eventos do município de Concórdia do Pará.....  | 33  |
| Quadro 3: Territórios de Quilombolas no município de Concórdia do Pará. ....  | 37  |
| Quadro 4: Projetos desenvolvidos pela Secretaria de Meio Ambiente.....  | 41  |
| Quadro 5: Variáveis e peso para cálculo de metodologia do ICMS Verde.....   | 43  |
| Quadro 6: Percentual, ano base, ano de cálculo e ano de repasse do ICMS Verde. ....   | 43  |
| Quadro 7: Fatores, Variáveis e Pesos e Índices referente repasse do ICM Verde aos municípios, referente aos anos de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021. .... | 43  |
| Quadro 8: Índices referente repasse do ICMS Verde aos municípios. ....  | 44  |
| Quadro 9: Quarta metodologia de cálculos para repasse do ICMS Verde. ....   | 45  |
| Quadro 10: Valores do ICMS Verde repassados por ano ao município de Concórdia do Pará.....  | 45  |
| Quadro 11: Repasse de recursos do Fundeb. ....  | 79  |
| Quadro 12: Informações Gerais sobre as edificações do bairro Jambeiro. ....   | 89  |
| Quadro 13: Registro de algumas instituições que compõem o levantamento localizadas na sede do município de Concórdia do Pará. ....                      | 114 |
| Quadro 14: Diferença entre Parque Municipal Ambiental e Bosque Municipal.....   | 123 |

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ACS – Agente Comunitário de Saúde  
ALAP – Área de Limitação Provisória  
APA - Área de Proteção Ambiental  
APP - Área de Preservação Permanente  
ARL - Área de Reserva Legal  
BPC – Benefício de Prestação Continuada  
CAd Único – Cadastro Único  
CAR – Cadastro Ambiental Rural  
DGBio - Diretoria de Gestão da Biodiversidade  
DOE - Diário Oficial do Estado  
EJA – Educação de Jovens e Adultos  
FAPESPA - Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDEB – Índice de /desenvolvimento da Educação Básica  
IDEFLOR-Bio - Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará  
IECAM - Instituto Educacional Científico da Amazônia  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
ITR - Imposto Territorial Rural  
LDB – Lei de Diretrizes de Base  
MPE - Ministério Público Estadual  
MPF - Ministério Público Federal  
MVI – Mortes por Violência Intencional  
OMS – Organização Mundial da Saúde  
PAE – Projeto Agroextrativista  
PEUC - Política Estadual de Unidades de Conservação da Natureza  
PMCP - Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará  
PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
REVIS - Refúgio de Vida Silvestre  
RI – Região de Integração  
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação  
SEMAS - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade  
SEMMAC - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Concórdia do Pará  
SEUC - Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza  
SIGEF - Sistema de Gestão Fundiária  
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza  
SUS – Sistema Único de Saúde  
UC - Unidades de Conservação  
UPA - Unidade de Pronto Atendimento

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| 1 INTRODUÇÃO.....  | 11  |
| 2 TRATATIVAS E EXPEDIÇÕES .....  | 13  |
| 3 REGIÃO DE INTEGRAÇÃO RIO CAPIM: TERRITÓRIO, DEMOGRAFIA, POPULAÇÃO E URBANIZAÇÃO.....   | 24  |
| 4 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA DO PARÁ E ÁREA DE ESTUDO .....  | 29  |
| 4.1 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA DO PARÁ .....   | 29  |
| 4.1.1 Localização, Limites e Acesso.....   | 29  |
| 4.1.2 Aspectos Populacionais e Demográficos .....  | 30  |
| 4.1.3 Aspectos da População por gênero .....   | 30  |
| 4.1.4 Aspectos da População por Cor .....  | 31  |
| 4.1.5 Faixa Etária da População .....  | 32  |
| 4.1.6 Manifestações Culturais .....  | 32  |
| 4.1.7 Aspectos Ambientais .....  | 34  |
| 4.1.8 Educação.....  | 46  |
| 4.1.9 Saúde .....  | 51  |
| 4.1.10 Economia .....  | 54  |
| 4.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....  | 88  |
| 4.2.1 Acesso, localização, confrontações e área .....  | 88  |
| 4.2.2 Caracterização da População do Entorno: Bairro Jambeiro .....  | 89  |
| 4.2.3 Características da População: Gênero, Faixa Etária, Estado Civil e Religião.....   | 91  |
| 4.2.4 Padrão de Ocupação: Origem dos Moradores, Tempo de Residência no bairro, Pretensão de mudança e relações sociais de vizinhança ..... | 93  |
| 4.2.5 Aspectos Sociais: Educação, Saúde, Segurança Alimentar, Organização Social, Violência, Programas Sociais e Problemas citados .....   | 94  |
| 4.2.6 Aspectos Econômicos: Atividades Econômicas, Renda Familiar, Acesso ao Crédito e outras fontes.....                                   | 102 |
| 4.2.7 Infraestrutura: Energia, Comunicação, Utilização da Área e Propostas de Melhorias..  | 104 |
| 4.2.8 Saneamento Básico: Abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos. ....                  | 107 |
| 4.3 LEVANTAMENTO INSTITUCIONAL.....  | 114 |
| 5 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DA ÁREA.....  | 121 |
| 6 CONCLUSÕES .....   | 126 |
| 7 RECOMENDAÇÕES.....   | 126 |
| REFERÊNCIAS .....  | 129 |



## 1 INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Lei Federal nº 9.985, de 18/07/2000) e a Política Estadual de Unidades de Conservação da Natureza e o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza PEUC/SEUC (Lei 10.306, de 22/12/2023) versam que toda criação de Unidade de Conservação da Natureza seja subsidiada por estudos técnicos e realização de Consulta Pública.

E o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará - IDEFLOR-Bio, criado na Lei nº 8.096, de 01/01/2015, autarquia de direito público, com autonomia técnica, administrativa e financeira, que entre suas funções básicas se destaca por “executar a política estadual de unidades de conservação do Estado relativas à sua proposição, **criação** (grifo nosso), implementação e gestão...” em seu Guia de Criação de UC Municipal prever, ainda, o reconhecimento da área, estudos dos aspectos do meio físico, biológicos, socioeconômico, situação fundiária e a elaboração do Instrumento Legal.

No intuito de aumentar o sistema de Unidades de Conservação da Natureza municipais, o IDEFLOR-Bio no âmbito da Diretoria de Gestão da Biodiversidade – DGBio que tem as finalidades de planejar, coordenar, supervisionar e promover a execução de planos, programas e projetos relativos à preservação, proteção e conservação da biodiversidade, apoiando a realização de pesquisas nessas áreas, criou o Projeto Apoio à Criação e Reavaliação de UC Municipais nos municípios paraenses.

Tomando conhecimento desse projeto e objetivando criar Unidade de Conservação Municipal em seu território, a Prefeitura de Concórdia do Pará por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMAC apresentou ao IDEFLOR-Bio a área de interesse ecológico e solicitou apoio técnico para criação de 01 (uma) UC em seu município.

Seguindo os procedimentos legais e técnicos, este Diagnóstico Socioeconômico e da Situação Fundiária, em conjunto com os Diagnósticos do Meio Físico e Biológico subsidiarão, inicialmente, a Consulta Pública que ocorrerá em junho de 2025, a elaboração do Instrumento Legal e como produto a criação legal da primeira Unidade de Conservação Municipal no município de Concórdia e a quarta na Região de Integração Rio Capim, contribuindo para a conservação e preservação da biodiversidade e em específico para preservação e conservação das nascentes do interior e do entorno da área, corpos hídricos e igarapés, assim como proteger espécies de fauna e flora sensíveis e ameaçadas de extinção, contribuir para o microclima da cidade e sensibilizar a população do entorno e visitantes das ameaças antrópicas.

Para fins didáticos, este diagnóstico se divide em seis partes: 1. Tratativas e Expedições, onde explicita as etapas; 2. Região de Integração Rio Capim, mostrando o perfil dos dezesseis municípios que compõem essa relevante região; 3. Características do Município de Concórdia do Pará e da Área de Estudo, com ênfase para o bairro Jambeiro, que se localiza no entorno da área; 4. Levantamento Institucional; 5. Conclusões; e 6. Recomendações.

## **2 TRATATIVAS E EXPEDIÇÕES**

No ano de 2018 a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Concórdia do Pará (SEMMAC) protocolou, no Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio), o Ofício nº 86/2018 SEMMACP de 13 de junho de 2018 sob o nº de Processo 2018/265555, com anexo de georreferenciamento e carta imagem da área, cujo secretário da pasta, da época, sr. Enoc Conceição Galo, solicitou apoio técnico para auxiliar os técnicos municipais na criação do Parque Natural Municipal, o qual caracteriza como área de relevante interesse ecológico medindo 88.938.922 metros quadrados, localizada em área urbana do município de Concórdia do Pará, Região de Integração Rio Capim, mais especificamente na Gleba Bujaru, bairro Jambeiro, na PA 252, encontrando-se em seu interior 02 (duas) nascentes formando um curso que deságua no rio Onça e espécies arbóreas de massaranduba, andirobeira, sucupira, acapú, cumarú, piquiarana, seringueira, ucuuba, virola, ananizeiro, taniboca tinteira, maparajuba, urucurana, morototo, guajará, maturi, timborana, pau de remo, faveira, paricá, maturi preto, marupá, tata piriri e outra.

No ano de 2023 a SEMMAC, por meio do Ofício nº 63/2023 de 02 de março de 2023, sob o nº de protocolo 2023/255100 de 06/03/2023, o então Secretário Municipal de Meio Ambiente, sr. Marcos Antonio Lima do Amaral, reitera a solicitação de apoio ao IDEFLOR-Bio para a criação do que ele denomina de Ecoparque Municipal, fornecendo as mesmas informações da solicitação anterior e anexando a planta georreferenciada e carta imagem da área.

Visando atender a referida solicitação, ocorreram reunião entre o IDEFLOR-Bio e a SEMMAC e levantamento, a nível exploratório da área, no município de Concórdia do Pará no período de 31/07 a 04/08/2023 pelo engenheiro Florestal Crisomar Lobato e o Engenheiro Agrônomo Bruno Martinez, conforme Portaria nº 517 de 28 de julho de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) sob o nº 35.493 de 02/08/2023.

O levantamento exploratório da área previamente selecionada gerou o parecer de Lobato e Martinez, 2023, 12p, que identificou solo de Latossolo, Vegetação herbácea e arbórea, igarapé da onça e uso recreativo de crianças no referido igarapé. O parecer, também, destacou que a área denominada de Mapema possuía grande importância ambiental e cultural para o município de Concórdia do Pará e que sua proteção seria imprescindível para a conservação de espécies da fauna, flora, nascentes e curso d'água, enfatizando que a referida área seria uma das poucas áreas com remanescente de vegetação e curso d'água, simultaneamente, no município.

Figura 1: Reunião entre SEMMAC e IDEFLOR-Bio e Levantamento Exploratório em área destinada para criação de UC municipal.



Fonte: DGBio/IDEFLOR-Bio, 2023.

O parecer cita, ainda, que a transformação da área em Unidade de Conservação seria a alternativa mais indicada para o gerenciamento do manejo dos recursos naturais, conciliados às atividades, tradicionalmente, praticadas pela população local como o turismo ecológico, pois compatibiliza a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais, conforme determina o § 2º do art. 7º da Lei 9.985 - SNUC.

E sugeriu que fossem seguidos os seguintes procedimentos: elaboração do decreto, declarando limitação administrativa provisória, a fim de garantir as condições de manutenção da área até o término do processo de criação da UC; ação urgente de fiscalização periódica na área, restringindo as atividades que possam causar degradações ambientais até o ato de criação da unidade de conservação proposta; transferência do domínio da área denominada de MAPEMA, no tamanho de 88.938.922 metros quadrados do atual proprietário para o município de Concórdia do Pará; Estudos técnicos dos aspectos do meio físico, biológico, socioeconômico e fundiário; levantamento institucional; consulta pública; elaboração do



memorial descritivo; exposição de motivos; elaboração da ficha técnica; elaboração da Minuta de Decreto ou Projeto de Lei; Homologação e Publicação do Decreto ou da Lei de criação.

Ratificando os esforços na parceria, a Secretaria de Meio Ambiente de Concórdia (SEMMAC), por meio do Ofício nº 034/2024 de 05 de março de 2024 convidou o IDEFLOR-Bio/DGBio para participar do evento de lançamento do plantio da árvore de número 20.000 do Projeto Concórdia + Verde e Sustentável e do lançamento do Portal de Entrada do Parque Ambiental de Concórdia do Pará. E atendendo ao convite, o servidor Bruno Martinez, Técnico em Gestão Ambiental, representou o Instituto no período de 12 a 14/03/2024, apresentando no âmbito do Projeto Apoio à Criação de UC Municipais, o passo a passo para o processo de criação da Unidade de Conservação municipal, conforme Portaria nº 157 de 14 de março de 2024, publicada no DOE nº 35.748, de 18/03/2024.

Figura 2: Participação do IDEFLOR-Bio em evento no município de Concórdia do Pará.



Fonte: IDEFLOR-Bio/DGBio, 2024.



Após o reconhecimento exploratório da área, técnicos da DGBio/IDEFLOR-Bio, constituídos de Engenheiro Agrônomo, Biólogos e Engenheira Florestal estiveram no município de Concórdia do Pará, no período de 14 a 18 de outubro de 2024, conforme Portaria nº 855 de 03 de outubro de 2024, publicada no DOE 35.992 de 09/10/2024, onde realizaram reunião de trabalho com a Secretária de Meio Ambiente, interina, na época, Merian Nascimento de Abreu e técnicos da SEMMAC e coletaram informações, em conjunto com a equipe da SEMMAC, dos aspectos do meio físico, fauna e flora.

Figura 3: 1. Reunião entre IDEFLOR-Bio e SEMMAC. 2. Levantamento de informações do meio físico. 3. Levantamento de avifauna. 4. Levantamento de Ictiofauna. 5. Levantamento de Informações de flora. 6. Equipe de campo, IDEFLOR-Bio e SEMMAC.



Fonte: DGBio/IDEFLOR-Bio, 2024.

A partir do levantamento de informações dos aspectos do meio físico e do meio biológico, foram gerados dois diagnósticos. O diagnóstico dos aspectos do meio físico elaborado por MARTINEZ, 2025 e o diagnóstico biológico, elaborado por ANJOS, SANTOS e OLIVEIRA, 2025 que abordou a flora e a fauna, onde a fauna enfatizou a avifauna e a ictiofauna.

Figura 4: 1. Diagnóstico do meio físico. 2. Diagnóstico biológico.



Fonte: Pesquisa de campo, 2024. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

O diagnóstico do meio físico pesquisou sobre os tipos de solos, a topografia, o clima, a geologia, a geomorfologia e a hidrografia do município de Concórdia do Pará e da área de interesse para a criação da Unidade de Conservação.

O diagnóstico biológico se dividiu nos estudos de flora, avifauna e ictiofauna, especificamente, da área em que se pretende criar a UC.

O estudo de flora utilizou, como metodologia, o inventário florestal com objetivo de identificar e catalogar a biodiversidade de espécies no grupo taxonômico das Angiospermas (arbóreas), o que segundo Santos, 2025 são plantas que se apresentam em maior diversidade de espécies e concentram o maior número de indivíduos fotossintetizantes, dentre os seres vivos. Santos, 2025, também, caracterizou a área como de vegetação secundária, ou seja, vegetação em processo de regeneração.



O estudo de flora apresentou os tipos de vegetação, suas definições e o resumo da distribuição do número de indivíduos e espécies por família botânica e recomendou que análises mais detalhadas sejam realizadas. Segundo Santos, 2025, 05 (cinco) famílias botânicas apresentaram a maior diversidade de espécies, sendo elas: Fabaceae (14 – 19,72%), Lecythidaceae (7 – 9,86%), Anacardiaceae e Arecaceae (5 espécie cada – 14,08% valor total das espécies), Urticaceae (4 – 15,63%) e Annonaceae, Leguminosae e Moraceae (3 espécies cada – 12,69% valor total das espécies), onde 299 espécies foram encontradas, das quais destacam-se 15 indivíduos de *Dinizia excelsa* Ducke, conhecido pelo nome comum de “angelim-vermelho”, da família Fabaceae, importante espécie identificada na Região de Integração do Baixo Amazonas, município de Almeirim, medindo até 88,5m de altura e a espécie *Vouacapoua americana* Aubl., conhecido popularmente por “acapu”, a qual consta na Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção, conforme Portaria MMA Nº 148, de 7 de junho de 2022, na categoria em perigo (EN). Por fim, o estudo sugere que há uma significativa riqueza de espécies presentes na área, mostrando, também, a existência de uma boa uniformidade das espécies, sem dominância excessiva de poucas espécies, o que é característico de ecossistemas saudáveis e estáveis.

O estudo de fauna centrou-se na identificação da avifauna e utilizou, como metodologia, o ponto fixo e o transecto, por meio de visita de campo em períodos matutino e vespertino, com observações, registros fotográficos, registro de campo, coleta de informações com técnicos da SEMMAC e consultas à bibliografia especializada, o que gerou uma lista de espécies de aves identificadas. Como o trabalho de campo se deu em período curto e no período do verão amazônico, é recomendável aprofundar os estudos em períodos mais longos e no período do inverno amazônico.

Segundo o diagnóstico biológico (ANJOS, SANTOS e OLIVEIRA, 2025), o estudo de avifauna não identificou nenhuma espécie incluída nas listas de espécies ameaçadas de extinção, seja na classificação Estadual (COEMA – 2007), Nacional (MMA, 2018) ou Internacional (BirdLife International - IUCN 2019). Mas gerou a tabela de identificação de espécies de aves, distribuídas em 9 ordens, 14 famílias e 21 espécies, com predominância de espécies da família Tyrannidae, Thraupidae e Cathartidae, com espécies mais encontradas pertencentes à ordem Passeriformes, com mais diversificações de aves, encontrados em diversos ambientes e muitas com grande capacidade de adaptação em ambientes urbanos, o que é o caso da área proposta para criação da UC. Além disso, o estudo identificou na área locais com descarte irregular de lixo, prática que pode favorecer o surgimento de vetores de

doenças, representando riscos à saúde da população local, o que recomenda a implementação de ações de educação ambiental junto à comunidade do entorno e visitantes, passando a conscientizar os moradores sobre os impactos negativos dessa prática. OLIVEIRA, 2025, que pesquisou sobre a avifauna, também enfatiza que, “embora a área tenha sofrido impactos significativos no passado, como a retirada seletiva de espécies florestais, atualmente, se encontra em processo de regeneração e esse ambiente oferece alimentação, reprodução e abrigo de espécies da avifauna, destacando a relevância de sua conservação da biodiversidade de aves da região”.

O estudo de Ictiofauna apresentou a potencialidade e a diversidade de peixes existentes nos igarapés, descrito por Vannote, 1980 e Zuanon et al. 2015 op.cit. Anjos, 2025, p. 45 como

peixes, de pequeno porte cujas principais características são definidas de acordo com cada curso d'água, respeitando o contínuo fluvial, onde, os peixes de igarapés constituem um importante elemento da fauna, mas por apresentar, em sua grande maioria, tamanhos reduzidos não sendo facilmente perceptível a um observador casual, permanecendo desconhecidos para a maioria das pessoas, até mesmo as de importância ornamental.

A metodologia de estudo se deu por pesca ativa com a utilização de peneira e rede de cerco de forma a abranger as diferentes áreas disponíveis no igarapé, por meio de dois coletores que exploraram a área pelo período de 1 a 2 horas, por ponto de amostragem. A amostragem se deu em oito pontos de coletas, escolhidos, segundo Anjos, 2025, conforme a disponibilidade de ambientes, heterogeneidade do local, com abrangência de pelo menos um trecho de todos os cursos d'água da área proposta.

No primeiro ponto de coleta, a descrição remete para um curso d'água utilizado por comunitários para banho, sendo considerado um igarapé de recreação, onde, nas duas margens foram observadas marcas de fogueira recente e resíduos domésticos, como sacolas plásticas, copos descartáveis e garrafas PET, que também estavam presentes, em menor quantidade, dentro do curso d'água. O ponto 2, de pequeno igarapé de nascente, possui mata ciliar preservada que se conecta ao primeiro curso d'água. O ponto 3, também descrito como pequeno igarapé, utilizado para recreação, com forte presença de marcas de fogueira e restos de embalagens de produtos alimentícios e lixo orgânico na margem direita, não conta com uma densa cobertura ciliar, mas a margem esquerda encontra-se bem preservada com presença de algumas árvores e troncos caídos, mas a descrição aponta, aparentemente, para o alargamento em um poção utilizado pela comunidade. O ponto 4, é descrito como Igarapé com fundo de argila, de coloração amarelada, com margens bem preservadas, apresentando

pouca erosão recente, com vegetação ciliar em toda extensão à montante, que segue à jusante, mas que, também, dentro do curso d'água foram encontrados copos plásticos descartáveis, indicando o uso do local. O ponto 5 é descrito como Igarapé de nascente, com fundo de argila, com forte erosão, considerado alterado por ação humana, ponto este próximo ao acesso a uma comunidade e que apresenta resquícios da antropização no local, representado pela alta quantidade de lixo e de estrutura de varal montada à margem direita, com sabão, toalha e isqueiro, o que remete para um local, aparentemente, muito utilizado para pernoites ou banho, resultando em uma água esbranquiçada e que, também, segundo Anjos, 2025, sofreu descaracterização com o alargamento das margens formando um poção, mas que se deu aproximadamente há 5 metros da nascente, que é preservada com água límpida e cristalina. O ponto 6, foi caracterizado como Igarapé com mata ciliar da margem direita bem preservada e margem esquerda com vegetação mais aberta e com histórico de presença de gado, detectado por observação de solo pisado, apresentando marcas de erosão, mas o seu curso d'água é íntegro à montante, apresentando boa profundidade, água fria, presença de macrófitas e vegetação rasteira nas margens, se conecta ao igarapé do ponto 1 e após passar nas proximidades da fazenda, deságua no lago artificial do centro da cidade. O ponto 7, descrito por Anjos, 2024, apresenta a presença de macrófitas aquáticas que formam uma densa camada de material vegetal alóctone que é depositada no fundo, juntando-se com galhos, troncos e folhas mortas para compor o substrato local, contendo água cristalina e não corrente. Por fim, o ponto 8 é descrito como Igarapé de água preta, coloração que pode ser atribuída à presença do tipo de solo, que se encontra no entorno da área proposta para a UC, com leito e as margens bem preservadas, principalmente a direita, que não tem limites delimitados pela plantação de dendê, ao contrário da esquerda. O fundo do igarapé, em algumas partes, é de areia, com presença de diferentes granulometrias, chegando a apresentar areia grossa e pequenas pedras arredondadas.

De acordo com o diagnóstico biológico (ANJOS, SANTOS e OLIVEIRA, 2025), os estudos de ictiofauna coletaram 360 indivíduos, distribuídos em quatro ordens e seis famílias. A ordem Characiformes, família Characidae, foi a mais representativa contribuindo com 250 e 139 indivíduos, respectivamente, seguida pela família Lebiasinidae com 68 indivíduos e foram registradas 18 espécies de peixes, mas, segundo Anjos, 2025, esse número pode aumentar, caso coletas sejam realizadas no período de águas altas, visto que, ter um levantamento próximo ao período sazonal, com o aumento do nível da água, tem o potencial de modificar a ictiofauna local, dando espaço para outros grupos de espécies. Sendo que o

peixe *Hyphessobrycon heterorhabdus* (Ulrey, 1894) (Characiformes: Characidae), conhecido popularmente como tetra-bandeira, foi a espécie mais abundante em todos os igarapés pesquisados.

E assim observamos nos estudos de ictiofauna a necessidade de garantir que os cursos d'água sejam preservados para manter a diversidade local e todas as redes de interação que ocorrem na interface água-floresta o que certamente com a criação da Unidade de Conservação Municipal a população do entorno e visitantes ganharão com os serviços ecossistêmicos da área, e que a futura unidade apresenta-se apta às visitas, práticas de educação ambiental, trilhas guiadas para o avistamento de animais e quem sabe, futuramente, atividades que poderão ser realizadas no curso d'água, gerando turismo de aventura, mas por enquanto é importante que os cursos d'água sejam preservados, protegidos e recuperados para a sua total regeneração.

Fazemos referência, também, ao convite da SEMMAC para o IDEFLOR-Bio por meio do Ofício nº 270 de 09 de dezembro de 2024, para a participação na 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente, ocorrida no período de 17 a 18 de dezembro de 2024, sob o tema “Emergências Climáticas, o desafio da transformação ecológica”, com os eixos temáticos I- mitigação; II- Adaptação e preparação para desastres; III- Justiça Climática; IV- Transformação Ecológica; V- Governança e Educação Ambiental e na oportunidade realizando palestra sobre o tema “A Criação de Unidades de Conservação e as Mudanças Climáticas”, que conforme a Portaria nº 1036 de 11 de dezembro de 2024, publicado no DOE 36.066 de 13/12/2024, cujos representantes do IDEFLOR-Bio foram os servidores Bruno José Ferreira da Silva Martinez, Técnico em Gestão Ambiental e Mônica Nazaré Rodrigues Furtado da Costa, Gerente de Biodiversidade (GBio), ambos lotados na Diretoria de Gestão da Biodiversidade (DGBio).

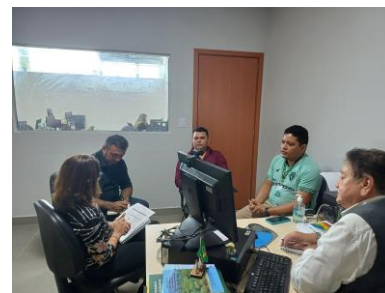
Figura 5: Participação do IDEFLOR-Bio na 6ª Conferência de Meio Ambiente.



Fonte: DGBio/IDEFLOR-Bio, 2024.

Com a mudança de prefeitos e vereadores na esfera municipal, nas eleições de outubro de 2024, o município de Concórdia do Pará também sofreu mudanças no poder executivo, na vereança e no secretariado. Com isso, o IDEFLOR-Bio, por meio da Diretoria de Gestão da Biodiversidade (DGBio), em 29 de janeiro de 2025, recebeu a visita do atual secretário de Meio Ambiente, sr. Magnaldo Meneses e do Assessor Leanderson Abreu. Ambos representando a prefeitura e a SEMMAC reuniram com o Diretor de Biodiversidade, Crisomar Lobato, a Gerente de Sociobiodiversidade, Jocilete Ribeiro de Freitas e com o Técnico em Gestão Ambiental Bruno Martinez, cuja pauta foi o nivelamento das informações sobre o apoio do IDEFLOR-Bio no processo de criação de Unidade de Conservação Municipal e a continuidade dos estudos, consulta pública e elaboração do Instrumento Legal que tornará a área proposta em Unidade de Conservação da Natureza Municipal.

Figura 6: Reunião entre SEMMAC e DGBio/IDEFLOR-Bio.



Fonte: DGBio/ IDEFLOR-Bio, 2025.

Encerrando a etapa dos estudos, para a criação da UC municipal em Concórdia do Pará, no período de 17 a 21 de fevereiro de 2025, a equipe do IDEFLOR-Bio/DGBio composta pela Gerente de Sociobiodiversidade, socióloga Jocilete Ribeiro de Freitas, o Técnico em Gestão Ambiental, Engenheiro Agrônomo Bruno Martinez, a Colaboradora Eventual, Arquiteta Urbanista Regiane Machado e o condutor, motorista Fábio Filgueiras, esteve no município de Concórdia. A programação para os 05 (cinco dias) constou de: reunião com os novos gestores, levantamento de informações socioeconômicas, infraestrutura, saneamento básico, situação fundiária, levantamento institucional e logística para a consulta pública, além de orientação sobre arquitetura sustentáveis e de acessibilidade em Parques Municipais Ambientais e Bosques Municipais e direcionamento para captação de recursos para a implementação e gestão da referida Unidade de Conservação, conforme as Portarias nº 055, 067 e 069 de 13, 14 e 17 de fevereiro de 2025, respectivamente. Publicadas no DOE nº 36.138 e 36.139 de 18 e 19 de fevereiro de 2025.



Figura 7: Reunião e levantamento de informações socioeconômicas.



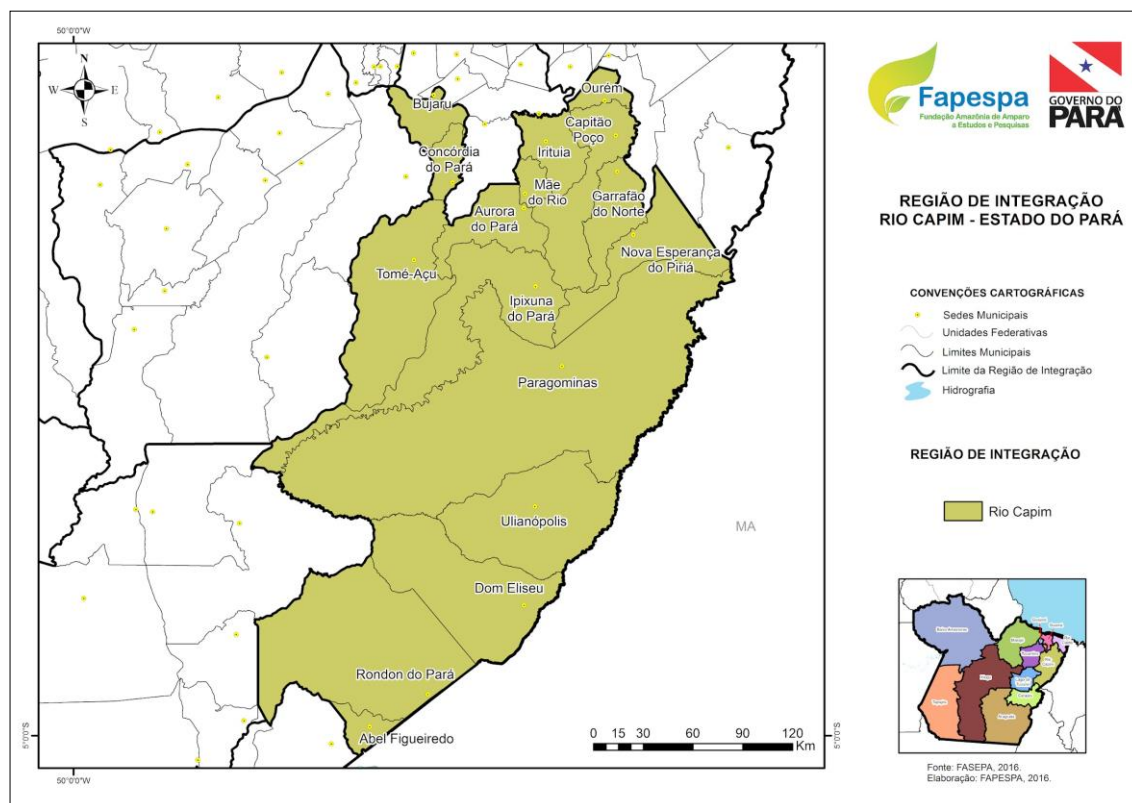
A partir dessa última etapa dos levantamentos de informações, referente aos estudos técnicos, equipe do IDEFLOR-Bio e equipe da SEMMAC e técnicos de outras secretarias do município, foi possível fechar o cronograma e dessa etapa foi gerado este Diagnóstico Socioeconômico e da Situação Fundiária, o Levantamento Institucional e a organização para a realização da Consulta Pública e elaboração do Instrumento Legal.

### 3 REGIÃO DE INTEGRAÇÃO RIO CAPIM: TERRITÓRIO, DEMOGRAFIA, POPULAÇÃO E URBANIZAÇÃO

O que pese outras divisões geográficas criadas para o estado do Pará, o poder público estadual definiu a divisão do território paraense em 12 (doze) regiões de integração, divisão esta criada por meio do Decreto Estadual nº 1.066/2008, alterado pelo Decreto Estadual nº 2.146/2022, cujo objetivo é atender disposições legais e técnicas, seguindo uma tendência da administração pública quanto à gestão de territórios significativamente extensos, como o do estado do Pará.

Essa subdivisão territorial é feita para representar espaços com semelhanças de ocupação, de nível social e de dinamismo econômico, cujos municípios apresentem integração entre si, quer física, quer economicamente, com a finalidade de definir espaços com possibilidade de serem partícipes do processo de diminuição das desigualdades regionais. Entre as 12 (doze) regiões de integração se encontra a Região de Integração Rio Capim composta por dezesseis municípios, que além do município de Concórdia do Pará, a região de integração Rio Capim é formada pelos municípios de Abel Figueiredo, Aurora do Pará, Bujaru, Capitão Poço, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Paragominas, Rondon do Pará, Tomé-Açu e Ulianópolis, conforme ilustrado na Figura 8.

Figura 8: Mapa da Região de Integração Rio Capim.



Fonte: Decreto Estadual 2.129 de 20.01.2022. FAPESPA, 2022.

O quadro 1 abaixo demonstra a diferença entre a área territorial, tamanho da população, densidade demográfica, população estimada, Produto Interno Bruto (PIB) Per capita, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos municípios que compõem a Região de Integração Rio Capim.

Dados do IBGE, 2024 coloca o município de Concórdia do Pará na quarta posição de menor área territorial da região, ficando na frente apenas dos municípios Abel Figueiredo, Ourém e Mãe do Rio.

Em relação à população, (04) quatro municípios da Região de Integração Rio Capim encontram-se com população acima de cinquenta mil (Capitão Poço, Dom Eliseu, Rondon do Pará e Tomé-Açu), o município de Paragominas se destaca com população acima de cem mil e o município de Concórdia do Pará com população de 26.881, com densidade demográfica de 38,37 e estimativa de crescimento para o ano de 2024 de 5,2%, passando a sua população para 28.287.

Quadro 1: Área, população, densidade demográfica, PIB, IDHM e IDEB dos municípios da Região de Integração Rio Capim.

| Municípios                  | Área Km2 (2024)      | População (2022)   | Densidade Demográfica hab/km2 (2022) | População Estimada (2024) | PIB Per capita (2021) | IDH (2010)   | IDEB (2023) 1ª a 5ª | IDEB (2023) 6ª a 9ª |
|-----------------------------|----------------------|--------------------|--------------------------------------|---------------------------|-----------------------|--------------|---------------------|---------------------|
| <b>Brasil</b>               | <b>8.509.379,576</b> | <b>203.080.756</b> | <b>23,86</b>                         | <b>212.583.750</b>        | <b>47.802,02</b>      | <b>0,727</b> | <b>5,7</b>          | <b>4,7</b>          |
| <b>Pará</b>                 | <b>1.245.828,829</b> | <b>8.120.131</b>   | <b>6,52</b>                          | <b>8.664.306</b>          | <b>29.095</b>         | <b>0,646</b> | <b>4,8</b>          | <b>4,2</b>          |
| 1. Abel Figueiredo          | 614,131              | 6.136              | 9,99                                 | 6.302                     | 13.998,91             | 0,622        | 5,3                 | 3,8                 |
| 2. Aurora do Pará           | 1.811,840            | 23.774             | 13,12                                | 24.321                    | 9.584,87              | 0,519        | 5,1                 | 4,2                 |
| 3. Bujaru                   | 994,662              | 24.383             | 24,51                                | 25.112                    | 18.061,39             | 0,552        | 4,8                 | 4,0                 |
| 4. Capitão Poço             | 2.901,026            | 56.506             | 19,48                                | 59.960                    | 11.289,26             | 0,548        | 5,1                 | 4,6                 |
| 5. Concórdia do Pará        | 700,614              | 26.881             | 38,37                                | 28.287                    | 12.274,67             | 0,566        | 3,8                 | 3,6                 |
| 6. Dom Eliseu               | 5.268,809            | 58.484             | 11,10                                | 62.322                    | 15.367,96             | 0,615        | 5,4                 | 4,7                 |
| 7. Garrafão do Norte        | 1.608,014            | 24.703             | 15,36                                | 25.552                    | 10.553,72             | 0,526        | 4,4                 | 3,7                 |
| 8. Ipixuna do Pará          | 5.215,555            | 30.329             | 5,82                                 | 30.158                    | 9.307,92              | 0,489        | 4,5                 | 3,8                 |
| 9. Irituia                  | 1.385,209            | 30.955             | 22,35                                | 32.698                    | 8.517,60              | 0,559        | 4,1                 | 4,3                 |
| 10. Mãe do Rio              | 469,341              | 34.353             | 73,19                                | 37.048                    | 11.198,48             | 0,599        | 5,0                 | 4,2                 |
| 11. Nova Esperança do Piria | 2.808,195            | 20.478             | 7,29                                 | 21.259                    | 16.303,80             | 0,502        | 4,0                 | 3,9                 |
| 12. Ourém                   | 561,710              | 17.855             | 31,79                                | 18.675                    | 11.097,32             | 0,568        | 5,0                 | 5,1                 |
| 13. Paragominas             | 19.342,565           | 105.550            | 5,46                                 | 112.843                   | 36.952,54             | 0,645        | 5,4                 | 4,6                 |
| 14. Rondon do Pará          | 8.246,394            | 53.143             | 6,44                                 | 56.593                    | 13.787,05             | 0,602        | 5,0                 | 3,8                 |
| 15. Tomé-Açu                | 5.145,361            | 67.585             | 13,14                                | 72.326                    | 16.107,97             | 0,586        | 5,3                 | 4,5                 |
| 16. Ulianópolis             | 5.088,468            | 37.972             | 7,46                                 | 39.576                    | 32.043,86             | 0,604        | 6,2                 | 5,2                 |

Fonte: Decreto Estadual 2.129 de 20.01.2022. IBGE, 2010, 2021, 2022, 2023, 2024. Elaboração DGBio/ IDEFLOR-Bio, 2025.

A renda per capita é um indicador econômico que mostra qual o valor anual que cada cidadão de um país, estado ou município teria se todas as riquezas produzidas fossem distribuídas igualmente entre todos os seus habitantes. Assim como o IDHM é uma medida que vai de 0 a 1 e avalia o desenvolvimento de um município, levando em conta não apenas a riqueza, mas também a educação e a saúde da população. Conforme dados do ano de 2021, o

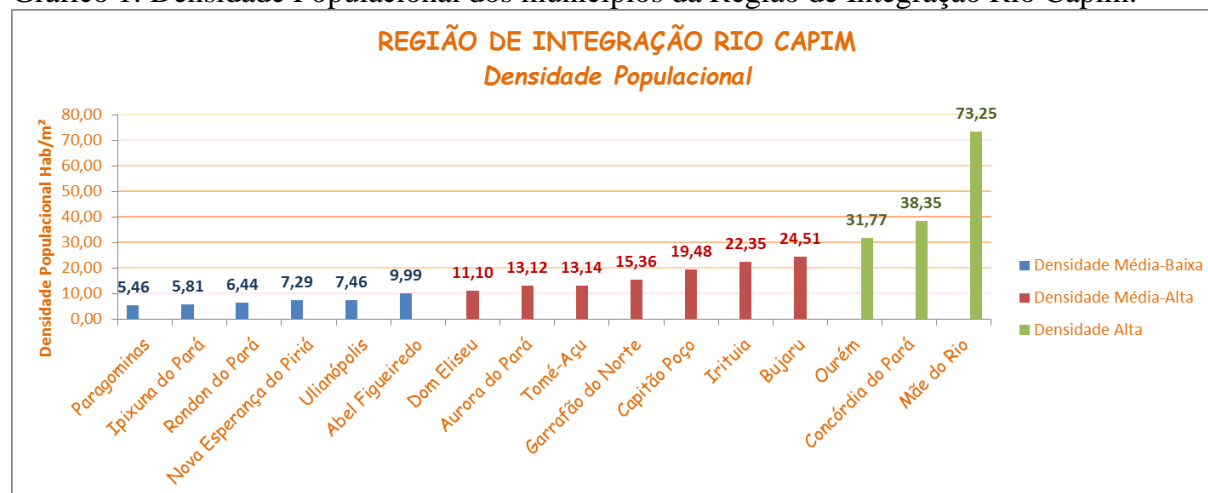
PIB percapta do município de Concórdia era de 12.274,67 e dados de 2010 apontam o IDH de 0,566.

Quanto aos dados do IDEB, 2023 referente aos primeiros anos da Educação Básica (1ª a 4ª série) e os anos finais (5ª a 9º anos), os índices do município se encontram abaixo dos demais municípios da região, representado por 3,8 e 3,6, respectivamente.

Com o objetivo de tornar o quadro comparativo mais evidente, estabeleceu-se abaixo um agrupamento estatístico das densidades municipais da Região de Integração Rio Capim, utilizando a técnica dos quartis, que divide os dados em quatro grupos de tamanhos iguais. Sem considerar outros fatores como infraestrutura, urbanização ou características geográficas, foi possível, conceber os seguintes intervalos: baixa densidade, até 4,12 hab/km²; média-baixa densidade, de 4,12 a 10,34 hab/km²; média-alta densidade, de 10,34 a 31,00 hab/km²; e alta densidade, acima de 31,00 hab/km². Além disso, alguns municípios se destacaram, devido à densidade excepcionalmente alta, cujos valores superam amplamente o limite superior da distribuição dos dados.

Dentro dessa classificação estrita do contexto populacional paraense, Concórdia do Pará situa-se no grupo de alta densidade, ficando entre os três municípios mais densos da região de integração Rio Capim, como podemos observar no gráfico 1, abaixo.

Gráfico 1: Densidade Populacional dos municípios da Região de Integração Rio Capim.

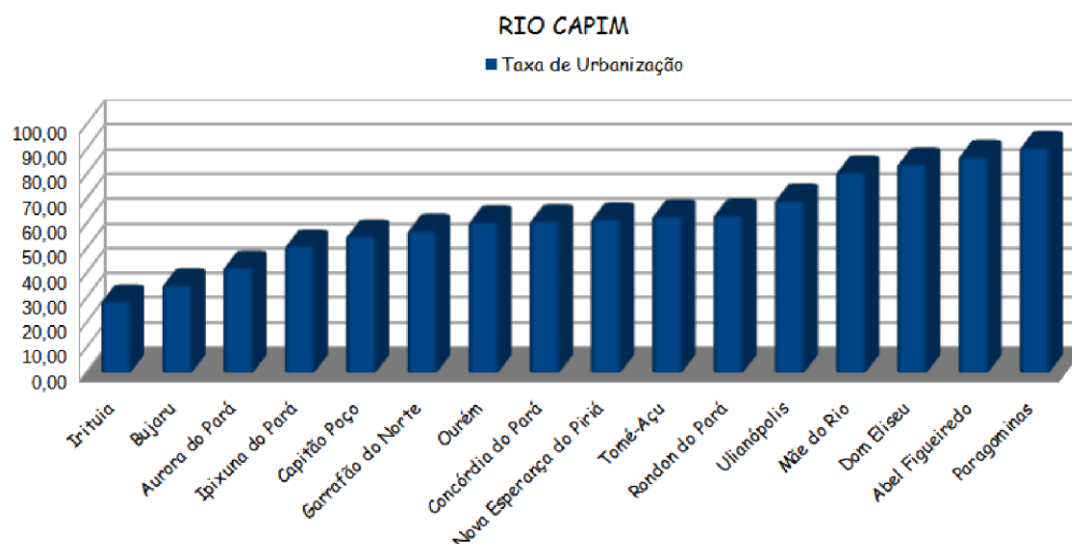


Fonte: IBGE, 2022. Elaboração DGBio/ IDEFLOR-Bio, 2025.

Embora apresente uma densidade populacional elevada, o município em destaque não possui uma taxa de urbanização alta. Com 61,35% de sua população vivendo em áreas urbanas, Concórdia do Pará não se destaca nesse aspecto, nem mesmo dentro de sua região de integração, onde alguns municípios apresentam índices, significativamente, maiores. É o caso

de Dom Eliseu (84,33%), Abel Figueiredo (87,45%) e Paragominas (91,09%), cujas taxas de urbanização, proporcionalmente, são maiores das registradas em cidades médias do estado, como Santarém (80%) e Marabá (90%) (IBGE, 2023a).

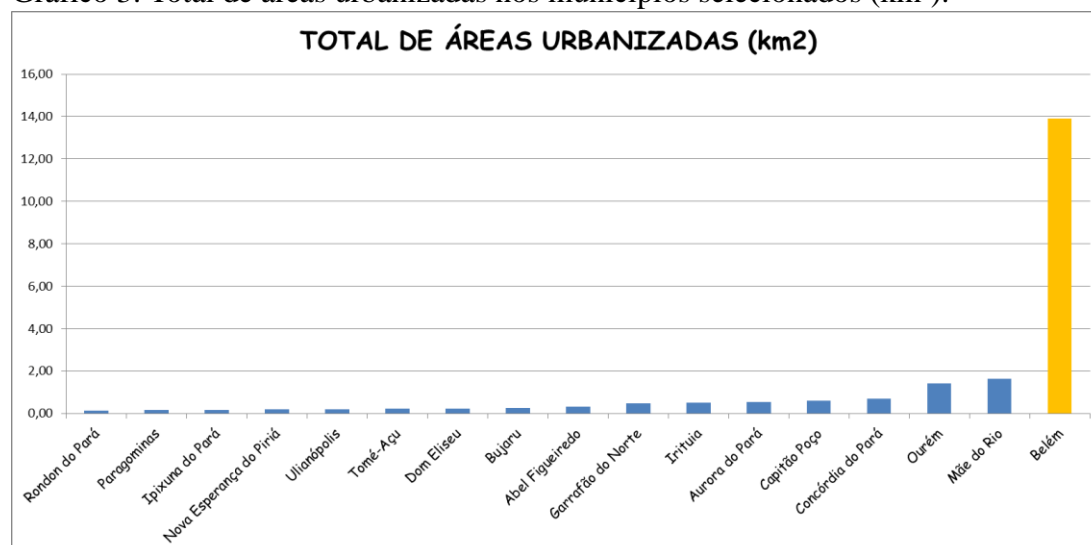
Gráfico 2: Taxa de urbanização dos municípios da Região de Integração Rio Capim.



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Um aspecto essencial a ser analisado é a distribuição do espaço urbanizado dentro do município. Em 2019, apenas 0,71% dos limites de Concórdia do Pará eram urbanizados, correspondendo a 3,8 km<sup>2</sup> de áreas densamente ocupadas e 1,14 km<sup>2</sup> de baixa densidade, dentro de um total de 701 km<sup>2</sup>. Embora não tenha a maior concentração urbana da sua região de integração e com infraestrutura aparentemente modesta, o município apresenta uma das maiores proporções de área urbanizada, ficando entre os três municípios com maiores áreas urbanizadas da Região de Integração Rio Capim, conforme gráfico 3, abaixo.

Gráfico 3: Total de áreas urbanizadas nos municípios selecionados (km<sup>2</sup>).



Fonte: IBGE, 2019. Elaboração DGBio/ IDEFLOR-Bio, 2025.

Efetivamente, o único espaço urbano mais significativo identificado no município concerne à sede municipal, em cuja adjacência localiza-se a área pretendida para criação de unidade de conservação municipal.

## **4 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA DO PARÁ E ÁREA DE ESTUDO**

### **4.1 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA DO PARÁ**

A história de Concórdia do Pará está diretamente ligada ao processo recente de ocupação do território paraense, marcado pela abertura de estradas e pela chegada de migrantes em busca de novas oportunidades. O ponto de partida se deu entre os anos de 1969 e 1970, com a construção das rodovias PA-140 e PA-152 (antiga PA-01), que interligavam a região a municípios como Bujaru, Tomé-Açu, Mãe do Rio e Acará. No cruzamento dessas duas vias, formou-se um pequeno povoado conhecido como “Quatro Bocas” (PARÁ, 2023, p. 9).

Foi nesse cenário que se fixaram os primeiros moradores, entre eles Raimundo Cordeiro de Abreu (CONCÓRDIA DO PARÁ, 2025), atraído pela fertilidade da terra, ideal para a agricultura de subsistência e o cultivo da pimenta-do-reino. Pouco depois, em 1970, a instalação de serrarias deu início à exploração madeireira, que rapidamente se tornou o principal motor econômico da localidade. A atividade florestal, somada à posição estratégica entre importantes vias de acesso, impulsionou o crescimento demográfico e atraiu migrantes de diversas partes do país, principalmente do Nordeste.

Com o tempo, o povoado passou a ser chamado de Vila Concórdia. A combinação entre o dinamismo econômico e a expansão urbana informal fortaleceu sua importância regional, tornando a vila um centro de referência para as comunidades vizinhas.

Em 10 de maio de 1988, por meio da Lei Estadual nº 5.442, Concórdia do Pará foi oficialmente elevada à categoria de município, sendo desmembrada de Bujaru (IBGE, [s.d.]b). A instalação ocorreu em 20 de janeiro de 1989, e o primeiro prefeito eleito foi Walmir de Araújo Alves. Desde então, o município segue constituído por um único distrito — a sede — e seus habitantes são conhecidos como concordienses.

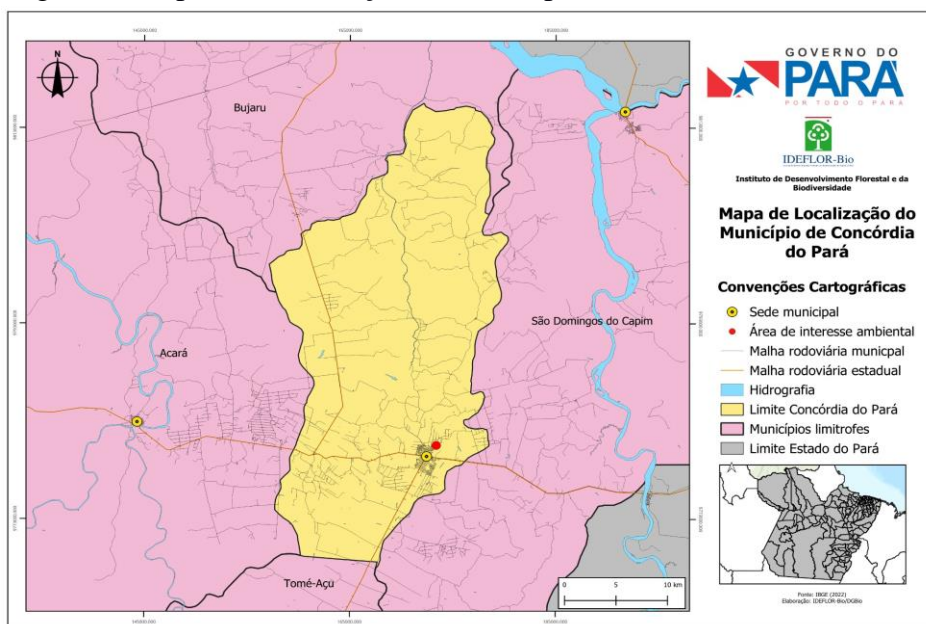
#### **4.1.1 Localização, Limites e Acesso**

O município de Concórdia do Pará está localizado no Estado do Pará, mesorregião do Nordeste Paraense, microrregião de Tomé – Açu, pertencente à Região de Integração Rio Capim, faz limites, ao norte com o município de Bujaru, a leste com São Domingos do Capim, ao sul com Tomé – Açu e a oeste com os municípios de Acará e Bujaru. O acesso ao município, partindo da capital do Estado, Belém, se dá por via terrestre, acessando a BR316, PA 483 (Alça Viária), Perna Leste, PA 140 e PA 252 chegando no município de Concórdia do



Pará em tempo estimado de 2horas e 22minutos, totalizando 134km. Sua sede municipal encontra-se sob as coordenadas geográficas em uma latitude de 01° 59' 36" sul e longitude de 47° 56' 42" oeste.

Figura 9: Mapa de Localização do município de Concórdia do Pará.



Fonte: IBGE, 2024. Elaboração DGBio/IDEFLO-Bio, 2025.

#### 4.1.2 Aspectos Populacionais e Demográficos

Dentro do vasto território paraense, o município de Concórdia do Pará ocupa a 117ª posição em extensão territorial, com uma área de 701 km². Em termos populacionais, situa-se entre os municípios de população intermediária no estado, embora abaixo da mediana estadual, sendo o 64º município mais populoso entre os 144 municípios do Pará, com 26.881 habitantes (IBGE, [s.d.]a). Com essa composição, o município apresenta uma densidade populacional de 38,35 hab/km², ocupando a 105ª posição no estado. Não obstante, O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) projetava para o ano de 2024, um crescimento populacional para 28.287 habitantes, elevando a densidade para 38,37 hab/km² (IBGE, [s.d.]a).

#### 4.1.3 Aspectos da População por gênero

Como se pode observar na distribuição etária, há uma proximidade significativa entre os contingentes masculino e feminino no município. A diferença entre os gêneros é de apenas



219 indivíduos a mais do lado masculino, o que representa cerca de 0,81% da população local (IBGE, 2023b).

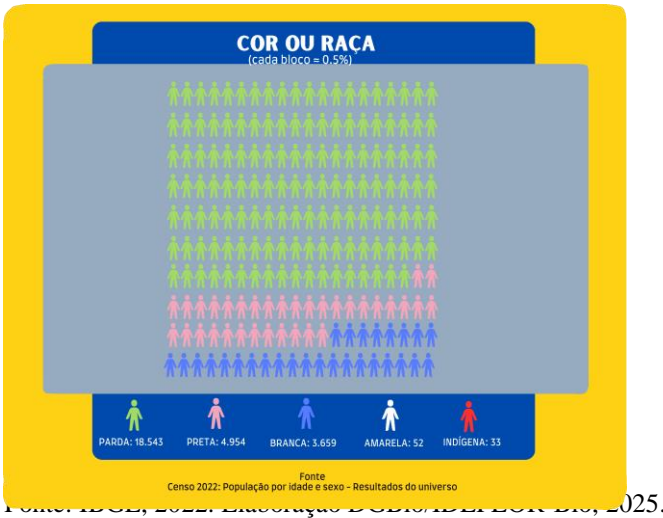
Gráfico 4: População de Concórdia do Pará por gênero.



#### 4.1.4 Aspectos da População por Cor

No contexto da exposição dos dados populacionais de Concórdia do Pará, é oportuno ainda tratar da composição do município quanto a autodeclaração de cor e etnia. Segundo os dados do Censo do IBGE de 2022, a maioria dos habitantes de Concórdia do Pará se declarou parda, representando cerca de 69% da população. Em seguida, destacam-se os grupos autodeclarados preto (17%) e branco (13%). Já as populações amarela e indígena aparecem com contingentes, significativamente, menores, somando, respectivamente, 52 e 33 indivíduos, conforme gráfico 5. Ressalte-se, ainda, que o Censo de 2022 registrou a presença de 4.014 pessoas pertencentes à população quilombola, incluídas nos grupos acima mencionados (IBGE, 2023b).

Gráfico 5: População do município de Concórdia do Pará por cor.

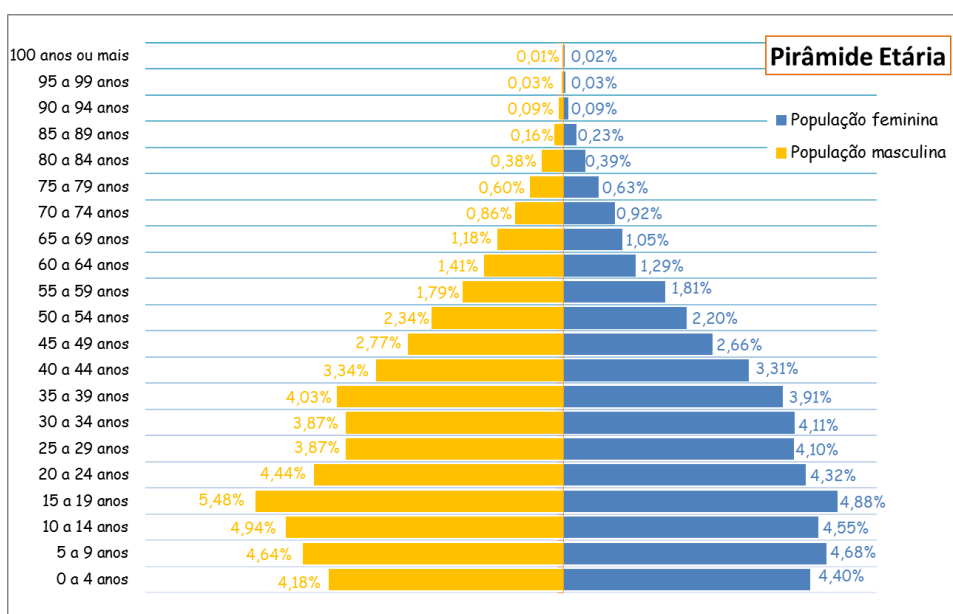


#### 4.1.5 Faixa Etária da População

Compreender o perfil populacional do município de Concórdia do Pará, como a distribuição da faixa etária da população, fatores que influenciam diretamente na demanda por infraestrutura, serviços urbanos e investimentos sociais é essencial para avaliar, não apenas as condições de vida atuais, mas também as projeções futuras e os desafios a serem enfrentados.

A gráfico 6, apresenta duas informações importantes sobre a população do município. A primeira refere-se à faixa etária da população masculina, que apresenta uma estrutura relativamente jovem, se consideramos a faixa etária de crianças e adolescentes na idade de 0 a 14 anos, representada por 13,76%, população jovem com idade de 15 a 29 anos representado por 13,79%, população adulta com 18,14% e população idosa com 4,72%.

Gráfico 6: Faixa Etária da População de Concórdia do Pará por gênero.



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

A segunda, refere-se à faixa etária da população feminina, que, também, apresenta uma estrutura relativamente jovem, se consideramos a faixa etária de crianças e adolescentes na idade de 0 a 14 anos, representada por 13,63%, população jovem com idade de 15 a 29 anos representado por 13,3%, população adulta com 18% e população idosa com 4,65%.

#### 4.1.6 Manifestações Culturais

Segundo dados da Fapespa, 2023 o município de Concórdia do Pará tem como maior manifestação religiosa a festa em homenagem ao padroeiro da cidade, São Pedro, realizada no mês de junho. Onde, a população festeja a data com uma procissão que sai pelas principais ruas da cidade.

Outra manifestação cultural do município é o boi-bumbá e as quadrilhas juninas que são organizados pelas comunidades para apresentações nas festas juninas escolares e nas festividades do santo padroeiro. Cita, ainda a Biblioteca Municipal, equipamento cultural disponível na cidade.

Visando a importância das comemorações das manifestações culturais dos municípios como forma de garantir o registro e a memória cultural é importante visualizar no âmbito de atrações turísticas que tragam renda para o município. Com esse intuito registramos abaixo o quadro de eventos do município de Concórdia do Pará no ano de 2024.

Quadro 2: Calendário de eventos do município de Concórdia do Pará, ano 2024.

| Mês          | Evento   | Descrição  |
|--------------|--|--|
| Fevereiro    | Carnaval em Concórdia do Pará, tradição beleza e muita folia           | Uma grande festa realizada pela Prefeitura Municipal, levando os foliões dos concordienses e visitantes para os quatro dias de muitos shows, apresentações e entretenimento para toda a população.   |
| Março        | 3º Torneio de Pesca Esportiva do Lago da Onça                          | Como parte das celebrações da Semana Santa, o Lago da Onça tornou-se um palco para múltiplas pescas, com direito a premiações à população.   |
| Maio         | Ação Saúde da CRF em Concórdia do Pará                                 | Em parceria da CRF Pará e Prefeitura de Concórdia do Pará, o evento foi realizado com o objetivo de conscientizar a população do município sobre o uso racional de medicamentos, além da prestação de serviços de saúde.   |
| Maio e Julho | Festejos da Comunidade do cravo  | As festas, religiosas ou não, se originavam de motivos que partiam de afazeres do cotidiano desses sujeitos, como: plantio, colheita, derrubada de roça, dia de santo, campeonatos de futebol etc. Festa e trabalho agrícola estavam intimamente ligados como no caso das festas de rabeca, que aconteciam ao final de mutirões comunitários para a derrubada de roça. É uma comunidade camponesa que tem forte ligação religiosa e com o roçado, além de festas que podem ser ligadas a prática religiosa ou não. |
| Junho        | Semana do Meio Ambiente  | A semana de Meio Ambiente é realizada na primeira semana de junho em alusão ao Dia Mundial do Meio Ambiente, nesta semana são realizadas ações de sensibilização e conscientização sobre a importância do meio ambiente para a sobrevivência do planeta.   |
| Junho        | VII Concurso Intermunicipal de Quadrilhas Juninas de Concórdia do Pará | Competição de diferentes grupos que valorizam a cultura popular. Com a apresentação de diversas quadrilhas com inúmeras temáticas sendo prestigiadas pelo público.   |
| Junho        | Festejo dos Padroeiros da cidade: São Pedro e São Paulo                | O evento homenageia São Pedro (padroeiro de Concórdia do Pará) e São Paulo, dois apóstolos de Jesus Cristo. O Festejo contém missas solenes, peregrinações, procissões e eventos culturais.  |
| Novembro     | Sarau Concordeense de Cultura  | Encontro de multiculturas do município de  |

|          |   |   |
|----------|---|---|
|          |   | Concórdia do Pará, com música, quadrilhas juninas, roda de capoeira, DJ's, feira de artesanato, blocos carnavalescos, venda de comidas típicas, bebidas etc.  |
| Dezembro | 6º Conferência Municipal de Meio Ambiente | Destacar as iniciativas de preservação ambiental e enfrentamento às mudanças climáticas, reunindo órgãos estaduais e municipais abordando cinco eixos temáticos: mitigação, adaptação e preparação para desastres, justiça climática, transformação ecológica, e governança e educação ambiental. |

Fonte: Site, Instagram e Facebook da Prefeitura de Concórdia do Pará e SEMMAC, 2025. Seixas e Silva, 2017. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

#### 4.1.7 Aspectos Ambientais

##### 4.1.7.1 Meio Físico

As informações ambientais apresentadas referente ao meio físico do município de Concórdia do Pará se divide em apresentar informações sobre o solo, topografia, geologia, geomorfologia, clima e hidrografia.

##### *Solos*

Dados do diagnóstico do meio físico (MARTINEZ, 2025) apontam para três tipos de solo no município de Concórdia do Pará: o Latossolo Amarelo Distrófico, com textura média e areia quartzoso e relevo plano a suave ondulado; o Gleissolo Háptico Tb Eutrófico, com Textura argilosa, solo aluvial e Relevo plano e o Plintossolo Pétrico Concrecionário Distrófico, com Textura argilosa e Relevo Plano. Onde os Latossolos Amarelos são a principal classe de solo mais encontrada e distribuída no território de Concórdia. No entanto, no entorno da área de interesse ambiental e no seu interior foram encontrados, em menor proporção, os solos da ordem dos Plintossolos.

##### *Topografia*

Quanto à topografia, o município de Concórdia do Pará é, predominantemente, composto por áreas de terras que apresentam o relevo plano de 0 a 3% e suave ondulado de 3 a 8%, com altitude de até 72 metros. A região centro-nordeste de Concórdia do Pará concentra os relevos de maior declividade, diferente da área de interesse ambiental, que possui as menores declividades, podendo chegar até o forte ondulado, entre 20% a 45%, onde, segundo os estudos de Martinez/DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025, a área de interesse ambiental possui uma das menores cotas de declividade do município de Concórdia do Pará. A área é mais, predominantemente, plana de 0% a 3%, gradativamente, e de forma escalonada o relevo vai evoluindo até a classe suave ondulada de 3% a 8%.

##### *Geologia*

Em relação à Geologia, o município de Concórdia do Pará está com a maior parte do seu território dentro do Grupo Barreiras. Conforme o mapa geológico do município de Concórdia do Pará, podemos observar as seguintes unidades litológicas: Cobertura Detrito-Laterítica Neogênica, Cobertura Detrito-Laterítica Pleistocênica e Grupo Barreiras. E por consequência, na área proposta para criação da unidade de conservação é encontrada a seguinte unidade litológica a saber: Grupo Barreiras.

### *Geomorfologia*

A Geomorfologia do município de Concórdia do Pará apresenta as unidades de Planícies Fluviais e Tabuleiros Paraenses, cuja área proposta, integralmente, se localiza nas unidades das Planícies Fluviais e Tabuleiros Paraenses.

### *Clima*

Referente ao clima, no município de Concórdia do Pará, o tipo predominante é o Af (clima tropical chuvoso de floresta), com o advento de uma breve estação seca, com exceção de uma pequena porção da região Norte do município que é Am (clima tropical úmido de monção). O clima tropical chuvoso de floresta possui verão quente, com temperaturas acima de 22°C, sempre úmido sem estação seca ou com pouca alternância da estação seca com a chuvosa. O município de Concórdia do Pará registra uma pluviosidade anual superior a 1.800 mm, podendo chegar a 3.313,2 por ano, o inverno concentra cerca de 70% da pluviosidade anual esperada. A pluviometria do município de Concórdia do Pará pode ser aferida com base na normal climática para a faixa de 1991 a 2020 e dados para o ano de 2021. Foram registrados índices de variação máxima de 506,3 mm no mês de março, seguido de abril com 465,5 mm e o menor 120,10 mm, no mês de setembro. Na estação mais chuvosa entre os meses de dezembro a maio, denominada de inverno Amazônico, com a presença de chuvas persistentes em praticamente todos os dias, o período com os menores índices vão de junho a novembro, denominado de verão Amazônico, nesse período os menores índices de chuva foram encontrados nos meses de agosto e setembro, sendo que o mês de março concentra a maior quantidade de chuva, com índice de precipitação de 19,35% e o mês de setembro se apresenta como o de menor distribuição pluvial. A Temperatura do ar, conforme a estação automática A215 (Tomé-Açu), apresenta valores anuais com referência específica para 2021, a temperatura máxima registrada para o período é de 28,5°C no mês de janeiro e mínima de 24,3°C no mês de março.

## *Hidrografia*

Referente à hidrografia, é mister salientar que a Região de Integração do Rio Capim, cujo município de Concórdia do Pará se insere, pertence à Macrorregião Hidrográfica da Costa Atlântica e que, especificamente, a hidrografia do município de Concórdia do Pará, estudos apontam a sua divisão em duas principais bacias: a bacia do rio Bujaru, que abrange os municípios de Concórdia do Pará e Bujaru e o rio Arapiranga, que abrange, somente, o município de Concórdia do Pará.

Segundo estudos do meio físico de Martinez, 2025, o rio Bujaru é afluente do rio Guamá na sua margem esquerda que, por seguinte, é afluente do Rio Pará, que recebe águas em abundância do Rio Tocantins e em pequena medida do Rio Amazonas, os dois são considerados as vias de maior importância para o desenvolvimento econômico da região, principalmente, para o escoamento da produção, turismo e pesca utilizando pequenas, médias e grandes embarcações. Por conseguinte, o município de Concórdia pode ter suas bacias classificadas em Nível 2- Bacia Tocantins-Araguaia, Nível 3- Bacia Capim-Ararandeua e Nível 5- Bacia do Rio Bujaru.

O rio Bujaru é um rio de 4ª ordem e sub-bacia das oito que compõem a Bacia do Rio Guamá-Capim correspondendo a 8%, de acordo com Kubota et al. (2020) op. cit. Martinez, 2025, sendo o mais conhecido por dar nome ao município de Bujaru, onde, o nome do rio vem da língua indígena que significa “boca de cobra”. Sua foz fica na margem esquerda do rio Guamá e sua nascente nas redondezas de Concórdia do Pará e Tomé-Açu. Pelos estudos do meio físico de Martinez, 2025, é de extrema importância a hidrográfica da área de interesse ambiental denominada de “Mapema”, futura Unidade de Conservação, porque, em seu interior, estão localizadas diversas nascentes, com mais precisão e mapeadas, 05 (cinco) no interior da área proposta para a criação da UC e 03 (três) em seu entorno, entre elas a de formação de importantes cursos d’água como o igarapé urbano, denominado de igarapé da Rocinha ou igarapé da Onça, cuja rede de drenagem abastece o lago artificial dentro da área urbana da cidade de Concórdia do Pará, sendo este utilizado para fins de recreação e turismo ecológico. Os estudos do meio físico constataram, *in loco*, que o igarapé denominado de Rocinha ou da Onça, possui várias ramificações em diferentes direções e que não foi possível coletar os dados primários de toda a extensão do curso, devido o levantamento ser realizado durante o período do verão Amazônico, com baixa pluviosidade e consequente dificuldade visual de reconhecer trechos de pouca profundidade.

#### 4.1.7.2 Áreas Protegidas

Uma área protegida é um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerido, através de meios legais ou outros igualmente eficazes, com o objetivo de garantir a conservação a longo prazo da natureza, juntamente com os serviços ecossistêmicos e os valores culturais associados (IUCN, 1960).

A partir desse conceito o Estado do Pará organizou as Áreas Protegidas em Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Territórios de Remanescentes das Comunidades dos Quilombolas e Áreas das Forças Armadas.

Conforme o Catálogo de Unidades de Conservação da Natureza do Estado do Pará organizado pelo IDEFLOR-Bio em 2024, o estado do Pará possui 60,9% de seu território de Áreas Protegidas, divididos em 25% de Terras Indígenas, 17% de UCs Estaduais, 16% de UCs Federais, 1,8% de Áreas das Forças Armadas, 0,8% de Territórios Quilombolas e apenas 0,1% UCs Municipais.

##### *Unidades de Conservação Municipais*

Referente aos dezesseis municípios que compõem a Região de Integração Rio Capim, apenas os municípios de Rondon do Pará, Paragominas e Irituia possuem Unidades de Conservação Municipais em seus territórios, daí a importância de Concórdia do Pará criar a sua primeira Unidade de Conservação Municipal.

##### *Território de Comunidades Quilombolas*

Concórdia do Pará contempla em seu município 04 (quatro) Territórios de Quilombolas, dividido em (02) duas associações. A Associação dos Remanescentes de Quilombolas do Cravo – ARQUIC que contempla (08) oito comunidades. E a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombolas Nova Esperança de Concórdia do Pará – ARQUINEC, que compõem (05) cinco comunidades, conforme quadro 3, abaixo.

Quadro 3: Territórios de Quilombolas no município de Concórdia do Pará.

| Associação  | Comunidades   | Certificação/<br>Titulação  |
|---|---|-----------------------------|
| Associação dos Remanescentes de Quilombolas do Cravo - ARQUIC | Nossa Senhora das Graças (vila do Cravo)                      | Fundação Palmares           |
|   | Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (km 35, PA 140, via Bujaru) |                             |
|   | Timboteua Cravo   |                             |
|   | Velho Expedito  |                             |
|   | Santa Terezinha (Curuperézinho)                               | Em busca de reconhecimento  |
|   | Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (vila Arapiranga)           |                             |
|   | São Francisco Xavier, km 46 da PA 140, via Bujaru)            |                             |
|   | Comunidade Pernambuco   |                             |
| Associação das Comunidades Remanescentes de                   | Campo Verde   | Fundação Palmares/<br>INCRA |
|   | Santo Antônio   |                             |
|   | Dona  |                             |

|  |                              |                               |
|--|------------------------------|-------------------------------|
| Quilombolas Nova Esperança de Concórdia do Pará – ARQUINEC | Ipanema                      |                               |
|  | São Benedito II, Jutai Mirim | Em processo de reconhecimento |

Fonte: SEMMAC/PMCP, 2025. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

#### 4.1.7.3 Secretaria Municipal de Meio Ambiente

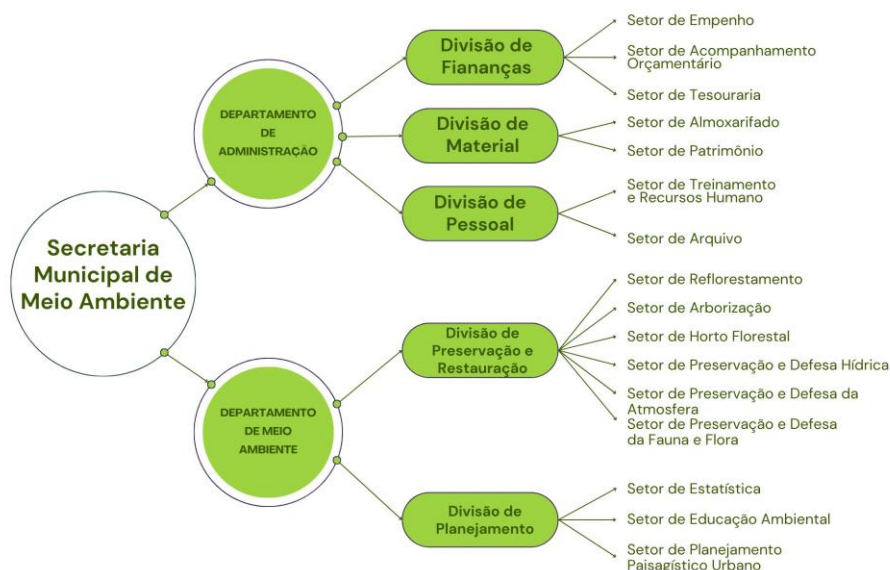
A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Concórdia do Pará (SEMMAC) foi criada no ano de 2001, por meio da Lei Municipal nº 179 de 1º de junho de 2001, com finalidade de “conservação, recuperação e fiscalização dos recursos naturais, bem como, elaborar programas e metas de utilização e exploração dos recursos naturais de maneira sustentável” (Art. 1º), com a estrutura constituída de 02 (dois) Departamentos, 05 (cinco) Divisões e 15 (quinze) setores.

Assim, a sua estrutura era composta do Departamento de Administração, com a Divisão de Finanças e os setores de Empenho, Acompanhamento e Orçamentário e Tesouraria; Divisão de Material, com os setores de Almoxarifado e setor de Patrimônio; Divisão de Pessoal com os setores de Treinamento e Recursos Humanos e setor de Arquivo.

O Departamento de Meio Ambiente, com a Divisão de Preservação e Restauração, com os setores de Reflorestamento, Arborização, Horto Florestal, Preservação e Defesa Hídrica, Preservação e Defesa da Atmosfera e Preservação e Defesa da Fauna e Flora; e Divisão de Planejamento, com os setores de Estatística, Educação Ambiental e setor de Planejamento Paisagístico Urbano, conforme podemos observar na figura 10 abaixo.

Figura 10: Organograma da SEMMAC conforme Lei Municipal nº 179/2001.

#### Organograma Segundo a Lei 179 de 01 de junho de 2001.



Fonte: Lei Municipal nº 179 de 1º de junho de 2001. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.



No ano de 2015, por meio da emenda da Lei Complementar nº 744 de 06/03/2015, foi alterada a Lei de 179/2001, mantendo a finalidade da Secretaria, mas alterando a sua estrutura. Nessa Lei, foi inserida a figura do Secretário Municipal e mantido o Diretor Geral, foi alterado de 02 (dois) para 05 (cinco) departamentos, de 05 (cinco) divisões modificou a nomenclatura e alterou para 06 (seis) coordenações, mantendo a nomenclatura de setores, mas diminuindo para 03 (três) setores, incluindo, ainda, (01) um viveiro municipal e 01 (uma) usina de reciclagem e compostagem, ficando assim constituída de Secretário Municipal; Diretor Geral, Departamento de Educação Ambiental, Pesquisas, Projetos de Unidades de Conservação com a Coordenadoria de Pesquisas, Projetos e Unidades de Conservação e a Coordenadoria de Educação Ambiental; Departamento de Controle Ambiental com a Coordenadoria de Licenciamento e a Coordenadoria de Fiscalização e Monitoramento Ambiental; Departamento de Manutenção de Logradouros e Paisagismo com a Coordenadoria de Manutenção de Logradouros e Paisagismo, com a manutenção específica do Viveiro Municipal e a Coordenadoria de Limpeza Pública com a manutenção da Usina de Recicláveis e Compostagem; Departamento Administrativo e de Gestão de Pessoas com o Setor de Patrimônio, Setor Financeiro e Setor de Protocolo, diretamente vinculados esses departamentos; e por fim o Departamento Jurídico, sem sofrer desmembramento, conforme podemos observar na figura 11 abaixo.

Vale destacar que, na referida lei foi criado o Departamento de Educação Ambiental, Pesquisas, Projetos de Unidades de Conservação, dividido em 02 (duas) coordenadorias: a Coordenadoria de Pesquisas, Projetos e Unidades de Conservação e a Coordenadoria de Educação Ambiental.

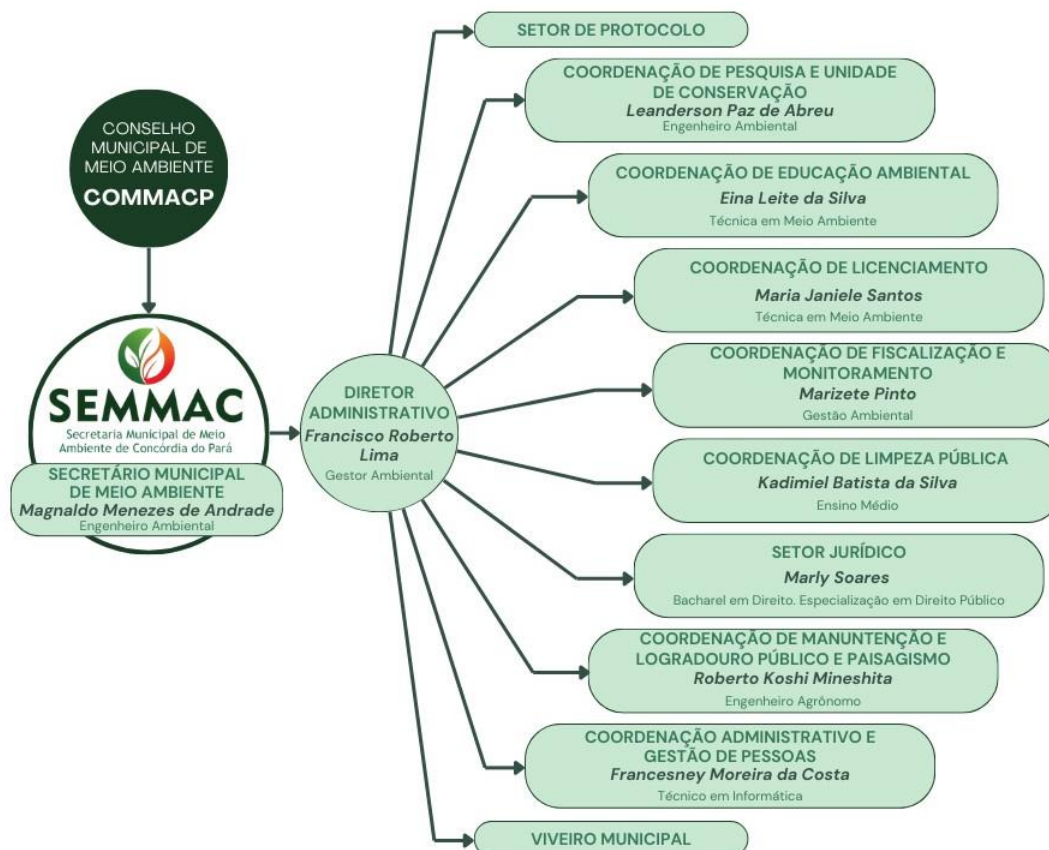
Figura 11: Organograma da SEMMAC conforme Lei Complementar nº 744/2015.



Fonte: Lei Complementar nº 744 de 06 de março de 2015. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

O organograma abaixo apresenta informações de dados coletados em fevereiro de 2025, cuja estrutura da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Concórdia do Pará compunha a seguinte estrutura: Conselho Municipal de Meio Ambiente, Secretário de Meio Ambiente, Diretor Administrativo, Setor de Protocolo e Setor Jurídico, 07 (sete) Coordenações e o Viveiro Municipal.

Figura 12: Organograma da SEMMAC atual.



Fonte: SEMMAC, 2025. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

O que pese a importância de todos os setores, chama atenção na estrutura da SEMMAC as Coordenações de Pesquisa e Unidade de Conservação e Educação Ambiental, onde, ambas estarão diretamente envolvidas na criação, implementação e gestão da primeira Unidade de Conservação da Natureza Municipal criada no município de Concórdia do Pará.

### *Projetos Desenvolvidos*

O projeto Concórdia + Verde & Sustentável criado no ano de 1922 pela Prefeitura de Concórdia do Pará e executado pela Secretaria de Meio Ambiente é considerado uma das experiências exitosas no âmbito da temática ambiental do município e a partir dele “norteia as ações da SEMMAC desde a coleta dos resíduos sólidos até o reflorestamento de áreas degradadas, sempre acompanhadas de atividades educativas que venham conscientizar a

sociedade da importância do meio ambiente para a nossa sobrevivência e consequentemente a mudança de comportamento para que possamos ter um ambiente saudável” (ABREU, et. all., 2023). Segundo Abreu et. all, 2023, o projeto visa gerar conhecimento, discussão e ações em torno da sustentabilidade, do reflorestamento e conservação dos recursos naturais.

Dentre os projetos e ações pesquisadas no âmbito do projeto Concórdia + Verde & Sustentável, cita-se o projeto Viveiro de Produção de Mudas, implantado no pátio da SEMMAC que visa a produção e distribuição de mudas em outros projetos como por exemplo o “cantinho verde”. Destaca-se, também, o projeto Agente Mirim Ambiental (AMA), que visa capacitar crianças e adolescentes voltados para a cidadania ambiental; o projeto Centro de Inclusão e Desenvolvimento Sustentável (CIDS), cujo objetivo é proporcionar curso de informática básica gratuita à população; e o projeto SEMMAC Itinerante, que visa dá palestras educativas nas escolas nas escolas, unidades de saúde da família e comunidades sobre os problemas ambientais locais; e o projeto Criação do Parque Ambiental Municipal. No quadro 4, abaixo são apresentados alguns projetos desenvolvidos pela SEMMAC.

Quadro 4: Projetos desenvolvidos pela Secretaria de Meio Ambiente.

| <b>Projeto</b>  | <b>Objetivo</b>   | <b>Parceiros</b>  |
|---|---|---|
| Concórdia + Verde & Sustentável                         | Gerar conhecimento, discussão e ações em torno da sustentabilidade, do reflorestamento e conservação dos recursos naturais.   | Secretarias   |
| Viveiro de Produção de Mudas                            | Manutenção do viveiro para a produção e distribuição de mudas no município.   | IDEFLOR-Bio   |
| Agente Mirim Ambiental (AMA)                            | Capacitar crianças e adolescentes voltados para a cidadania ambiental.  | Secretarias   |
| Centro de Inclusão e Desenvolvimento Sustentável – CIDS | Proporcionar curso de informática básica gratuita à população.  | Instituto Descarte Correto de produtos eletroeletrônicos. |
| SEMMAC Itinerante                                       | Realizar palestras educativas nas escolas, unidades de saúde da família e comunidades sobre os problemas ambientais locais.   | Secretarias   |
| Criação da 1ª Unidade de Conservação Municipal          | Conservação e preservação da biodiversidade e em específico para preservação e conservação das nascentes do interior e do entorno da área, corpos hídricos e igarapés, assim como proteger espécies de fauna e flora sensíveis e ameaçadas de extinção, contribuir para o microclima da cidade e sensibilizar a população do entorno e visitantes das ameaças antrópicas. | IDEFLOR-Bio   |

Fonte: SEMMAC/PMCP, 2025. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

### *Sustentabilidade Financeira*

Conforme dados coletados junto à SEMMAC, os recursos financeiros disponíveis para a Gestão de Meio Ambiente do município de Concórdia do Pará, provém de diversas fontes

como: Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA), Orçamento municipal, Convênios e parcerias, somado a isso se tem o ICMS Verde.

ICMS Verde é um instrumento econômico de política ambiental que tem por objetivo incentivar os municípios a criarem e manterem unidades de conservação e áreas protegidas, além de compensar os esforços dos municípios em prol da conservação ambiental, por meio de critério de repartição de cota-parte do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação – ICMS.

A Constituição Federal de 1988, Art. 158, IV, Parágrafo Único, inciso II, previa o ICMS de “até 35% (trinta e cinco por cento), de acordo com o que dispuser lei estadual, observada, obrigatoriamente, a distribuição de, no mínimo, 10 (dez) pontos percentuais com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos.

A Constituição do Estado de 05 de outubro de 1989, Art. 225, § 2º assegura aos “Municípios que tenham parte de seus territórios integrando unidades de conservação ambiental, tratamento especial, quanto ao crédito das parcelas de ICMS”.

E a Lei Estadual 7.638, de 12 de julho de 2012, estabeleceu o percentual do cálculo do critério ecológico iniciando por 2% em 2012, calculado no ano de 2013 e repassado o valor aos municípios no ano de 2014; no ano de 2013 passou para 4% com a base de dados do ano de 2014 e repassado aos municípios em 2015; no ano de 2014 passou para 6% com a base de dados do ano de 2015 a ser repassado ao município no ano de 2016.

O Decreto Estadual 1.696, de 7 de fevereiro de 2017, Art. 3º deu nova regulamentação à Lei Estadual nº 7.638, de 12 de julho de 2012, acrescentando 8% referente ao ano base 2015, calculado baseado em dados do ano de 2016 e repassado aos municípios em 2017, ou seja, o referido Decreto fixou o percentual de repasse do ICMS Verde aos Municípios, a partir do ano de 2017, em 8%, estabilizando o repasse neste percentual para os anos subsequentes, conforme o art. 8º da Lei nº 7.638, de 12 de julho de 2012.

Quanto à metodologia, desde o estabelecimento do ICMS Verde é possível observar três metodologias de cálculo do ICMS. Sendo que a primeira metodologia constou no Decreto 775 de 26.06.2013, que permaneceu nos anos 2012, 2013 e 2014. Metodologia esta que levou em consideração 03 (três) variáveis e pesos diferenciados, conforme quadro 5, abaixo.

Quadro 5: Variáveis e peso para cálculo de metodologia do ICMS Verde.

| ANOS - 2012/ 2013/ 2014                     |          |
|---|----------|
| VARIÁVEIS                                   | PESO (%) |
| Áreas Protegidas                            | 25       |
| Cobertura Vegetal e Redução de Desmatamento | 25       |
| Cadastro Ambiental Rural – CAR              | 50       |
|   | 100      |

Fonte: Decreto Estadual nº 775 de 26.06.2013. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Seguindo o disposto no art. 3º do Decreto 775 de 26.06.2013, existia o ano base, o ano do cálculo e o ano do repasse, conforme podemos observar no quadro 6 abaixo:

Quadro 6: Percentual, ano base, ano de cálculo e ano de repasse do ICMS Verde.

| Repasse (%) | Ano Base | Ano de Cálculo | Ano de Repasse |
|-------------|----------|----------------|----------------|
| 2           | 2012     | 2013           | 2014           |
| 4           | 2013     | 2014           | 2015           |
| 6           | 2014     | 2015           | 2016           |
| 8           | 2015     | 2016           | 2017           |

Fonte: Decreto Estadual nº 775 de 26.06.2013. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

A segunda metodologia de cálculo versava no Decreto Estadual 1.696 de 07.02.2017 que consistia em análise fatorial de dados, composto por 04 (quatro) fatores: Regularização Ambiental, Gestão Florestal, Estoque Florestal e Fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal e suas variáveis e pesos referendados pela Portaria nº 1335, de 27 de agosto de 2019 que Estabelece os índices definitivos referentes ao repasse do ICMS Verde aos municípios do Estado do Pará para o ano de 2020, conforme podemos observar no quadro 3 abaixo. E somados a Portaria nº 499, de 29 de maio de 2020, publicada no DOE nº 43.240, de 01/06/2020 que estabelece os índices provisórios para o repasse do ICMS Verde aos municípios do Estado do Pará, durante o ano de 2021 e dá outras providências.

Quadro 7: Fatores, Variáveis e Pesos e Índices referente repasse do ICM Verde aos municípios, referente aos anos de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021.

| Fatores                         | Variáveis  | Pesos (%) |       |       |       |        |
|---------------------------------|--|-----------|-------|-------|-------|--------|
|                                 |  | 2017      | 2018  | 2019  | 2020  | 2021   |
| Regularização Ambiental         | CAR, Área de Preservação Permanente, Reserva Legal e Área Degradada                                      | 38,67     | 44,56 | 35,63 | 40,15 | 46,43  |
| Gestão Florestal                | Áreas Protegidas de Uso Restrito, Uso Sustentável, Desflorestamento e Desflorestamento em Área Protegida | 35,44     | 29,87 | 34,16 | 33,12 | 27,83  |
| Estoque Florestal               | Remanescente Florestal   | 14,09     | 14,23 | 18,69 | 15,14 | 13,88  |
| Fortalecimento Gestão Ambiental | Capacidade do Exercício da Gestão Municipal  | 11,85     | 11,34 | 11,53 | 11,59 | 11,86  |
| TOTAL                           |  | 100       | 100   | 100   | 100   | 100,00 |

Fonte: Decreto Estadual 1.696 de 07.02.2017 e Portaria 499 de 29.05.2020. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

O Decreto Estadual 1.696, de 7 de fevereiro de 2017, art. 4º estabeleceu a partir de 2017 as dimensões dos indicadores ambientais a partir de quatro fatores: Fator 1, denominado de Regularização Ambiental, representa a dimensão que avalia o esforço municipal quanto aos processos de adequações ambientais dos produtores rurais e é composto pelas seguintes variáveis: Cadastro Ambiental Rural - CAR; Área de Preservação Permanente - APP; Reserva Legal - RL e a Área Degradada - AD. O Fator 2, denominado de Gestão Territorial, representa a dimensão que mede o impacto territorial das áreas protegidas e a gestão sobre as unidades de conservação e é composto pelas variáveis, Áreas Protegidas de Uso Restrito; Áreas Protegidas de Uso Sustentável; Desflorestamento e Desflorestamento em Áreas Protegidas. O Fator 3, denominado de Estoque Florestal, representa a dimensão que mede o remanescente florestal do município analisado, ou seja, o percentual de cobertura vegetal ainda existente e é formado por uma única variável, o Remanescente Florestal. E o Fator 4, denominado de Fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal, representado pela dimensão que mede a capacidade de exercício da gestão ambiental municipal para licenciamento de impacto local, fiscalização e outras atividades e é composto por uma única variável, a capacidade de exercício da Gestão Ambiental.

Na sequência, a Portaria 1.335 de 27.08.2019 estabeleceu os índices definitivos referentes ao repasse do ICMS Verde aos municípios do Estado do Pará, para o ano de 2020, onde o Fator 1 ficou com o Peso de 40.15%, o Fator 2 com o Peso de 33.12%, o Fator 3 com o Peso de 15.14%, e o Fator 4 com o Peso de 11.59%, conforme indicado no quadro 8.

Quadro 8: Índices referente repasse do ICMS Verde aos municípios.

| <b>Fatores</b>                                  | <b>Peso</b>   | <b>Indicador</b>   |
|---|---------------|--|
| 1. Regularização Ambiental                      | 46.43         | Cadastro Ambiental Rural – CAR; Área de Preservação Permanente – APP; Reserva Legal – RL e Área Degradada – AD.                    |
| 2. Gestão Territorial                           | 27.83         | Áreas Protegidas de Uso Restrito; Áreas Protegidas de Uso Sustentável.<br>Desflorestamento e Desflorestamento em Áreas Protegidas. |
| 3. Estoque Florestal                            | 13.88         | Remanescente Florestal.  |
| 4. Fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal | 11.86         | Capacidade de Exercício da Gestão Ambiental.   |
| <b>TOTAL</b>                                    | <b>100,00</b> |  |

Fonte: Portaria nº 499, de 29.05.2020. DOE Nº 43.240 de 01.06.2020. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

A quarta metodologia de cálculos para repasse do ICMS Verde se deu a partir do Decreto 1.064, de 28 de setembro de 2020, que, em seu Art. 4º, versa que o repasse do ICMS Verde, aos Municípios, a partir do ano de 2021, será estabelecido de acordo com as dimensões dos indicadores ambientais, a partir das seguintes variáveis: I - Cadastro Ambiental Rural (CAR); II - Área de Preservação Permanente (APP); III - Área de Reserva Legal (ARL); IV - Área Antropizada (AA); V - Reserva de Vegetação Nativa (RVN); VI - Áreas de Uso Restrito

(UR); VII - Áreas de Uso Sustentável (US); e VIII - Análise de CAR no Município (ACar), corroborado pela Portaria 747, de 01 de junho de 2021, para o repasse do ICMS Verde aos municípios do Estado do Pará, durante o ano de 2022.

Portaria 1.122, de 01 de junho de 2022, onde tornaram públicos os índices provisórios para o repasse do ICMS Verde aos municípios do Estado do Pará, durante o ano de 2023 e Portaria 1.551 de 27 de julho de 2023, torna público os índices definitivos para o repasse do ICMS Verde aos municípios do Estado do Pará, durante o ano de 2024.

Quadro 9: Quarta metodologia de cálculos para repasse do ICMS Verde.

| Variáveis  | Peso   |        |        |
|--|--------|--------|--------|
|  | 2022   | 2023   | 2024   |
| I - Cadastro Ambiental Rural – CAR                   | 14,16% | 13,49% | 13,17  |
| II - Área de Preservação Permanente – APP            | 11,06% | 11,75% | 13,74  |
| III - Área de Reserva Legal – ARL                    | 10,70% | 13,35% | 12,60  |
| IV - Área Antropizada – AA                           | 13,12% | 13,60% | 13,27  |
| V - Reserva / Remanescente de Vegetação Nativa – RVN | 13,87% | 14,47% | 14,24  |
| VI - Áreas de Uso Restrito – UR                      | 12,02% | 11,83% | 12,39  |
| VII - Áreas de Uso Sustentável – US                  | 12,48% | 12,70% | 13,69  |
| VIII - Análise de CAR no Município- ACar             | 12,61% | 8,85%  | 6,91   |
| TOTAL  | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: Portaria 1.551 de 27 de julho de 2023. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

De acordo com a Portaria SEMAS nº 1.551/2023, Concórdia do Pará possui um índice de 0.0375549 para o repasse do ICMS Verde em 2024. Esse índice foi calculado com base nos dados ambientais coletados em 2022.

Quadro 10: Valores do ICMS Verde repassados por ano ao município de Concórdia do Pará.

| VALORES DO ICMS VERDE REPASSADOS NO PERÍODO DE 2015 A 2024 |              |              |              |              |              |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| ANOS   | 2015         | 2016         | 2017         | 2018         | 2019         |
| VALORES  | 257.466,31   | 383.114,11   | 997.600,0    | 1.079.120,20 | 1.257.728,50 |
| ANOS   | 2020         | 2021         | 2022         | 2023         | 2024         |
| VALORES  | 1.354.573,40 | 1.722.759,39 | 1.945.124,39 | 1.539.475,37 | 1.832.280,40 |

Fonte: Semas/Pa. [https://icmsverde.semas.pa.gov.br/valores\\_de\\_repasses.php](https://icmsverde.semas.pa.gov.br/valores_de_repasses.php). Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

A Lei 7.638 de 12/07/2012, art. 4º, versa que, “a destinação dos recursos a que cada município tiver direito, em função da presente Lei, será definida em legislação municipal, com ênfase na operacionalização do Fundo Municipal do Meio Ambiente e sua gestão pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente”.

Entretanto, vale ressaltar que a Lei 10.306/2023, art. 117, Parágrafo único, altera o art. 4º dessa Lei Estadual 7.638/2012, que passa a vigorar com a seguinte redação: “deverão ser destinados às unidades de conservação municipais, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos recursos recebidos pelos municípios”.

Isso nos remete a concluir que, independentemente de destinação de recursos do ICMS Verde por legislação municipal, a lei estadual já garante o repasse de no mínimo 20% dos recursos recebidos pelos municípios.

### *Estratégia Financeira*

Estratégia financeira é o planejamento econômico acerca da sustentabilidade financeira da unidade conservação, que busca estabelecer uma gestão de recursos de forma equilibrada e que possibilite a sua manutenção em longo prazo. De acordo com a Política Estadual de Unidade de Conservação da Natureza e o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (PEUC/SEUC), a implementação de uma unidade de conservação deverá ser acompanhada de uma estratégia financeira com o objetivo de analisar a sua sustentabilidade econômica e que constituem fontes de recursos para as unidades de conservação:

I - Compensação ambiental; II - Fundos estaduais com destinação prevista em lei; III- Doações, contribuições em dinheiro, bens móveis ou imóveis que venha a auferir de pessoas naturais ou jurídicas; IV - Cooperações nacionais e internacionais e de acordos bilaterais entre governos; V - Receitas decorrentes de condenações judiciais por atos lesivos às unidades de conservação, inclusive das condenações relacionadas com a defesa dos interesses difusos e coletivos; VI - Produto oriundo da cobrança pelo uso de serviços ecossistêmicos; VII - Outras receitas destinadas por lei.

Ainda, cita a mesma lei que,

os órgãos executores e os órgãos de apoio direto à gestão de unidades de conservação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC) poderão receber recursos, financiamentos ou doações de qualquer natureza, nacionais ou internacionais, com ou sem encargos, provenientes de organizações privadas ou públicas ou de pessoas físicas que desejarem colaborar com a sua proteção, preservação e recuperação. E os recursos deverão ser utilizados, prioritariamente, para criação, implementação, gestão e manutenção das unidades de conservação, inclusive construção de estruturas físicas necessárias ao seu funcionamento. Mas que os recursos de que trata o caput deste artigo não se referem aos recursos provenientes de compensação ambiental, que deverão observar atos normativos específicos. E que os recursos destinados às Unidades de Conservação de Uso Sustentável serão aplicados de acordo com a legislação específica e critérios estabelecidos a partir de seu plano de gestão. E a estratégia financeira da unidade de conservação deverá estabelecer até 50% (cinquenta por cento) e não menos que 25% (vinte e cinco por cento), na sua implementação, manutenção e gestão (Lei 10.306/2023, arts. 46, 69, Incisos I a VIII, art. 70 § 1º e 2º e art. 71).

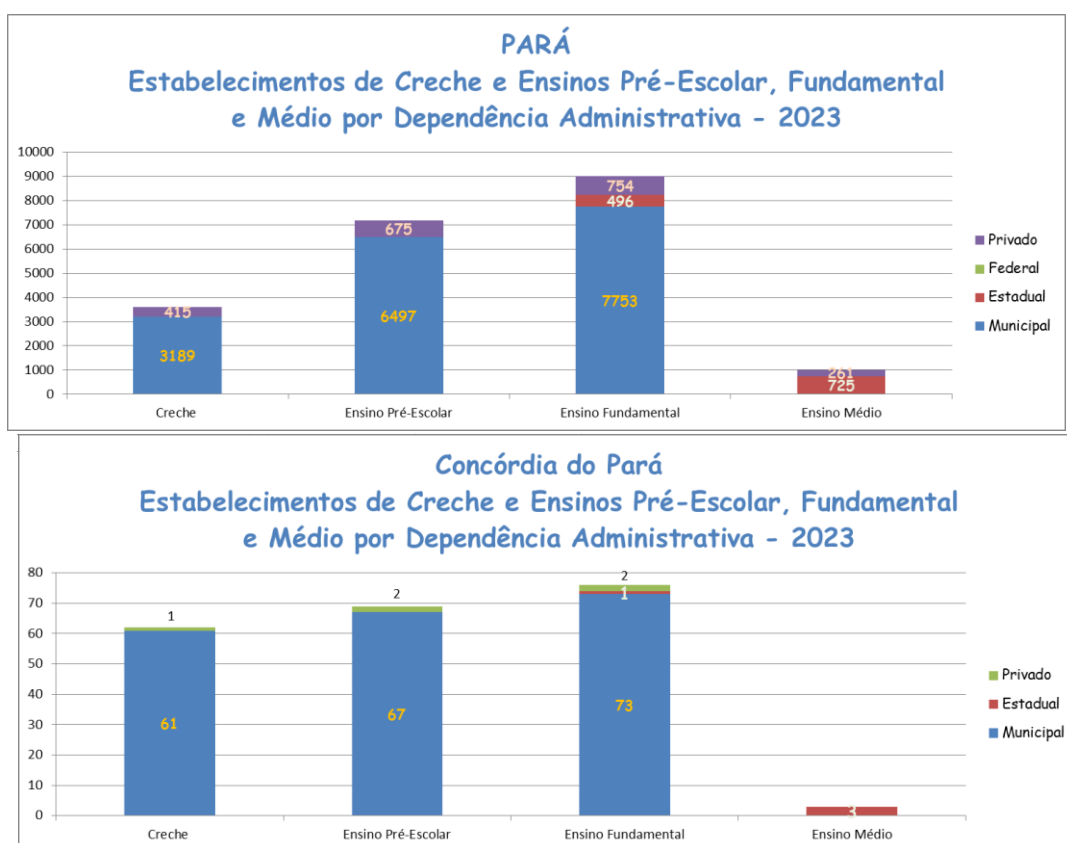
### **4.1.8 Educação**

Pelos dados apresentados, referente à educação básica em Concórdia do Pará observa-se um número, significativamente, maior de estabelecimentos de ensino nas etapas iniciais, que vão da creche ao ensino fundamental, com crescimento progressivo até a última etapa. A partir daí, há uma redução acentuada na oferta de estabelecimentos para o ensino médio.



A Constituição Federal, em seu artigo 211, estabelece a responsabilidade compartilhada entre os entes federativos, pela oferta da educação básica (BRASIL, 1988). Onde, cabe aos municípios, prioritariamente, a educação infantil e o ensino fundamental e aos estados, a oferta do ensino médio. Em razão disso, verifica-se que o maior volume de estabelecimentos em Concórdia do Pará é mantido pelo poder público municipal, cuja oferta vai até o ensino fundamental, enquanto as demais esferas federativas e a iniciativa privada tem pouca participação. Já no ensino médio, a oferta fica sob a responsabilidade do governo estadual, com alguma presença da iniciativa privada, no entanto, no caso de Concórdia, essa participação é bastante limitada e não foi detectado a presença da esfera federal (ver gráfico 7).

Gráfico 7: Estabelecimentos de Ensino em Concórdia do Pará.



Fonte: INEP, 2023. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Em termos de unidade escolar, o INEP contabilizou, em 2023, o total de 81 unidades escolares no município. Dessas, 15 são urbanas, sendo 10 municipais, 3 privadas e 2 estaduais (INEP, 2023). Das 66 rurais, 65 são municipais e apenas 01 (uma) estadual. Essa configuração evidencia a forte presença do poder público municipal na oferta educacional, especialmente na zona rural, além de apontar para uma baixa concentração de escolas em áreas urbanas, o que pode impactar a acessibilidade e a permanência dos estudantes nas etapas mais avançadas

do ensino. As matrículas nesses espaços seguem a distribuição apresentada nos gráficos abaixo:

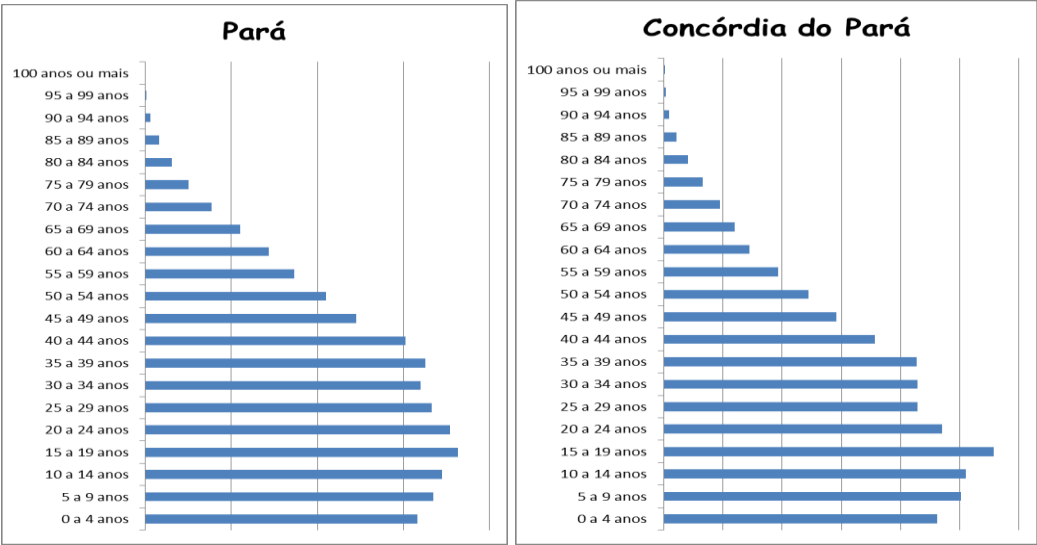
Gráfico 8: Matrículas nas áreas urbana e rural.



Fonte: INEP, 2023. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Com base na estrutura etária de 2022, observa-se, em Concórdia do Pará, um padrão semelhante ao do estado: a faixa etária de 15 a 19 anos é a mais populosa, seguida de perto pelas faixas de 20 a 34 anos. Já as faixas de 0 a 14 anos apresentam volumes menores, indicando uma provável redução nas taxas de natalidade nos últimos anos. Esse padrão sugere o início de uma transição demográfica, com concentração nas faixas jovens e adultas e um decréscimo gradual na base da pirâmide.

Gráfico 9: Comparação de faixa etária da população do Pará e Concórdia.

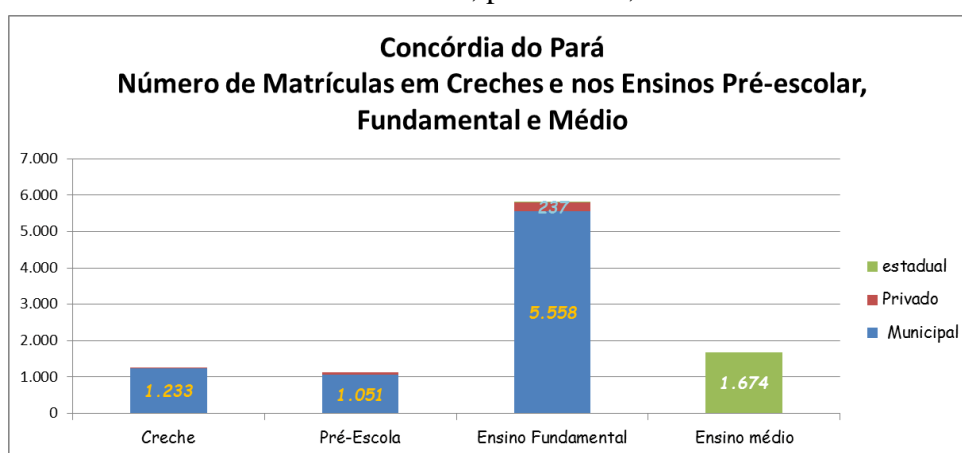


Fonte: IBGE, 2022. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Essa tendência, no entanto, contrasta com a estrutura da rede de ensino local, fortemente concentrada no ensino fundamental e significativamente reduzida no ensino médio. Dada a progressão etária da população, essa configuração pode não corresponder à demanda real, criando um potencial descompasso entre o público em idade escolar e a oferta educacional nas etapas finais da educação básica.

Esta tendência, certamente, determina o fluxo de matrículas no município, cujas matrículas concentram-se nos primeiros anos da educação básica, reduzindo-se em 71,08 % no ensino médio.

Gráfico 10: Matriculados em creche, pré-escolar, fundamental e médio.



Fonte: INEP, 2023. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Considerando os dados populacionais de 2022, a faixa etária de 15 a 19 anos em Concórdia do Pará concentrava 2.787 indivíduos (IBGE, 2023b). Embora essa faixa não coincida exatamente com o recorte oficial do ensino médio — previsto pela LDB para jovens entre 15 e 17 anos — ela fornece uma aproximação razoável do público potencial para essa etapa da educação básica. Ao comparar esse contingente com o número de matrículas no ensino médio no ano seguinte (2023), cuja soma chegou a apenas 1.674 alunos (INEP, 2023), observa-se uma diferença significativa — sem mencionar ainda a fração potencial contida na faixa etária anterior, de 10 a 14 anos, parte da qual pode ter ingressado no ensino médio em 2023, bem como eventuais alunos das faixas etárias superiores, possivelmente, em situação de distorção idade-série.

Apesar de não ser possível afirmar, com base apenas nesses dados, a existência de um déficit na cobertura escolar, o contraste entre o volume populacional e a quantidade de matrículas, reforça a impressão de um descompasso entre a demanda potencial e a oferta efetiva ou o acesso à educação no ensino médio do município. Tal discrepância levanta hipóteses importantes sobre evasão escolar, deslocamento para estudar em outros municípios,

atraso ou abandono escolar, as quais merecem atenção por parte dos gestores públicos e das políticas educacionais locais.

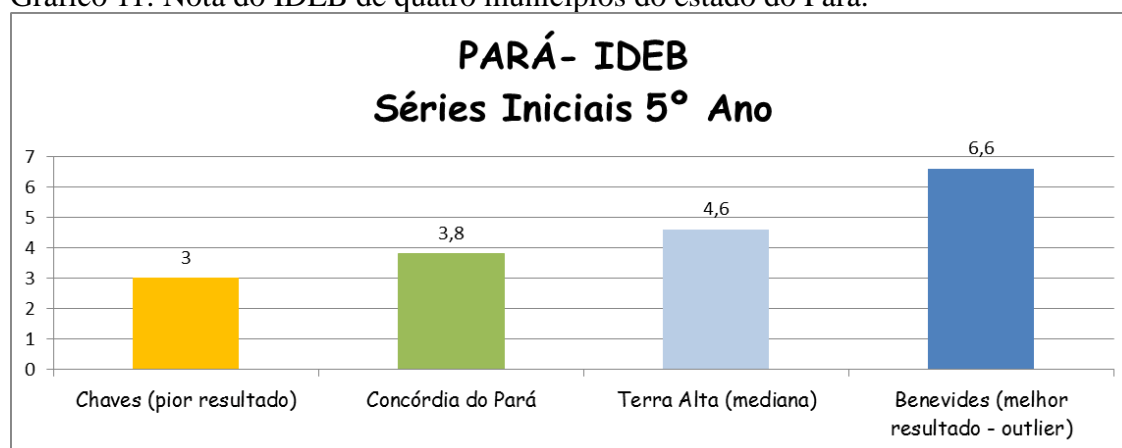
Segundo dados consolidados da educação municipal, a taxa de reprovação no ensino fundamental em Concórdia do Pará é de 12,90%. Esse índice representa, praticamente, a totalidade da reprovação no município, já que essa etapa concentra a principal oferta da rede. A taxa de abandono é de 1,5%, levemente inferior à média estadual, de 1,7%. Já a distorção idade-série no ensino fundamental atinge 31,6%, a segunda maior da Região de Integração do Rio Capim e bem acima da média estadual, que é de 23% (PARÁ, 2024).

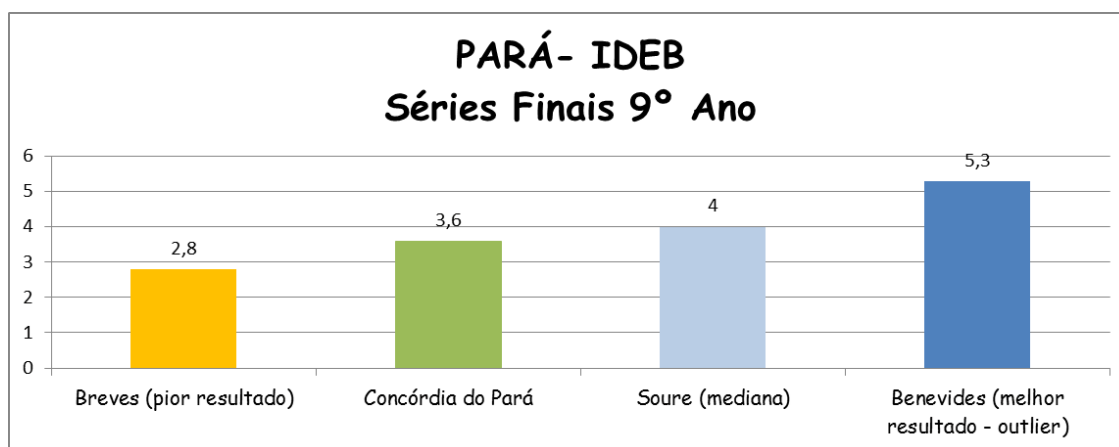
Esses resultados revelam um quadro preocupante de retenção escolar no ensino fundamental. Quase um terço dos alunos encontra-se em série incompatível com a idade e mais de um em cada dez enfrenta reprovação ou abandono. Esses indicadores apontam para fragilidades no fluxo escolar, afetando, diretamente, a trajetória educacional dos estudantes.

No ensino médio, etapa ofertada quase exclusivamente pelo poder público estadual, os dados oficiais indicam taxas bastante reduzidas de reprovação (0,20%) e abandono (0,10%). Contudo, a distorção idade-série nessa etapa é alarmante: atinge 47,8% dos estudantes, a segunda maior da Região de Integração do Rio Capim (PARÁ, 2024). Esse dado reforça a impressão de haver fragilidades na oferta e no atendimento educacional do ensino médio no município. Afinal, se quase metade dos alunos está fora da idade recomendada para essa etapa, é plausível supor uma presença significativa nesse grupo de estudantes com idade superior à faixa etária prevista na LDB, ou seja, entre 15 e 17 anos.

Esse panorama pode ser confirmado por meio de avaliações externas, sendo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) um dos mais reconhecidos. Em 2023, Concórdia do Pará obteve o 13º pior desempenho do estado nas séries iniciais do ensino fundamental (5º ano), e o 28º pior nas séries finais (9º ano) (PARÁ, 2024). Esses resultados colocam o município entre os piores terços do estado nos dois indicadores, apontando dificuldades persistentes tanto na alfabetização e consolidação das habilidades básicas, quanto na preparação para a etapa final da educação básica.

Gráfico 11: Nota do IDEB de quatro municípios do estado do Pará.





Fonte: INEP, 2023. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

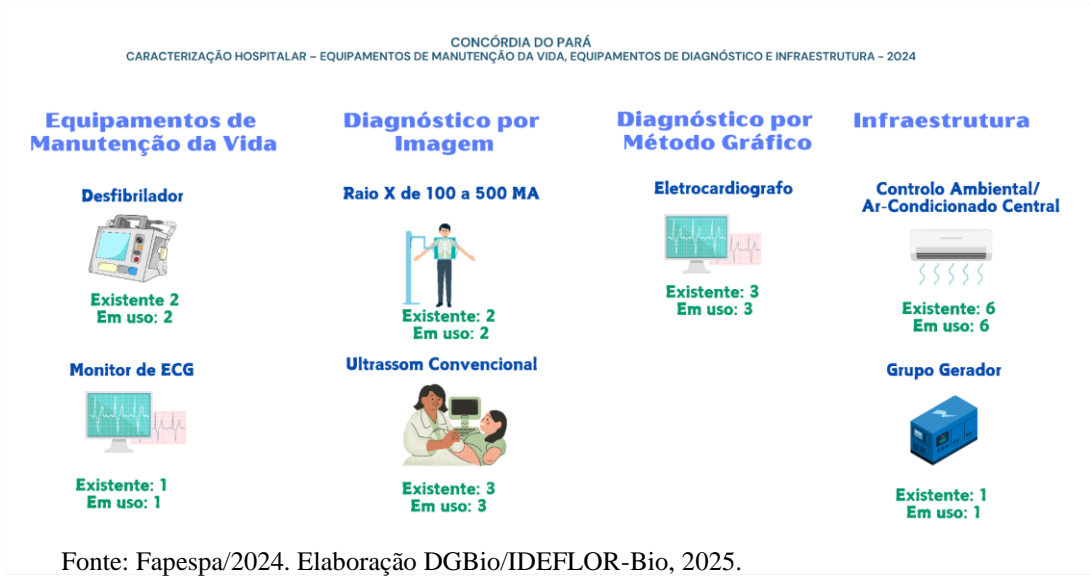
Até o ano de 2023, os dados oficiais não registram oferta de ensino superior no município de Concórdia do Pará (INEP, 2023). Diante dessa ausência, os estudantes que desejam ingressar nessa etapa educacional precisam, provavelmente, buscar alternativas em municípios vizinhos, como Paragominas, ou recorrer à capital do estado, Belém, como destino mais viável.

#### **4.1.9 Saúde**

Segundo dados consolidados pela Fapespa (2024), a infraestrutura hospitalar de Concórdia do Pará apoia-se em uma única unidade: o Hospital e Maternidade João Lins de Oliveira, o qual dispõe de 30 leitos de internação contínua e 1 leito complementar. Essa disposição apresenta-se como uma das mais baixas da região do Rio Capim, com uma razão de apenas 1,12 leitos por mil habitantes. Esse valor posiciona o município atrás de municípios, onde poucos alcançam mais de 1 leito por mil habitantes como Abel Figueiredo (3,42) e Capitão Poço (3,34), os quais lideram a região nesse indicador. Há um indicador mais crítico na região, isto é, Bujaru, sem registro algum de leito hospitalar (PARÁ, 2024).

Os aparatos disponíveis para o cuidado com a saúde da população concordiense apresentam algumas limitações, sobretudo pela ausência de equipamentos básicos, como respirador/ventilador, mamógrafo com comando simples, tomógrafo computadorizado, eletroencefalógrafo e usina de oxigênio, mas todos os aparelhos atualmente disponíveis encontram-se em uso (PARÁ, 2024).

Figura 13: Equipamentos de Diagnóstico e Infraestrutura hospitalar.



Em relação ao quadro de profissionais de saúde, Concórdia do Pará conta com 11 médicos. Em termos de disponibilidade de médicos por mil habitantes, esse quantitativo representa uma razão de 0,41, situando-se abaixo da média regional. Entre os 16 municípios analisados, ocupa a 7ª pior posição, sendo superado por localidades como Irituia (0,52), Aurora do Pará (0,55) e Dom Eliseu (0,79). Apenas Ulianópolis (1,05) supera a marca de 1 médico por mil habitantes (PARÁ, 2024). Em contraste, Belém, capital do estado, registra uma razão de 3,5 médicos por mil habitantes — um patamar bastante distante da realidade dos municípios do interior. Esse contraste evidencia desigualdades significativas na distribuição de profissionais da saúde no estado do Pará. Além da escassez numérica, a ausência de especialidades essenciais também chama atenção, especialmente no cuidado com crianças e gestantes, como é o caso de pediatras e gineco-obstetras, que não estão presentes no município, conforme ilustrado no quadro abaixo.

Figura 14: Quadro de Profissionais de Saúde.



Fonte: Fapespa, 2024. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

### *Taxa de mortalidade infantil*

A análise das taxas de mortalidade infantil e em menores de 5 anos em Concórdia do Pará, revela um cenário preocupante quando comparado a municípios vizinhos. Com uma taxa de mortalidade infantil de 17,58 por mil nascidos vivos, os concordienses enfrentam um dos índices mais altos da região, ficando acima de localidades como: Aurora do Pará (5,05), Rondon do Pará (5,14) e Ipixuna do Pará (5,15). No entanto, ainda está abaixo de municípios como: Irituia (21,08), Garrafão do Norte (23,26) e Ourém (26,79), que registram taxas ainda mais elevadas (PARÁ, 2024).

Já a taxa de mortalidade em menores de 5 anos segue um padrão semelhante, com Concórdia do Pará apresentando um índice de 17,58. Esse valor também é superior ao de vários municípios próximos, como Rondon do Pará (8,56), Ipixuna do Pará (6,87) e Capitão Poço (10,32). Entretanto, segue abaixo de localidades como Garrafão do Norte (28,42) e Ourém (31,25), onde a mortalidade infantil e na primeira infância são, ainda, mais expressivas.

No que se refere à mortalidade materna, Concórdia do Pará não apresenta registros, diferentemente de municípios como Dom Eliseu (163,67), Paragominas (55,43) e Tomé-Açu (69,44), que registraram índices elevados. A ausência de casos pode estar relacionada, tanto a um melhor acompanhamento pré-natal e obstétrico, quanto a uma subnotificação de dados (PARÁ, 2024).

O quadro geral indica que Concórdia do Pará enfrenta desafios na redução da mortalidade infantil, estando acima da média de alguns municípios vizinhos, mas sem atingir

os piores índices da região. Esse panorama reforça a necessidade de políticas públicas voltadas para a atenção materno-infantil, especialmente no acesso a cuidados neonatais, saneamento básico e programas de saúde preventiva.

#### **4.1.10 Economia**

A exposição e leitura dos dados dos setores econômicos de Concórdia do Pará é um desafio dentro do cenário regional e estadual, em virtude da escala dos resultados disponíveis.

O município em destaque não figura entre as maiores economias do estado, nem desponta como destaque estadual em nenhum serviço ou produto específico. Também não apresenta características fundamentais de uma cidade de médio porte, podendo ser compreendido como um município pequeno, e isso, evidentemente, não diminui sua importância no contexto estadual. Seus resultados situam-se próximos da média da sua região de integração, embora a própria região, como um todo, não se destaque em vários quesitos econômicos.

Para estabelecer uma base comparativa mais segura, adotou-se o z-score, medida estatística, como ferramenta metodológica, a fim de padronizar e comparar desempenhos de diferentes municípios, independentemente da escala ou da variabilidade de seus indicadores econômicos. O z-score permite transformar dados brutos em valores normalizados, expressando o número de desvios-padrão onde cada observação se encontra em relação à média do conjunto analisado, fixada em zero. Essa abordagem é particularmente útil para identificar municípios com desempenhos significativamente superior ou inferior à média regional, além de possibilitar a comparação entre variáveis com escalas distintas.

Assim, a escolha do z-score contribuiu para uma avaliação mais precisa e imparcial dos dados, permitindo evidenciar padrões de desempenho econômico, sejam eles de destaque ou de fragilidade, no contexto estudado, e proporcionando uma dimensão mais realista dos resultados de Concórdia do Pará, evitando a distorção que o uso exclusivo de valores absolutos provocaria.

##### **4.1.10.1 Agropecuária**

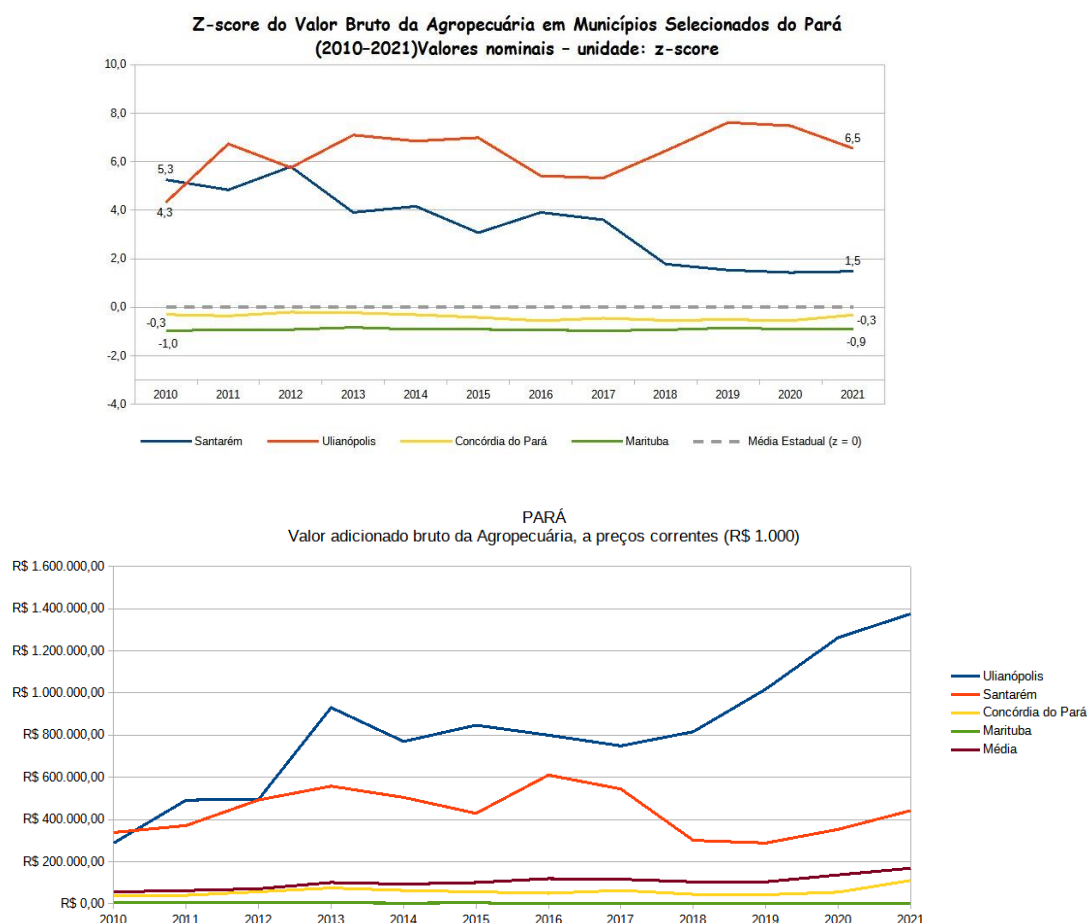
Ao analisar os dados do Valor Bruto Adicionado (VBA) da agropecuária entre os anos de 2010 e 2021, pode-se observar um aumento na média da produção entre os municípios do estado do Pará. Com efeito, ao longo do período analisado, essa produção apresentou uma evolução expressiva, com a média subindo de R\$ 56.481.350,00 em 2010 para R\$ 168.726.320,00 em 2021 — um crescimento acumulado de quase 200%. Esse avanço ocorreu



a uma taxa média de aproximadamente 10,35% ao ano, refletindo o fortalecimento contínuo do setor (IBGE, 2023c). Embora se trate de valores nominais, essa tendência crescente pode refletir políticas públicas, investimentos privados ou a expansão das fronteiras agrícolas no território estadual.

Para compreender o comportamento específico da produção agropecuária de Concórdia do Pará, foi calculado o z-score anual de cada município, de modo a mensurar o quanto cada um se distancia da média estadual em cada ano. A partir dessa métrica, observa-se que Concórdia do Pará manteve-se ligeiramente abaixo da média estadual ao longo do período, com variações modestas em seu desempenho. Apesar de não figurar entre os destaques, o município apresentou desempenho consideravelmente superior ao dos piores resultados — como o de Marituba — e bem abaixo dos melhores, alcançados por municípios como Santarém e Ulianópolis.

Gráfico 12: Valor Bruto da Agropecuária nos municípios selecionados.



### *Produção de Produtos*

Para a apresentação da produção agropecuária de Concórdia do Pará, a abordagem adotada considera tanto o comportamento histórico quanto a relevância atual dos produtos cultivados. Para garantir uma avaliação consistente e comparável entre diferentes itens, adotou-se como critério principal o cálculo da média histórica da produção nos últimos cinco anos (2019–2023) para cada produto, com ênfase no valor da produção e na quantidade produzida.

Além disso, para o mesmo período, foram calculados três métricas adicionais: (1) os maiores rendimentos médios de valor por unidade produzida; (2) os maiores rendimentos médios de quantidade produzida por área cultivada; e (3) os maiores valores do produto por unidade produzida. Neste último caso, foi adotado um critério duplo: primeiro, calculou-se a média ponderada do valor por unidade produzida para cada município ao longo do período e comparou-se esse valor com a média estadual; em seguida, foi calculado o desvio padrão dos valores anuais de cada município e comparado à média estadual dos desvios. Foram considerados os melhores desempenhos aqueles que superaram a média estadual em ambos os indicadores, média ponderada e estabilidade dos resultados. Todos os dados estatísticos utilizados na presente análise, referentes à produção agropecuária municipal, têm como fonte o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023c).

Essa metodologia visa refletir o desempenho histórico do município e demonstrar a vitalidade econômica nos anos mais recentes, evitando que produtos em declínio ou abandonados sejam indevidamente considerados como relevantes na dinâmica atual da produção agropecuária de Concórdia do Pará.

### *Lavoura Temporária*



*Abacaxi*

Na análise da produção de abacaxi em frutos no Pará, destaca-se o município de Floresta do Araguaia como o maior produtor estadual, com uma média histórica de 2.57.052.000 frutos anuais e um valor médio de produção de R\$ 467.351.800,00. No Rio Capim, a maior média histórica é registrada no município de Irituia, com 600.000 frutos por

ano e um valor médio de R\$ 1.057.800,00. Já em Concórdia do Pará, observa-se uma produção historicamente estável de 300.000 frutos ao ano, com um valor médio de produção de R\$ 531.600,00 no período mais recente.

Quando se trata de avaliar o rendimento médio dessa produção, o cenário muda em relação àquelas extremidades. Concórdia aparece com o melhor aproveitamento em sua região, com 30.000 frutos por hectare. O melhor rendimento do estado ficou com Inhangapi, com 30.800 frutos por hectare.

Na análise do rendimento médio por unidade produzida (R\$/fruto) da cultura do abacaxi, considerando os dados dos últimos cinco anos (2019–2023), o município de Curralinho se destaca no cenário estadual como a localidade com maior valor médio ponderado por fruto, atingindo R\$ 3,49, com um desvio padrão de apenas R\$ 0,30, evidenciando um desempenho alto, com baixa oscilação de valor — um resultado ideal dentro do contexto estadual no período avaliado.

Bem abaixo da marca acima, na região do Rio Capim, o melhor desempenho foi verificado em Ulianópolis, com uma média ponderada de R\$ 1,97 por fruto e um desvio padrão de R\$ 0,21, resultado que revela uma produtividade mais modesta, porém com boa regularidade entre os anos analisados. Já Concórdia do Pará apresentou um rendimento médio de R\$ 1,77 por fruto, com desvio padrão de R\$ 0,32, situando-se abaixo de Ulianópolis, mas também com comportamento relativamente estável.

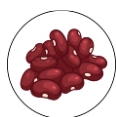


#### *Arroz com Casca*

Na análise da cadeia produtiva do arroz no estado do Pará, o município de Cachoeira do Arari se destaca como o maior produtor estadual, com média de valor da produção de R\$ 38.361.000,00, volume médio anual de 33.570,4 toneladas e rendimento médio de 4.922,6 kg/ha. Esses números consolidam sua posição como principal polo da rizicultura paraense.

Na região do Rio Capim, Paragominas apresenta o melhor desempenho, com uma média de R\$ 9.900.800,00 em valor de produção, volume médio de 7.099,8 toneladas e rendimento médio de 2.619 kg/ha, situando-se como referência regional na produção de arroz. Já Concórdia do Pará mostra uma produção bastante modesta, com média de R\$ 17.800,00 em valor, 15,6 toneladas de arroz produzidas por ano e um rendimento médio de 650,2 kg/ha, bastante inferior aos padrões regional e estadual.

No tocante ao preço médio ponderado por quilo de arroz, os melhores desempenhos estaduais foram registrados em Viseu (R\$ 1,56/kg) e Dom Eliseu (R\$ 1,43/kg), ambos com desvios padrão que indicam boa estabilidade de valores ao longo dos últimos cinco anos. Concórdia do Pará, com R\$ 1,14/kg, apresenta um desempenho menos expressivo, embora relativamente estável no período considerado.



### *Feijão*

A produção de feijão em Concórdia do Pará revela um perfil modesto quando comparado ao restante do estado do Pará. A média histórica de produção anual no município é de apenas 21 toneladas, frente a 1.200 toneladas em Capitão Poço (maior produtor do Rio Capim) e 2.083 toneladas em Capanema (maior média estadual). No que se refere ao valor da produção anual, Concórdia registra cerca de R\$ 568,00 em média, dentro do período avaliado, valor significativamente inferior ao de Capitão Poço (R\$ 4.176,00) e Capanema (R\$ 8.178,40).

O rendimento médio da cultura em Concórdia é de 600 kg/ha, abaixo da média estadual, cuja referência chega a 1.000 kg/ha, valor atingido por municípios como Abel Figueiredo no Rio Capim e Santo Antônio do Tauá.

Já em relação ao preço por unidade produzida, no período de 2019 a 2023, Concórdia obteve uma média ponderada de R\$ 2.704,76 por tonelada, com um desvio padrão de R\$ 400,00, refletindo certa estabilidade nos valores praticados. Capitão Poço, no entanto, alcançou um valor médio superior (R\$ 3.480,00) com maior oscilação (R\$ 951,63), enquanto São Félix do Xingu apresentou o melhor resultado estadual (R\$ 4.914,97), também com alta oscilação (R\$ 896,88).



### *Mandioca*

Na produção de mandioca no estado do Pará, o município de Acará apresenta-se como o principal destaque, com uma média anual de 312.601,2 toneladas, liderando amplamente a produção estadual. No Rio Capim, a maior produção média é observada em Nova Esperança do Piriá, com 51.000 toneladas, seguido por Concórdia do Pará, com 33.089,40 toneladas.

No que diz respeito ao valor médio da produção, Acará também ocupa a primeira colocação estadual, com aproximadamente R\$ 269,0 milhões em média por ano. No Rio Capim, o maior valor médio de produção foi registrado em Tomé-Açu (R\$ 43,8 milhões), e Concórdia do Pará fica abaixo dessa marca, com cerca de R\$ 31,4 milhões anuais.

Quanto ao rendimento médio por hectare, os dados indicam São Félix do Xingu como município mais produtivo no estado, com 29.866,8 kg/ha. No Rio Capim, o melhor desempenho foi de Aurora do Pará (22.000 kg/ha) e Concórdia do Pará marcou 12.726,6 kg/ha.

Por fim, a análise do valor médio por tonelada de mandioca no período recente (2019–2023) revela que Parauapebas possui o maior valor ponderado estadual, com R\$ 1.459,69 por tonelada, e um desvio padrão de R\$ 9.889,16, indicando grande oscilação, mas desempenho destacado. No Rio Capim, o melhor resultado foi de Bujaru (R\$ 1.011,54, com desvio de R\$ 5.585,52), enquanto Concórdia do Pará apresentou valor médio de R\$ 947,96 por tonelada, com o um elevado desvio padrão na série (R\$ 12.053,54), sugerindo forte instabilidade nos preços praticados, sobre uma produção modesta.



### *Milho*

Na recente produção de milho no estado do Pará (2019-2023), o município de Santana do Araguaia lidera amplamente, com média anual de 149.338,6 toneladas. No Rio Capim, o maior volume médio é registrado em Paragominas, com 52.344,8 toneladas, enquanto Concórdia do Pará apresenta uma produção significativamente inferior, com apenas 50,4 toneladas anuais.

No valor médio da produção, a diferença permanece expressiva: Santa Maria das Barreiras lidera no estado com R\$ 147,6 mil, e no Rio Capim, Dom Eliseu destaca-se com R\$ 52,5 mil anuais, ficando Concórdia do Pará atrás, com R\$ 33,1 mil. Quanto ao rendimento médio por hectare, São Félix do Xingu apresenta o melhor desempenho estadual, com 4.761 kg/ha. No Rio Capim Rondon do Pará apresenta o melhor desempenho com 3.640 kg/ha. Concórdia do Pará aparece com 1.520 kg/ha, o mais baixo de sua região.

Na análise do valor médio por unidade produzida (R\$/kg) de milho, o município de Viseu se destacou no cenário estadual, com valor ponderado de R\$ 1,23 e desvio padrão de R\$ 0,30, demonstrando desempenho elevado e consistente. No Rio Capim, o melhor resultado foi registrado em Irituia, com média de R\$ 1,11 e um desvio padrão ainda menor

(R\$ 0,29), evidenciando preços igualmente vantajosos e estáveis. Concórdia do Pará apresentou valor similar (R\$ 1,10), mas com maior oscilação (R\$ 0,32), o que indica um desempenho menos confiável, apesar de competitivo em termos absolutos.

#### *Lavoura Permanente*



##### *Dendê (Cacho de coco)*

Entre 2019 e 2023, Concórdia do Pará apresentou desempenho intermediário na cadeia produtiva do dendê quando comparado aos principais produtores regionais e estaduais. Em termos de produção média anual, o município registrou 231.556,4 toneladas, o que representa 43% da produção de Tomé-Açu (536.700 t) e 24,6% da de Tailândia, que lidera o setor no estado com 942.084 toneladas anuais.

Quanto ao valor movimentado, Concórdia alcançou R\$ 75,6 milhões por ano, frente aos R\$ 186,7 milhões de Tomé-Açu e R\$ 362,3 milhões de Tailândia. No quesito produtividade por hectare, o município teve média de 12.584,6 kg/ha, ficando abaixo de Bujaru (16.787,6 kg/ha) e Nova Timboteua (19.700 kg/ha), esta última referência estadual de desempenho agrônômico.

No indicador de valor médio por tonelada, Concórdia do Pará obteve R\$ 326,64, superando a média estadual (R\$ 101,06), mas ainda abaixo de municípios como Mãe do Rio (R\$ 688,14) e com maior variação nos preços (R\$ 113,67 de desvio padrão). Ainda assim, a oscilação está dentro de um intervalo moderado, inferior à média estadual de instabilidade (R\$ 41,89), o que oferece maior previsibilidade que boa parte dos concorrentes.

Em resumo, a produção de dendê em Concórdia do Pará demonstra escala relevante, desempenho técnico razoável e boa previsibilidade de mercado, destacando-se como uma atividade estratégica com potencial de consolidação na matriz agrícola regional.



##### *Pimenta-do-Reino*

Concórdia do Pará destaca-se na Região do Rio Capim como um dos principais produtores de pimenta-do-reino, embora ainda distante dos líderes estaduais em escala. A produção média anual foi de 1.338,8 toneladas, inferior às 3.000 toneladas de Santo Antônio do Tauá (referência regional) e às 4.840 toneladas de Tomé-Açu, líder estadual.



O valor médio movimentado no período foi de R\$ 11,12 milhões por ano, representando 27,3% do total estadual registrado por Tomé-Açu (R\$ 40,75 milhões). Ainda que não figure entre os maiores volumes, o município demonstra presença significativa na cadeia.

No rendimento por hectare, Concórdia obteve 1.951,4 kg/ha, desempenho abaixo do observado em Novo Repartimento (3.880 kg/ha) e Bujaru (3.500 kg/ha), evidenciando margem para ganhos de produtividade.

Em relação ao valor médio por tonelada, Concórdia atingiu R\$ 8.308,93, acima da média estadual (R\$ 5.934,12), o que revela bom retorno financeiro bruto. No entanto, o desvio padrão elevado (R\$ 2.083,69) indica forte oscilação de preços, o que dificulta o planejamento de médio prazo. Comparativamente, Porto de Moz apresenta maior estabilidade (R\$ 1.381,54 de desvio), e Abel Figueiredo combina a melhor rentabilidade (R\$ 12.857,14) com alta volatilidade (R\$ 3.314,22).

Em síntese, Concórdia do Pará demonstra força comercial na pimenta-do-reino, com bom valor por tonelada, mas precisa melhorar em produtividade e estabilidade de mercado para consolidar sua posição como polo competitivo dentro da cadeia estadual.



### *Mamão*

Concórdia do Pará apresenta uma inserção modesta na cadeia produtiva do mamão, tanto em volume quanto em valor. A produção média anual foi de 294,4 toneladas, frente às 3.000 toneladas de Santo Antônio do Tauá, principal produtor estadual, indicando baixa escala regional.

No que se refere ao valor médio anual movimentado, Concórdia gerou cerca de R\$ 491,6 mil, o que corresponde a apenas 9,1% do total de Santo Antônio do Tauá (R\$ 5,39 milhões) e 87,7% do valor movimentado por Paragominas (R\$ 560,4 mil) — este último sendo o único município regional de comparação disponível. Em termos de produtividade agrícola, Concórdia apresentou rendimento de 19.626,6 kg/ha, muito próximo aos melhores desempenhos estaduais, como Marabá, Medicilândia e Parauapebas, todos com 20.000 kg/ha, o que sinaliza eficiência técnica relevante.

Contudo, ao analisar o valor médio por tonelada, o município obteve R\$ 1.669,84, valor acima da média estadual (R\$ 738,27), mas com alto desvio padrão (R\$ 596,72), o que demonstra significativa volatilidade nos preços recebidos pelos produtores locais. Em

contraste, Santo Antônio do Tauá registrou R\$ 1.795,00 com desvio de apenas R\$ 120,83, apresentando maior estabilidade comercial.

Em síntese, embora Concórdia do Pará apresente uma boa produtividade por hectare, sua baixa escala de produção, modesto valor movimentado e alta instabilidade de preços revelam desafios importantes para o fortalecimento dessa cultura. O município possui potencial agrônomo, mas depende de maior estruturação mercadológica para ampliar sua competitividade.



### *Açaí*

Entre 2019 e 2023, Concórdia do Pará manteve uma participação modesta na cadeia produtiva do açaí, tanto em nível estadual quanto regional. A produção média anual foi de 13.735,4 toneladas, o que representa apenas 3,3% da produção de Bujaru (70.697,2 t), principal referência da região do Rio Capim, e apenas 3,3% da produção de Igarapé-Miri, que lidera o ranking estadual com 417.780,8 toneladas anuais.

Em termos de valor, Concórdia movimentou cerca de R\$ 43,4 milhões por ano — valor equivalente a 20,5% da receita de Bujaru (R\$ 212,3 milhões) e 2,6% da movimentação de Igarapé-Miri (R\$ 1,64 bilhão). Quanto à produtividade por hectare, o município também apresenta baixa eficiência: foram 6.540,6 kg/ha, desempenho inferior aos principais polos do estado. Medicilândia atingiu 13.684,6 kg/ha, e Capitão Poço, 11.986,6 kg/ha, revelando que Concórdia precisa de avanços significativos nesse aspecto.

No quesito valor médio por tonelada, a posição de Concórdia é ambígua. Embora o município registre um valor superior à média estadual (R\$ 3.162,38 contra R\$ 2.735,39), esse ganho é acompanhado de elevado desvio padrão (R\$ 1.637,32) — quase o dobro da média estadual (R\$ 869,56). Isso indica grande instabilidade de preços, dificultando previsibilidade e planejamento. Destaques positivos no quesito rentabilidade com estabilidade incluem Mocajuba (R\$ 4.515,26 por tonelada, com desvio de R\$ 586,81) e Capitão Poço (R\$ 3.141,37 com o menor desvio, R\$ 456,73), sendo este último o melhor equilíbrio regional.

Em síntese, apesar de Concórdia do Pará mostrar um valor de mercado promissor por tonelada, sua baixa escala de produção, fraca produtividade e alta oscilação nos preços comprometem o pleno aproveitamento do potencial econômico do açaí. Investimentos em técnicas de manejo, estrutura produtiva e estabilidade de mercado podem contribuir para fortalecer o setor localmente.



### *Banana*

Entre 2019 e 2023, a produção de banana em Concórdia do Pará mostrou-se modesta em escala e limitada em valor agregado, tanto no cenário estadual quanto regional. O município teve uma produção média anual de apenas 495 toneladas, o que representa 27% da produção de Capitão Poço (1.832,4 t) e apenas 0,39% da produção de Medicilândia, município destaque do estado com 126.912 toneladas anuais.

Essa baixa escala reflete-se diretamente no valor movimentado: Concórdia gerou, em média, R\$ 826,8 mil por ano, contra R\$ 5,2 milhões de Capitão Poço e R\$ 182,7 milhões de Medicilândia. Do ponto de vista da produtividade, medida pelo rendimento por hectare, o município também fica atrás: obteve 11.000 kg/ha, enquanto Capitão Poço alcançou 13.916,2 kg/ha e Limoeiro do Ajuru, destaque estadual, chegou a 16.508,8 kg/ha. No critério de valor por tonelada, Concórdia do Pará registrou R\$ 1.670,30, valor abaixo da média estadual (R\$ 1.764,86) e inferior ao de Capitão Poço (R\$ 2.855,05). Além disso, apresentou um desvio padrão de R\$ 476,47, acima da média estadual de R\$ 480,84, indicando maior instabilidade de preços.

Em síntese, o desempenho de Concórdia do Pará na cadeia da banana é marcado por baixa produção, produtividade limitada e preços instáveis. Embora apresente algum potencial de crescimento, é necessário investir em melhorias técnicas, manejo produtivo e estabilidade de mercado para que o município possa competir de forma mais expressiva no contexto regional e estadual.



### *Cacau (Amêndoa)*

Entre 2019 e 2023, a produção de cacau em Concórdia do Pará apresentou um desempenho modesto, tanto em escala quanto em valor agregado. O município registrou 189,6 toneladas anuais, frente às 2.747,4 toneladas de Tomé-Açu, principal referência regional, e 49.278 toneladas de Medicilândia, que lidera o estado.

Em termos de valor médio, a produção de Concórdia movimentou R\$ 1,89 milhão por ano, o que representa 6,9% da receita de Tomé-Açu e menos de 0,3% da receita de Medicilândia, que ultrapassou os R\$ 637 milhões anuais. A produtividade por hectare também

é inferior: Concórdia obteve 653,6 kg/ha, enquanto Paragominas alcançou 856,6 kg/ha e Anapu, destaque estadual, registrou 1.131,2 kg/ha.

No indicador de valor médio por tonelada, o município aparece em patamar semelhante a outras referências: R\$ 10.012,66, próximo a Paragominas (R\$ 10.906,61) e Bragança (R\$ 10.916,67). No entanto, a instabilidade nos preços é elevada: o desvio padrão em Concórdia (R\$ 2.238,52) é o maior entre os analisados, superando inclusive a média estadual de R\$ 1.117,86 — o que compromete a previsibilidade de retorno da cultura.

Em síntese, embora apresente preço competitivo por tonelada, a cadeia do cacau em Concórdia do Pará ainda enfrenta desafios significativos em escala de produção, eficiência agrônômica e estabilidade de mercado. O município integra o grupo dos 68 do estado com dados consistentes para o cultivo de cacau no período, mas necessita de ações estratégicas para se destacar de forma mais expressiva nesse setor.



#### *Coco-da-Baía*

A produção de Coco-da-Baía em Concórdia do Pará, no período de 2019 a 2023, apresenta desempenho discreto diante dos principais polos produtivos estaduais e regionais. Em termos de produção média, o município alcançou cerca de 1.500.000 frutos por ano, valor significativamente inferior ao de Capitão Poço (9.219.200 frutos) e, sobretudo, ao de Moju, líder estadual, com expressivos 81.766.600 frutos anuais.

Esse baixo volume de produção se reflete também no valor gerado. Enquanto Concórdia movimentou R\$ 1.356.000,00 por ano, Moju alcançou R\$ 115,4 milhões, e Capitão Poço superou os R\$ 5 milhões no mesmo intervalo. Trata-se de uma diferença substancial que evidencia a escala ainda limitada da produção em Concórdia. No quesito produtividade por hectare, o município segue o padrão regional de rendimento técnico com 10.000 frutos/ha, inferior ao patamar de 15.000 frutos/ha observado nos principais municípios do estado, como Igarapé-Açu, Uruará e Medicilândia.

Já no indicador de valor médio por fruto, a posição de Concórdia é um pouco mais favorável. O município registra R\$ 0,90 por fruto, valor inferior ao de Marabá (R\$ 1,50) e Rondon do Pará (R\$ 1,12), mas ainda acima da média estadual de R\$ 0,14. No entanto, seu desempenho é comprometido pela alta oscilação de preços, com desvio padrão de R\$ 0,40, superior à média estadual (R\$ 0,47), revelando fragilidade comercial e instabilidade nos rendimentos.

Em síntese, embora Concórdia do Pará apresente algum potencial na produção de Coco-da-Baía, sua atuação ainda é limitada por baixa escala, produtividade reduzida e instabilidade nos preços. Os dados apontam para a necessidade de investimentos estruturais e técnicos que permitam ao município avançar em competitividade e rentabilidade nesse segmento agrícola.



### *Laranja*

A produção de laranja em Concórdia do Pará apresentou resultados modestos frente aos principais polos estaduais e regionais. Com média anual de 249,4 toneladas, o município produziu apenas 0,11% do volume de Capitão Poço, referência estadual e regional com 223.778 toneladas.

No valor movimentado, Concórdia gerou em média R\$ 215,6 mil por ano, frente aos expressivos R\$ 120,5 milhões de Capitão Poço, evidenciando a baixa inserção comercial do município no mercado citrícola. A produtividade por hectare foi de 12.470 kg/ha, enquanto municípios como Placas (24.000 kg/ha) e Garrafão do Norte (21.467,6 kg/ha) demonstraram maior eficiência técnica, colocando Concórdia em posição inferior também nesse indicador.

Quanto ao valor médio por tonelada, Concórdia atingiu R\$ 864,47, superior à média estadual (R\$ 532,01), mas com um desvio padrão elevado (R\$ 220,50, contra R\$ 175,04 na média estadual), o que indica menor estabilidade de preços e maior risco ao produtor.

Em síntese, os dados revelam que a produção de laranja em Concórdia do Pará é limitada em escala, menos produtiva por hectare e apresenta maior instabilidade no valor de mercado. Para melhorar sua inserção nessa cadeia, o município precisaria de investimentos em eficiência agrônômica, estruturação logística e acesso a canais de comercialização mais robustos.



### *Maracujá*

Entre 2019 e 2023, Concórdia do Pará apresentou desempenho modesto na produção de maracujá em comparação aos principais polos estaduais e regionais. A produção média anual do município foi de 664,8 toneladas, o que representa cerca de 21,8% da produção de Igarapé-Açu (3.040 t), líder estadual, e praticamente o dobro da produção de Capitão Poço (686,6 mil reais em valor gerado).

O valor médio movimentado por Concórdia no período foi de aproximadamente R\$ 1,69 milhão por ano, o que, embora superior ao valor de Capitão Poço, ainda representa apenas 16% do valor gerado por Igarapé-Açu (R\$ 10,5 milhões). No rendimento por hectare, Concórdia também apresenta desempenho relativamente competitivo dentro da região: 12.087 kg/ha, muito próximo ao de Santa Izabel do Pará, referência estadual com 12.666,6 kg/ha.

Contudo, no indicador de valor médio por tonelada, o município apresenta limitações. Apesar de registrar um valor de R\$ 2.552,05 por tonelada, acima da média estadual de R\$ 1.497,94, esse resultado vem acompanhado de um desvio padrão elevado (R\$ 1.110,94) — mais que o dobro da média estadual (R\$ 461,31). Isso indica forte instabilidade nos preços praticados, dificultando o planejamento e afetando a atratividade da cultura.

Em resumo, o maracujá em Concórdia do Pará apresenta produtividade competitiva e valor de mercado acima da média, mas sofre com grande oscilação nos preços. A melhoria das condições de comercialização e o fortalecimento de canais estáveis de escoamento podem ser caminhos para consolidar a cultura como alternativa econômica regional.

### *Pecuária*



#### *Produção Bovina*

Entre 2019 e 2023, Concórdia do Pará apresentou uma atuação discreta na pecuária estadual e regional. Com um rebanho médio de 13.522 cabeças, representou apenas 3,7% do efetivo regional de Paragominas (360.445,4 cabeças) e 0,56% do total estadual de São Félix do Xingu (2,4 milhões de cabeças).

A presença na pecuária leiteira também é modesta: foram apenas 69,2 vacas ordenhadas por ano, frente a 25.430 em Paragominas e 53.534 em Marabá. Essa relação representa cerca de 0,51% das vacas ordenhadas da principal referência regional e 0,13% da referência estadual. A proporção entre vacas em lactação e o rebanho total foi de 0,51% em Concórdia, muito inferior à média estadual (6,98%) e à taxa de Paragominas (7,06%), evidenciando baixa especialização leiteira.

A produção média anual de leite foi de 48.200 litros, o que corresponde a apenas 0,29% da produção de Paragominas (16,7 milhões de litros) e 0,18% da de Água Azul do Norte (27,5 milhões). Entretanto, o rendimento por vaca ordenhada foi de 696,5 litros/ano,



valor competitivo em relação à média estadual (697,95 l/vaca) e ao observado em Mãe do Rio (789,0 l/vaca), apesar de inferior a Belém (1.328,7 l/vaca).

No indicador de rentabilidade, Concórdia registrou R\$ 1,68 por litro de leite, valor abaixo da média estadual (R\$ 1,98) e inferior aos valores de Salvaterra (R\$ 3,60) e Capitão Poço (R\$ 2,38). Por outro lado, o município apresentou um desvio padrão de R\$ 0,27, inferior à média estadual (R\$ 0,43), sinalizando maior estabilidade nos preços recebidos pelos produtores locais.

Em síntese, Concórdia do Pará mantém desempenho modesto na pecuária de corte e leiteira, com baixa escala e limitada inserção comercial. Contudo, o rendimento técnico por vaca e a estabilidade de preços indicam algum potencial para avanços, desde que o município invista na ampliação do rebanho ordenhado, melhorias na gestão zootécnica e fortalecimento de canais de comercialização.

#### *Pecuária de Pequeno Porte*

A participação de Concórdia do Pará na criação de equinos, caprinos, bubalinos, suínos e ovinos entre 2019 e 2023 foi significativamente limitada em comparação aos principais pólos regionais e estaduais.



##### *Equino*

No caso da equinocultura, o município manteve uma média de 241,2 cabeças, o que representa apenas 2,9% do rebanho de Rondon do Pará (8.155 cabeças), destaque do Rio Capim; e 0,73% de São Félix do Xingu, maior criador do estado com 33.161,6 cabeças. Essa baixa expressão sinaliza o papel secundário da atividade no contexto produtivo local.



##### *Caprino*

A caprinocultura apresenta proporções semelhantes. Concórdia registrou também 241,2 cabeças em média, enquanto Capitão Poço atingiu 2.897,8 e Chaves, referência estadual, manteve 4.885,4. A participação relativa é de 8,3% em relação a Capitão Poço e 4,9% em relação a Chaves, reforçando o caráter periférico da criação de caprinos no município.



### *Bubalino*

A bubalinocultura é o segmento de menor expressão neste conjunto. Concórdia do Pará contou com uma média anual de apenas 2 animais ordenhados, frente aos 1.448,8 de Bujaru e aos 203.676,4 de Chaves, líder estadual. Trata-se de uma diferença extrema, que revela uma atividade ainda incipiente ou pontual.



### *Suínos*

Quanto à criação de suínos, Concórdia manteve uma média de 70,8 matrizes e 591,4 cabeças no período analisado. Esses números são bastante inferiores aos de Paragominas (2.152,6 matrizes e 13.457,4 cabeças) e Cametá (30.300 cabeças), principais referências regionais e estaduais. Além disso, a proporção de matrizes em relação ao total de suínos no município é de apenas 11,97%, inferior à média estadual (41,22%) e regional, evidenciando limitações na capacidade de renovação e expansão do plantel.



### *Ovino*

Na ovinocultura, a situação é similar. Concórdia do Pará registrou uma média de 412,8 cabeças, o que corresponde a 6,5% do rebanho de Rondon do Pará (6.334,2 cabeças) e 3,3% de São Félix do Xingu (12.350 cabeças), o maior criador estadual. Mais uma vez, os dados revelam a baixa expressão do município na cadeia produtiva.

Em resumo, a criação de equinos, caprinos, bubalinos, suínos e ovinos em Concórdia do Pará ocorre em escala bastante reduzida, sem impacto relevante na pecuária estadual ou regional. Embora não sejam atividades economicamente expressivas atualmente, sua presença, ainda que modesta, pode representar uma base para ações futuras de diversificação produtiva, sobretudo voltadas a sistemas familiares, agroecológicos ou de agricultura de pequeno porte.



### *Galináceos*

Entre 2019 e 2023, a criação de galináceos em Concórdia do Pará teve participação modesta em relação aos principais pólos estaduais e regionais. O município manteve uma

média anual de 192.800 cabeças, representando apenas 0,3% do rebanho de Santa Izabel do Pará (62,9 milhões de cabeças), líder estadual, e 0,9% de Dom Eliseu (21,6 milhões), principal referência regional.

Em relação à criação de galinhas especificamente, Concórdia do Pará apresentou média anual de 7.300 galinhas, frente a 173.827,2 em Dom Eliseu e 646.308 em Santa Izabel do Pará. A proporção de galinhas dentro do plantel total de galináceos também foi inferior à observada nos principais produtores: 36,2% em Concórdia, contra 76,4% em Dom Eliseu e 93,4% em Cachoeira do Arari, referência estadual.

No quesito produção de ovos, a diferença se mantém. Concórdia do Pará produziu 56.200 ovos por ano, muito abaixo dos 14,6 milhões de Santa Izabel do Pará e dos 4,36 milhões de Dom Eliseu. A produtividade medida pelo número médio de ovos por galinha foi de apenas 7,7 ovos/galinha em Concórdia, frente a 22,7 ovos/galinha em Santa Izabel e 25,1 ovos/galinha em Dom Eliseu, indicando baixa eficiência produtiva.

O valor médio de produção de ovos no município somou R\$ 56.200, contrastando com os R\$ 14,64 milhões de Santa Izabel e R\$ 4,36 milhões de Dom Eliseu. No preço médio por dúzia, Concórdia obteve R\$ 3,43, abaixo da média estadual de R\$ 7,36, e inferior aos valores de Capitão Poço (R\$ 9,58) e Igarapé-Miri (R\$ 11,65), demonstrando menor valorização no mercado.

Em síntese, a avicultura de corte e postura em Concórdia do Pará permanece incipiente, com pequena escala, baixa produtividade e limitada rentabilidade. Embora a atividade esteja presente, os dados revelam que seu fortalecimento dependeria de investimentos em manejo, genética e acesso a mercados mais competitivos.



### *Produção de Mel*

A produção de mel em Concórdia do Pará entre 2019 e 2023 manteve uma participação bastante modesta tanto no contexto regional quanto estadual. O município apresentou uma média anual de 1.680 kg de produção, o que corresponde a apenas 1,5% do volume produzido por Capitão Poço (110.600 kg), referência regional.

Em termos de valor movimentado, Concórdia gerou cerca de R\$ 31.800 por ano, enquanto Capitão Poço alcançou R\$ 1,21 milhão no mesmo período. Essa diferença reflete diretamente a menor escala de produção e a limitada inserção de Concórdia no mercado apícola. No indicador de rendimento médio por quilograma, Concórdia do Pará registrou R\$

18,93/kg, valor próximo à média estadual (R\$ 18,62/kg), mas inferior ao desempenho de Terra Santa, destaque estadual com R\$ 44,63/kg. Apesar do preço relativamente estável — desvio padrão de R\$ 1,75, inferior à média estadual de R\$ 3,01 —, a baixa produção limita o impacto econômico da atividade.

Em resumo, a apicultura em Concórdia do Pará se apresenta ainda em estágio incipiente, com pequena escala de produção e modesta contribuição econômica. Contudo, o preço médio competitivo e a relativa estabilidade dos valores apontam para uma atividade que, com investimentos em expansão e qualificação, pode oferecer maior retorno futuro.

#### 4.1.10.2 Indústria

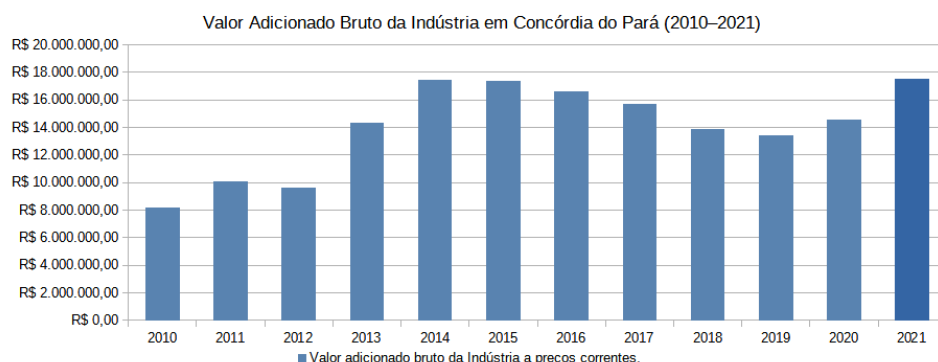
Os dados do Valor Adicionado Bruto (VAB) da Indústria no estado do Pará entre 2010 e 2021 revelam uma profunda desigualdade na distribuição da atividade industrial entre os municípios. Em 2021, ano de maior disparidade, a diferença entre o maior e o menor valor adicionado bruto atingiu expressivos R\$ 40,7 bilhões. Enquanto Parauapebas liderava com um VAB excepcionalmente elevado, outros municípios apresentaram resultados ínfimos, na ordem da unidade de milhar, como Curuá (R\$ 3.550.078,00), Chaves (R\$ 3.203.382,00), Quatipuru (R\$ 3.066.030,00 e Brejo Grande do Araguaia (R\$ 3.061.068,00). Essa extrema distância é refletida na análise estatística: a média do VAB subiu de cerca de R\$ 187,4 milhões em 2010 para aproximadamente R\$ 773,1 milhões em 2021, indicando um crescimento geral do setor. Contudo, o aumento do desvio padrão — de R\$ 1,04 bilhão para R\$ 4,29 bilhões no mesmo período — evidencia que esse crescimento ocorreu de forma altamente concentrada em poucos pólos, ampliando as desigualdades internas (IBGE, 2023c).

Essa concentração torna-se ainda mais evidente quando se observa o papel de Parauapebas. Com um VAB extremamente elevado, o município atua como um outlier, puxando para cima tanto a média quanto o desvio padrão. Esse efeito impacta diretamente o z-score dos demais municípios, posicionando-os "perto da média", mesmo que a maioria apresente produção industrial bastante modesta. Dessa forma, a presença de Parauapebas mascara a realidade industrial do estado, evidenciando a forte concentração econômica em poucos pólos, principalmente ligados à mineração.

Dentro desse contexto, Concórdia do Pará mantém-se em uma faixa sempre abaixo da média, mas próximo a ela, junto da maioria dos municípios paraenses, demonstrando um resultado industrial limitado e sem grandes elevações no setor. Entre 2019 e 2021, o valor adicionado bruto da indústria de Concórdia do Pará permaneceu consistentemente próximo da média estadual, com z-scores variando entre -0,22 e -0,18. Em 2019, o z-score de

aproximadamente -0,222 posicionava o município no percentil 41, indicando que cerca de 41% dos municípios tinham resultados industriais inferiores e 59% apresentavam valores próximos ou superiores. Em 2020, o z-score de -0,186 colocou Concórdia no percentil 43, evidenciando uma pequena melhora relativa. Em 2021, o z-score de -0,176 manteve o município praticamente no mesmo nível, ainda no percentil 43 da distribuição.

Gráfico 13: Valor Adicionado Bruto da Indústria em Concórdia.



Fonte: IBGE, 2023. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Como mencionado, apesar da estabilidade nos resultados de Concórdia do Pará, seus valores absolutos permanecem modestos, situando o município dentro da faixa mais densa da curva normal, onde se concentra a maioria dos municípios paraenses. Em todos esses anos, Concórdia do Pará permaneceu dentro da faixa compreendida entre -1 e 0 desvio padrão em relação à média, região que concentra aproximadamente 34% dos municípios analisados. Isso equivale a cerca de 49 municípios posicionados na mesma faixa, reforçando a inserção do município em um grupo intermediário da distribuição, caracterizado por desempenhos industriais modestos em comparação ao conjunto estadual. Nesse período, apenas cerca de 5% dos municípios superaram a marca de 1 desvio padrão acima da média, reforçando a tendência de forte concentração industrial em poucos pólos, como Parauapebas, sem, contudo, alterar significativamente a posição relativa de Concórdia no conjunto estadual.

#### 4.1.10.3 Serviços Privados

A análise dos serviços privados no estado do Pará entre 2010 e 2021 também revela um quadro altamente disperso, refletindo profundas desigualdades econômicas entre os municípios.

A média do valor adicionado bruto dos serviços privados cresceu ao longo do período, passando de aproximadamente R\$ 187,6 milhões em 2010 para cerca de R\$ 449,6 milhões em 2021, evidenciando uma tendência de expansão do setor. Entretanto, o desvio padrão

permaneceu extremamente elevado, variando de R\$ 946,7 milhões em 2010 para R\$ 1,65 bilhão em 2021, sinalizando que os resultados individuais dos municípios estão muito afastados da média estadual. Esse padrão indica uma distribuição fortemente assimétrica, dominada por poucos pólos urbanos de grande porte.

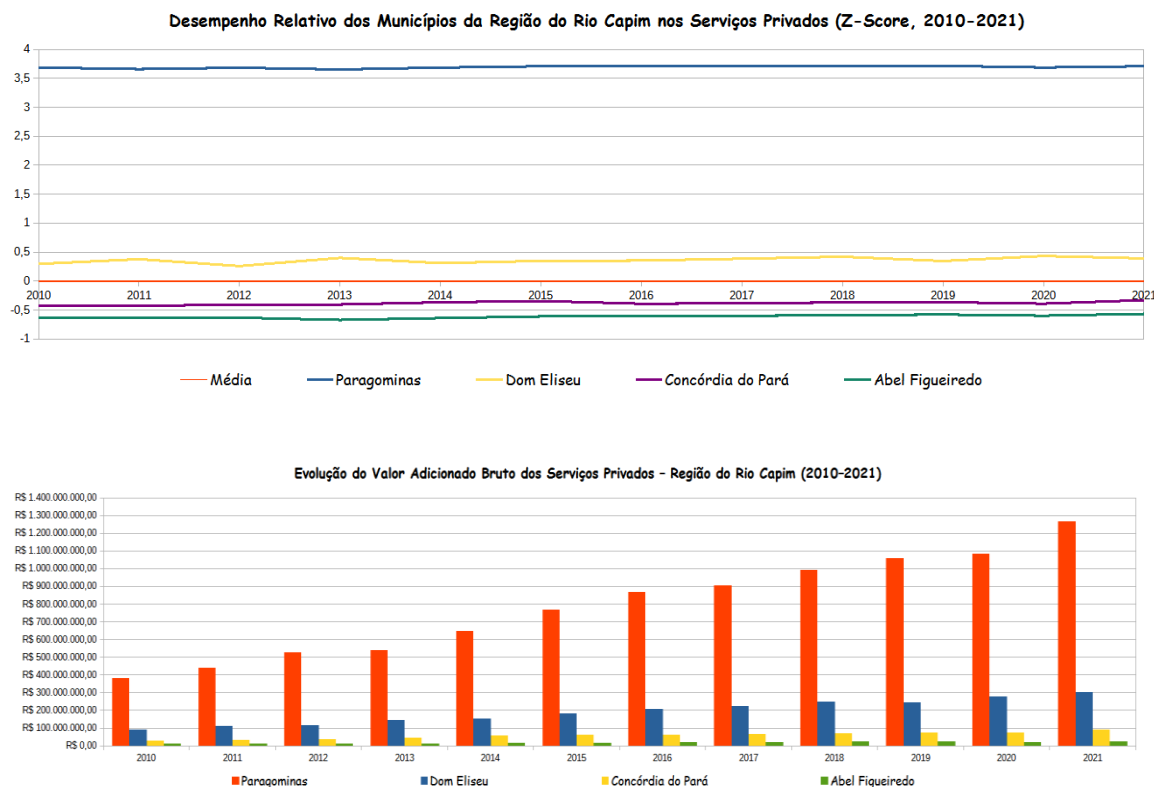
Essa concentração é claramente observada nos resultados da Região Metropolitana de Belém, com destaque para Belém e Ananindeua, e nas principais cidades médias do estado, como Marabá, Santarém e, mais recentemente, Parauapebas. Esses municípios apresentaram, ao longo de todo o período, valores expressivamente superiores aos demais municípios paraenses. Belém, em particular, registrou resultados superiores a R\$ 10 bilhões anuais desde 2010, ultrapassando R\$ 18 bilhões em 2019. Outros centros urbanos, como Ananindeua, Marabá e Santarém, mantiveram patamares de atividade em serviços acima de R\$ 2 bilhões a partir de 2012, enquanto Parauapebas, tradicionalmente associado à mineração, demonstrou expansão expressiva também no setor de serviços, atingindo mais de R\$ 5,6 bilhões em 2021 (IBGE, 2023c).

Em comparação com essas cidades grandes e médias, onde o setor de serviços tende a ser robusto, os municípios da Região do Rio Capim, onde se localiza Concórdia do Pará, operam, em sua maioria, com volumes de serviços privados de 10 a 100 vezes inferiores, revelando diferenças estruturais significativas entre os dois agrupamentos. Dentro dessa região, destaca-se o município de Paragominas, cujos resultados apresentam os maiores volumes de valor adicionado em serviços privados ao longo do período, embora ainda muito aquém dos grandes centros estaduais, mas já alcançando a casa do R\$ 1 bilhão nos últimos três anos da série histórica.

Nesse contexto, Concórdia do Pará apresentou desempenho modesto em relação aos demais municípios da Região do Rio Capim ao longo de todo o período analisado. Seus z-scores variaram de -0,43 em 2010 a -0,34 em 2021, indicando que o município permaneceu sistematicamente abaixo da média regional em serviços privados. Embora a distância em relação à média tenha se reduzido ligeiramente nos últimos anos, e os resultados desse setor venham rivalizando internamente com os da agropecuária, Concórdia ainda se situava, em 2021, na metade inferior da distribuição entre os municípios da região.



Gráfico 14: Desempenho Relativo dos municípios da RI Rio Capim.



Fonte: IBGE, 2023. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Ao longo da série histórica, aproximadamente 60% dos municípios da Região do Rio Capim registraram desempenho superior ao de Concórdia do Pará, evidenciando sua posição intermediária-baixa no conjunto regional. Diferentemente de Paragominas, que apresentou resultados crescentes e consistentes, consolidando-se como um polo regional dinâmico, Concórdia manteve uma trajetória de crescimento mais tímido, revelando as limitações estruturais e econômicas características da maioria dos pequenos municípios da região.

#### 4.1.10.4 Serviços Públicos

Os resultados relativos aos serviços públicos no município de Concórdia do Pará são os mais expressivos da economia local, ao menos na série histórica analisada (2010-2021). Por um lado, esse desempenho evidencia a busca do poder público em proporcionar à população concordiense os serviços necessários para uma qualidade de vida razoável. Por outro lado, essa predominância pode indicar dois problemas. Em primeiro lugar, a atuação estatal, ao longo dos anos, não tem promovido o alavancamento mais amplo da economia local, o que seria esperado em contextos nos quais há oferta de educação pública de qualidade, segurança e serviços de saúde acessíveis, elementos essenciais para diversificar as

atividades produtivas. Em segundo lugar, essa atuação pode estar associada a um custeio excessivo de atividades sociais pelo poder público, sem a correspondente geração de receitas, acarretando assimetrias fiscais capazes de comprometer a sustentabilidade financeira do município. Na seção dedicada às contas públicas municipais, surgem fortes indícios de descontrole nessa área.

Antes de apresentar os dados, é oportuno aventar possíveis alternativas para reverter o quadro delineado, sem recorrer a cortes drásticos em atividades públicas, os quais poderiam gerar efeitos sociais indesejados. Embora o setor de serviços privados tenha apresentado evolução, seu crescimento não foi suficiente para reduzir a distância histórica em relação ao setor público. Uma possível saída seria a implementação de programas voltados à formalização de atividades privadas, estimulando, por exemplo, a renovação do cadastro de prestadores de serviços e a concessão e permissão de uso de espaços públicos para o comércio. Outra estratégia seria a promoção de programas de regularização fundiária de imóveis rurais e urbanos, bem como iniciativas para a renegociação de débitos tributários, especialmente de impostos imobiliários, situação comum em muitos municípios brasileiros (Brasil, 2018).

Entre 2010 e 2021, o valor adicionado bruto dos serviços públicos no estado do Pará apresentou crescimento expressivo. A média estadual passou de aproximadamente R\$ 96,7 milhões em 2010 para cerca de R\$ 275,9 milhões em 2021, evidenciando a expansão da atividade estatal. Paralelamente, o desvio padrão aumentou de R\$ 213 milhões para R\$ 533 milhões, indicando que a distribuição dos serviços públicos entre os municípios permaneceu altamente desigual. A elevada dispersão dos resultados, com um desvio padrão médio de R\$ 1,27 bilhão ao longo da série, revela alguma concentração ou hipertrofia das atividades estatais em poucos municípios, enquanto a maioria apresenta participação proporcionalmente mais modesta (IBGE, 2023).

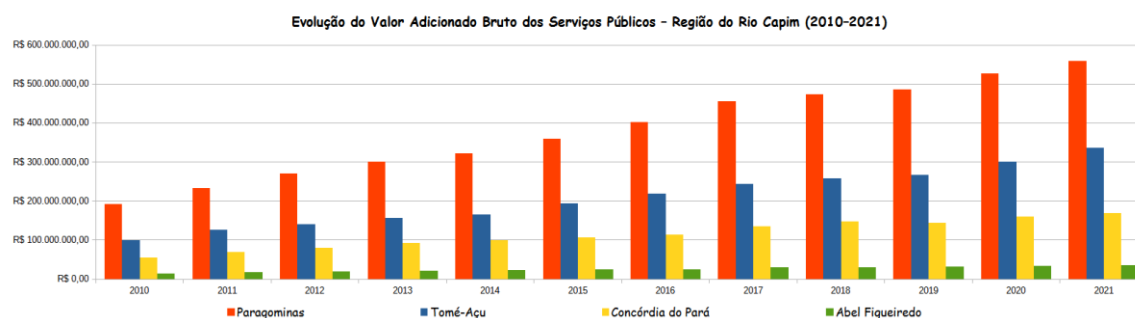
As dimensões do estado do Pará favorecem a formação de cidades médias, entrepostas entre pequenas cidades e a Região Metropolitana de Belém, cuja cidade-sede liderou todos os resultados do período, partindo de cerca de R\$ 2,37 bilhões em 2010 para quase R\$ 5,72 bilhões em 2021. Ananindeua, Marabá, Santarém e, cada vez mais destacada, Parauapebas também apresentaram trajetória de expansão contínua, com valores adicionados brutos variando, em 2021, entre R\$ 1,3 bilhão e R\$ 1,8 bilhão. Esse desempenho robusto dos grandes municípios evidencia o peso que os serviços públicos exercem sobre a economia paraense, funcionando como motor de sustentação econômica, sobretudo nas áreas urbanas

mais densas. O crescimento registrado acompanha, e em alguns casos impulsiona, a ampliação das demandas sociais por saúde, educação e segurança, fundamentais para a melhoria das condições de vida e para a dinamização das demais atividades econômicas.

Ao analisar os resultados da Região de Integração Rio Capim, evidencia-se a disparidade em relação aos principais centros urbanos do estado. Em 2021, Paragominas, o maior destaque regional, alcançou cerca de R\$ 559 milhões em valor adicionado bruto dos serviços públicos, enquanto Tomé-Açu registrou R\$ 335 milhões, e Concórdia do Pará, R\$ 170 milhões. Abel Figueiredo, por sua vez, permaneceu com valores modestos, na casa dos R\$ 36 milhões. Esses resultados, embora revelem crescimento contínuo ao longo da série histórica, mantêm-se significativamente inferiores aos observados nas cidades líderes do estado (IBGE, 2023c).

A análise da Região Rio Capim deixa evidente uma persistência de diferenças significativas de magnitude entre regiões do estado. Paragominas consolidou-se como o principal polo de serviços públicos da região. Em seguida, Tomé-Açu também apresentou trajetória de crescimento expressiva. Concórdia do Pará, por sua vez, apesar de acompanhar a tendência geral de expansão, permaneceu em patamar inferior. Partindo de cerca de R\$ 55 milhões em 2010 e alcançando aproximadamente R\$ 170 milhões em 2021, Concórdia apresentou avanço importante em termos absolutos, mas manteve uma posição intermediária-baixa na comparação regional.

Gráfico 15: Evolução do Valor dos Serviços Públicos.

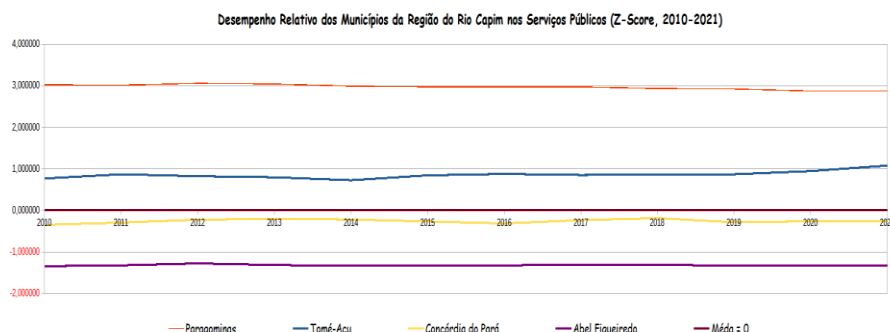


Fonte: IBGE, 2023. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Apesar da estabilidade em sua posição relativa, a trajetória de Concórdia do Pará evidencia dificuldade em romper a linha da média regional, mantendo-se, ao longo de toda a série histórica, como município de desempenho intermediário-baixo entre seus pares. Seus z-scores, variando de aproximadamente -0,35 a -0,25 entre 2010 e 2021, situam Concórdia na faixa central da distribuição normalizada, mas ainda abaixo da média. Em todos os anos analisados, cerca de 50% dos municípios da região apresentaram resultados superiores,

enquanto aproximadamente 25% mantiveram-se em posições inferiores, demonstrando como Concórdia se situa mais próxima dos desempenhos inferiores.

Gráfico 16: Desempenho dos municípios da RI Rio Capim nos Serviços Públicos.



Fonte: Radar Fapespa, 2023. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Em síntese, embora o setor público desempenhe papel central na dinâmica econômica de Concórdia do Pará, sua predominância, sem a contrapartida de um fortalecimento consistente da economia privada, aponta para uma dependência estrutural preocupante. Estratégias voltadas à ampliação da base econômica formal e ao fortalecimento da arrecadação tributária local tornam-se imprescindíveis para garantir a sustentabilidade das finanças municipais e promover um desenvolvimento mais equilibrado e duradouro.

#### 4.1.10.5 Impostos

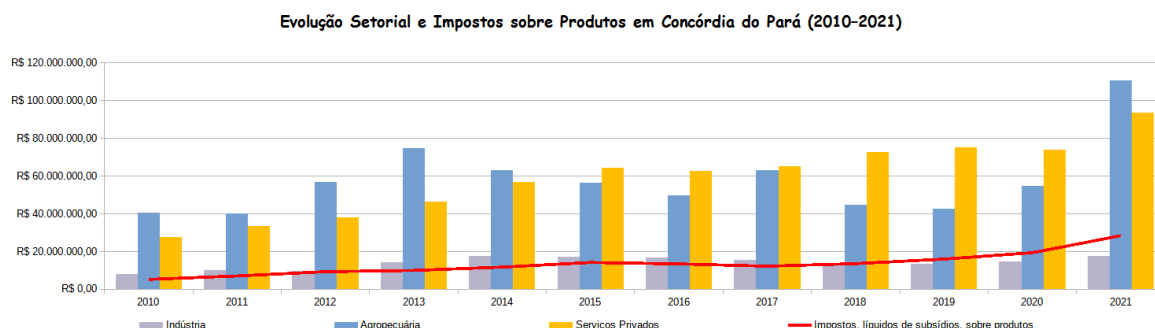
A evolução dos impostos sobre produtos em Concórdia do Pará, entre 2010 e 2021, revela dois momentos distintos de crescimento mais intenso. Para identificar os setores com possíveis relações com o impulsionamento desses aumentos, foram observadas as principais variações setoriais no mesmo período. Nesta análise, desconsideram-se os resultados dos serviços públicos, pois, embora representem uma parcela significativa da economia local, não geram receitas tributáveis diretas sobre seus produtos. Trata-se fundamentalmente de dispêndios de recursos estatais, cujos retornos à sociedade ocorrem por meio da prestação de serviços ou, de forma indireta, pelo consumo de serviços privados e mercadorias realizado pelos servidores públicos residentes ou atuantes na localidade.

No período avaliado, o primeiro salto relevante dos impostos ocorreu entre 2014 e 2015, quando o valor arrecadado cresceu aproximadamente 21%. Nesse intervalo, o setor de serviços privados foi o principal responsável pela expansão econômica local, com um aumento expressivo de R\$ 57,1 milhões para R\$ 64,6 milhões em valor adicionado. A agropecuária e a indústria, nesse mesmo período, apresentaram retração, indicando que a

elevação dos impostos esteve relacionada majoritariamente à expansão do comércio e da prestação de serviços.

O segundo, e mais vigoroso, crescimento dos impostos verificou-se entre 2019 e 2021, com um salto de cerca de 77%. Nesse caso, a principal força motriz foi a agropecuária, cujo valor adicionado bruto subiu de R\$ 42,8 milhões para impressionantes R\$ 110,6 milhões. Embora os serviços privados e a indústria também tenham registrado crescimento nesse período, suas taxas foram relativamente modestas em comparação à explosão observada no setor agropecuário (IBGE, 2023c).

Gráfico 17: Impostos sobre Produtos.



Fonte: IBGE, 2023. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

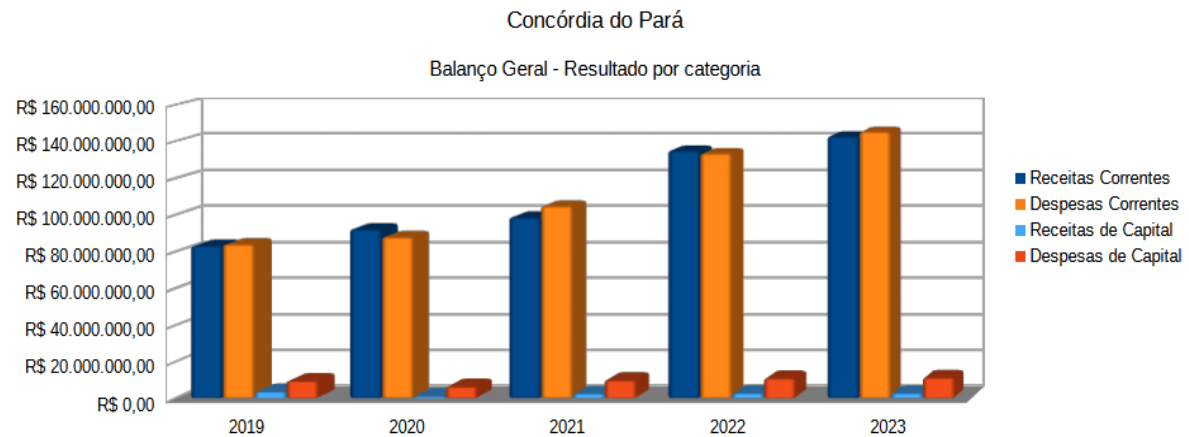
Em síntese, o crescimento da arrecadação de impostos líquidos sobre produtos em Concórdia do Pará, ao longo da série histórica, esteve associado a dois vetores distintos: primeiro, à expansão dos serviços privados (2014-2015) e, posteriormente, ao forte impulso da agropecuária (2019-2021). Essa dinâmica evidencia a importância de estimular a diversificação e o fortalecimento de setores econômicos estratégicos para a ampliação da base tributária municipal. De fato, Concórdia do Pará apresenta indícios de necessidade de melhoria em suas receitas, os estudos desses setores podem contribuir com estratégias específicas para melhor a sua arrecadação em cada uma dessas áreas. Não obstante, como se verá na seção seguinte, provavelmente o município também encontre problemas fiscais para se habilitar de forma adequada ao recebimento de repasses de recursos das demais entes federados.

#### 4.1.10.6 Finanças Públicas

A análise das contas do município de Concórdia do Pará dos anos referentes a 2019 a 2023 revelam um cenário interessante, conforme dados disponibilizados no portal da prefeitura (CONCÓRDIA DO PARÁ, 2024). Onde, as despesas correntes e as receitas

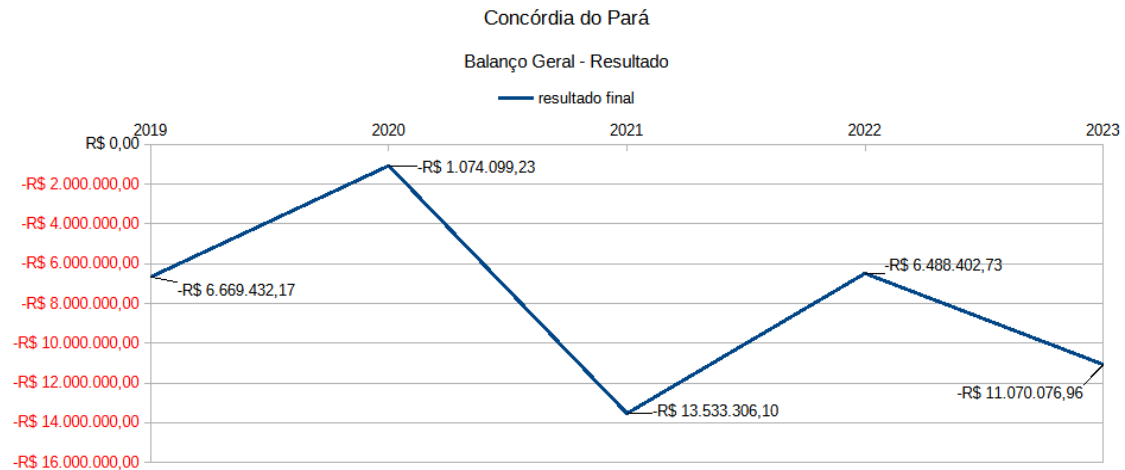
correntes ficaram equilibradas no ano de 2019, nos anos de 2020 e 2022 as receitas correntes superaram as despesas correntes e nos anos de 2021 e 2023 as despesas correntes superaram as receitas correntes. Mas por outro lado, em todos os anos (2019 a 2023) as despesas de capital foram superiores às receitas de capital em todos os anos analisados e como resultado, houve déficit no resultado geral em cada um dos exercícios analisados, como bem demonstrado nos gráficos 18 e 19.

Gráfico 18: Receitas e Despesas Correntes e Receitas e Despesas de Capital.



Fonte: Radar Fapespa/ 2023. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Gráfico 19: Balanço Geral e Resultado dos anos de 2019 a 2023.



Fonte: Radar Fapespa/ 2023. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

As receitas municipais, após uma oscilação negativa em 2021, apresentaram crescimento nos anos seguintes. No entanto, esse crescimento não tem sido suficiente para manter uma folga orçamentária, uma vez que a arrecadação permanece no limite das despesas.

Além disso, a composição das receitas evidencia uma forte dependência das transferências estaduais e federais, as quais representam, em média, 98,3% das receitas correntes.

Essa alta dependência de recursos, oriundos de transferências do estado e da União, apesar de se tratar de recursos públicos e, portanto, serem também um recurso pertencente à esfera municipal, pode trazer desafios para o planejamento estratégico, tático e operacional do município, porque não se trata de uma receita própria e, portanto, há menor previsibilidade quanto sua arrecadação. Um forte indicativo desse problema são as constantes deduções dos repasses do FUNDEB, cujos valores cresceram ao longo do período analisado:

Quadro 11: Repasse de recursos do Fundeb.

| 2019             | 2020             | 2021             | 2022             | 2023             |
|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| R\$ 5.162.374,51 | R\$ 5.127.062,89 | R\$ 6.649.375,05 | R\$ 7.922.129,16 | R\$ 7.956.478,41 |

Fonte: Radar/ Fapespa, 2023. Elaboração DGBio, IDEFLOR-Bio, 2025.

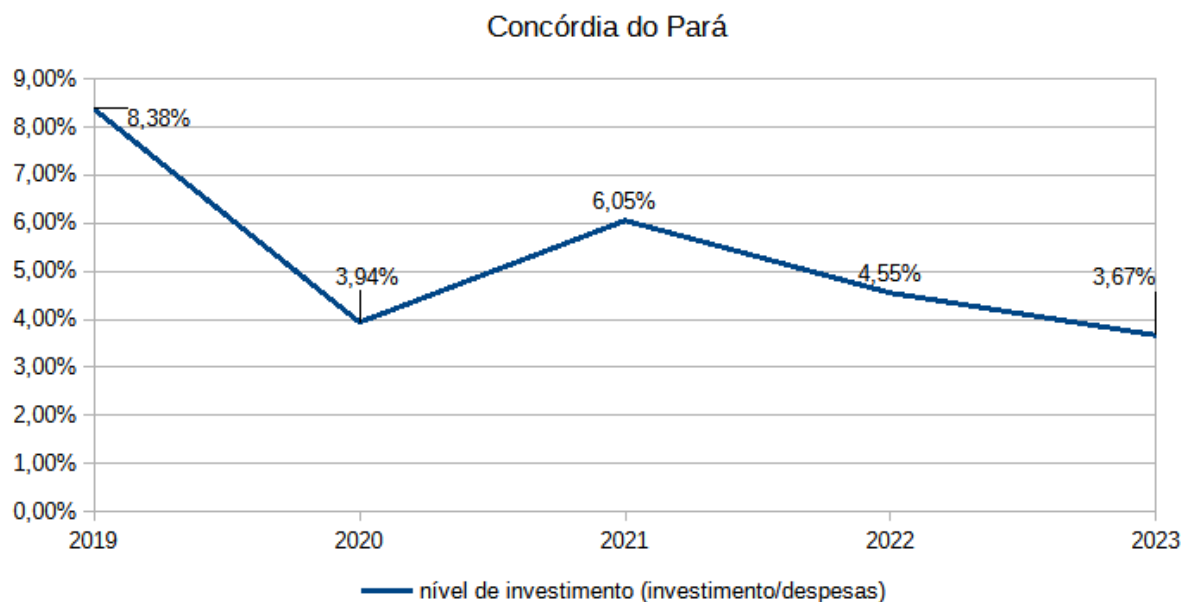
Essas deduções reduzem a receita líquida disponível para a gestão municipal, podendo comprometer a execução de políticas públicas, especialmente na educação.

Outro fator preocupante é o descumprimento sistemático dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), o que pode restringir o município na captação de novos recursos e na formalização de parcerias voltadas para melhorias na cidade. Essa irregularidade foi apontada repetidamente nos relatórios anuais do controle interno, que alertam para a necessidade de ajustes na gestão fiscal. Em 2021, por exemplo, os gastos com pessoal atingiram 67,23% da Receita Corrente Líquida (RCL), bem acima do limite máximo de 54% determinado pela LRF (CONCÓRDIA DO PARÁ, 2021). Em 2022, essa proporção permaneceu elevada, chegando a 64,52% da RCL (CONCÓRDIA DO PARÁ, 2022).

O nível de investimento do município também demonstra uma tendência de queda. O maior percentual de investimento foi registrado em 2019, mas, cinco anos após a pandemia de Covid-19, o volume de recursos destinados a bens duradouros atingiu seu menor patamar (gráfico 20).



Gráfico 20: Nível de Investimento do município.



Fonte: IBGE, 2023. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Além disso, parte significativa das despesas de capital tem sido destinada à amortização da dívida municipal, reduzindo ainda mais a capacidade de investimentos diretos. Em 2023, 48,92% das despesas de capital foram usadas para pagamento da dívida, totalizando R\$ 5.499.092,65, enquanto R\$ 5.741.529,10 foram aplicados em investimentos. Esse cenário indica um crescente endividamento e dificuldades para a execução de projetos estruturantes, conforme já havia sido observado no relatório de controle interno de 2022 do município (CONCÓRDIA DO PARÁ, 2022).

#### 4.1.10.8 Empregos Formais e Renda

Segundo dados compilados do MTE-RAIS pela FAPESPA (2024), observa-se, na geração de empregos formais em Concórdia do Pará, a mesma tendência identificada na composição do PIB local. Apesar das lacunas de informação no ano de 2022 e da indisponibilidade de dados sobre os serviços públicos nos dois últimos anos da série (2018 a 2023), o ramo da Administração Pública mantém posição de destaque na formalização de vínculos empregatícios, refletindo o peso do setor público na estrutura ocupacional do município.

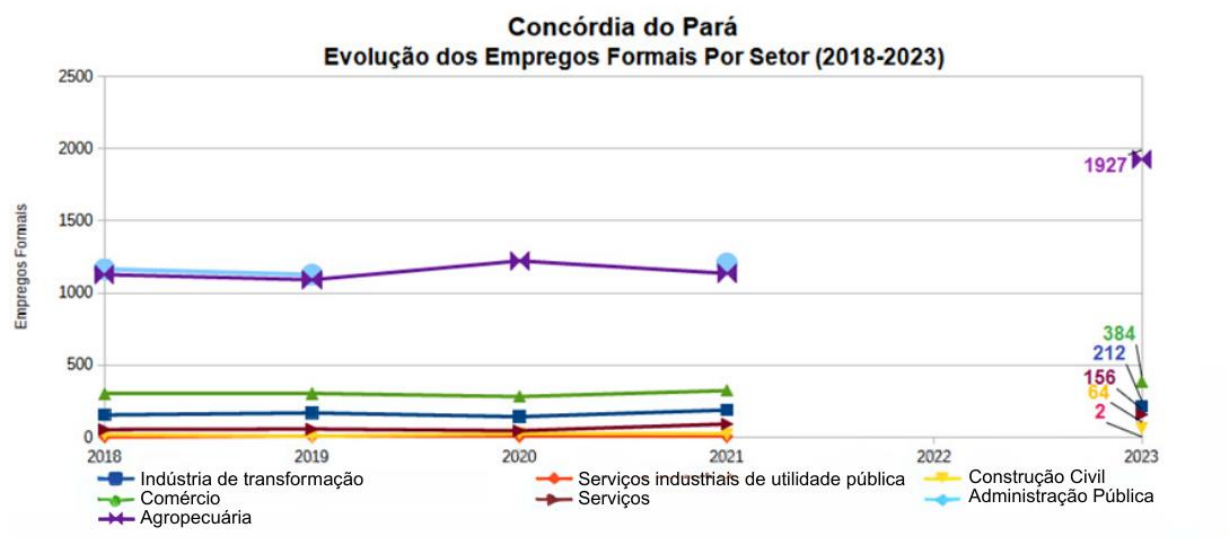
Em seguida, ressalta-se a importância da agropecuária, que apresenta crescimento significativo na oferta de empregos formais, especialmente em 2023. Nesse ano, o município figurou como o terceiro da Região de Integração Rio Capim com maior número de vagas

abertas no setor, totalizando 1.927 postos de trabalho, atrás apenas de Paragominas (3.504) e Tomé-Açu (2.635).

O segundo setor, que abrange atividades industriais e da construção civil, tradicionalmente associadas a salários mais elevados, mostra baixa capacidade de geração de empregos formais, com níveis estáveis ou discretamente crescentes, sem mudanças estruturais relevantes no período. De maneira geral, a Região Rio Capim também apresenta resultados modestos nesse segmento. O ramo industrial em que Concórdia do Pará obteve melhor desempenho foi o da indústria de transformação, onde alcançou a sexta posição regional, com 212 vagas, menos da metade do volume registrado por seu antecessor nessa escala, Dom Eliseu (464) e muito distante do destaque regional, Paragominas (3.157). E na construção civil, Concórdia do Pará registrou 64 vínculos formais, o quarto melhor resultado da região, embora, novamente, Paragominas tenha se destacado com 2.111 vagas.

De forma mais ampla, a economia de Concórdia do Pará não se apresenta entre as mais dinâmicas em termos de geração de empregos formais na região, posicionando-se apenas na sétima colocação, com participação de aproximadamente 5% do total de vagas formais abertas no Rio Capim.

Gráfico 21: Empregos Formais por Setor da Economia.



Fonte: Radar Fadespa, 2024. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Outra correlação pertinente a ser estabelecida neste contexto de empregos formais e setores econômicos decorre da análise da escolaridade dos trabalhadores formais. Esta revela um padrão semelhante entre o estado do Pará, a Região de Integração Rio Capim e o

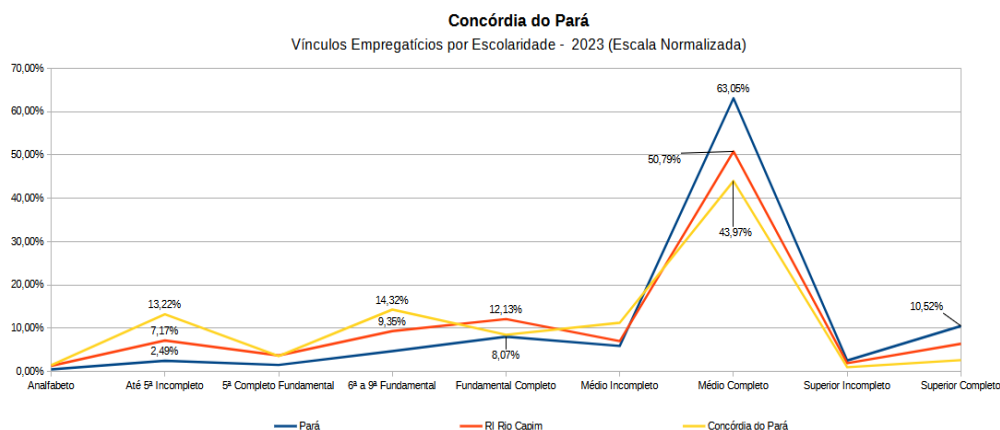
município de Concórdia do Pará. Nos três recortes territoriais, destaca-se o predomínio de vagas para trabalhadores com ensino médio completo, cuja concentração chega a mais de 40% dos vínculos formais no referido município.

Além disso, observa-se uma expressiva participação de trabalhadores com baixa escolaridade, sobretudo aqueles com até a 5ª série incompleta — faixa que, em Concórdia do Pará, apresenta proporção ligeiramente superior à média estadual, refletindo um mercado que absorve fortemente mão de obra pouco qualificada. Diferentemente do estado e da região, Concórdia apresenta um pico adicional entre trabalhadores com escolaridade na faixa da 6ª ao 9º ano do ensino fundamental, indicando uma possível maior presença de ocupações de menor exigência educacional, possivelmente ligadas à informalidade parcial ou à baixa complexidade técnica de certas atividades, compatível com atividades agropecuárias, por exemplo.

Esse padrão educacional pode estar relacionado à evasão escolar verificada na transição entre o ensino fundamental e o médio, identificada na seção sobre os dados educacionais de Concórdia do Pará. A redução acentuada de matrículas nessa etapa contribui para a concentração de vínculos formais entre trabalhadores com ensino fundamental completo ou médio incompleto, já que muitos jovens interrompem sua trajetória escolar antes de concluir o ensino médio. Com isso, ampliam-se os contingentes de mão de obra com escolaridade intermediária, absorvidos por setores de baixa exigência técnica.

Por outro lado, os trabalhadores que concluem o ensino médio passam a compor o maior grupo entre os empregados formais, reforçando o papel dessa etapa como limite mínimo de qualificação exigido no mercado local. Já as vagas destinadas a pessoas com ensino superior completo permanecem restritas, não ultrapassando 10% no estado e apresentando percentuais ainda mais baixos na região e no município — reflexo de uma estrutura produtiva com baixa complexidade e escassa demanda por profissionais de alta escolarização.

Gráfico 22: Vínculos Empregatícios por Escolaridade.



Fonte: Radar Fadespa, 2024. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Referente à questão de gênero, mesmo com o equilíbrio entre o número de homens e mulheres, esse equilíbrio não se reflete nas oportunidades de trabalho, ao menos com base nos dados oficiais de vínculos empregatícios formais registrados no ano de 2023. Onde, Concórdia do Pará contabilizou 2.745 vínculos formais de trabalho, número acima da mediana estadual (1.004), mas nesse contexto, 2.303 vínculos foram ocupados por homens, cerca de 84% do total, enquanto apenas 442 estavam ligados a mulheres (PARÁ, 2024). Mas na remuneração média dos trabalhadores do município, percebe-se uma inversão da proporção anterior, embora sem representar uma margem compensatória para as mulheres, Concórdia do Pará apresenta a menor média salarial entre os municípios da região de integração, fixada em R\$ 1.636,70, valor apenas 24% maior que o salário-mínimo de 2023 (R\$ 1.320,00). Nesse cenário de remuneração limitada e baixo nível de formalização, a média salarial feminina foi de R\$ 1.687,75, superando a masculina, de R\$ 1.626,90, em apenas R\$ 60,85 (PARÁ, 2024).

#### 4.1.10.9 Produto Interno Bruto

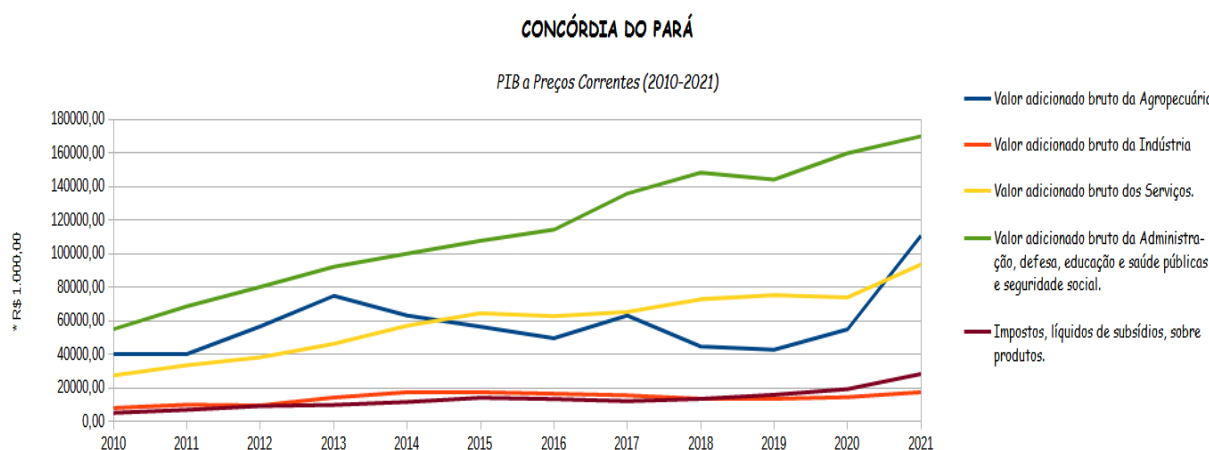
Os dados do PIB de Concórdia do Pará entre 2010 e 2021 revelam a predominância crescente do custeio de serviços públicos na dinâmica econômico-social do município. A função "Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social" lidera com folga em todos os anos da série, refletindo o peso do setor público na economia local (IBGE, 2023c).

A agropecuária, embora tenha oscilado ao longo do período, apresentou recuperação expressiva nos últimos dois anos da série e, em 2021, retomou a segunda colocação em valor agregado, superando os serviços privados. A categoria de serviços (excetuando os públicos),

por sua vez, mostra trajetória ascendente na maior parte da série histórica, o que pode indicar uma vocação do município para o fortalecimento do setor privado.

Entre os setores produtivos, a indústria manteve desempenho modesto e estável, com pouca variação ao longo do tempo. Já a arrecadação de impostos líquidos, embora tenha crescido em termos absolutos, permanece como o componente de menor valor agregado. Isso pode refletir uma economia com baixa diversificação produtiva, circulação restrita de mercadorias ou elevado grau de informalidade nas atividades econômicas — hipóteses que exigiriam outros dados para confirmação.

Gráfico 23: PIB a Preços Correntes.



Fonte: IBGE, 2023. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

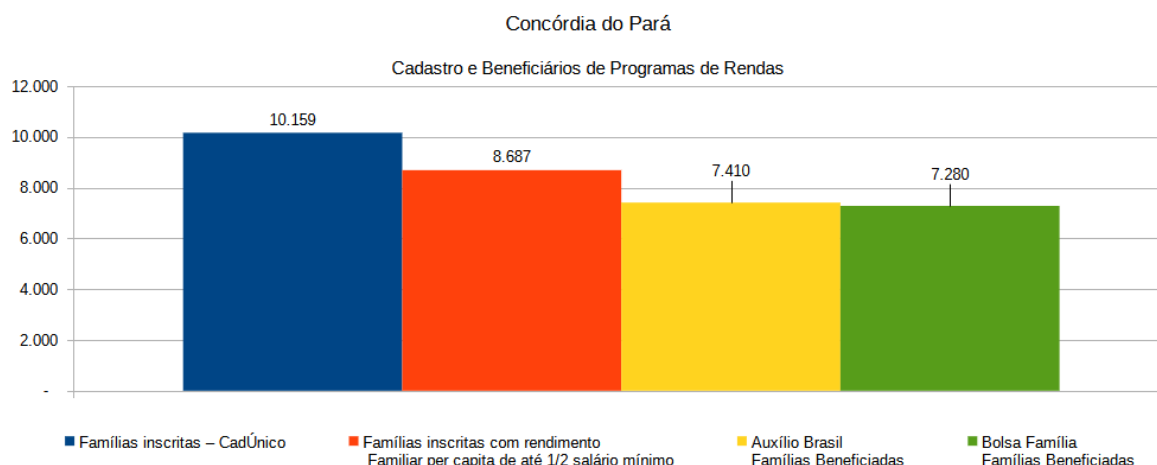
A projeção do PIB per capita posicionou Concórdia do Pará na 85ª colocação entre os 144 municípios paraenses. No entanto, essa estimativa, realizada pelo IBGE, considerou uma população projetada de aproximadamente de 34 mil habitantes. O Censo de 2022, por sua vez, revelou uma população significativamente menor, o que indica uma distorção na projeção per capita — resultando em um valor artificialmente reduzido, inferior ao que seria com base na população real. Diante disso, é necessário considerar também os valores brutos do PIB do município como referência para comparações menos distorcidas, tanto com municípios da mesma região quanto de outras áreas do estado, a fim de estabelecer uma margem comparativa mais realista.

#### 4.1.10.10 Programas de Transferência de Renda

Em 2023, o município de Concórdia do Pará registrou 10.159 famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), das quais 8.687 declararam renda familiar per capita inferior a meio salário-mínimo.

Contudo, nem todas as famílias inscritas foram efetivamente beneficiadas em 2023: 7.410 receberam o Auxílio Brasil em janeiro e fevereiro e 7.280 passaram a ser atendidas pelo novo Bolsa Família de março a dezembro. Isso equivale a 72% das famílias cadastradas, revelando uma lacuna de cobertura que pode ser explicada por fatores como elegibilidade, atualização cadastral ou limitação orçamentária.

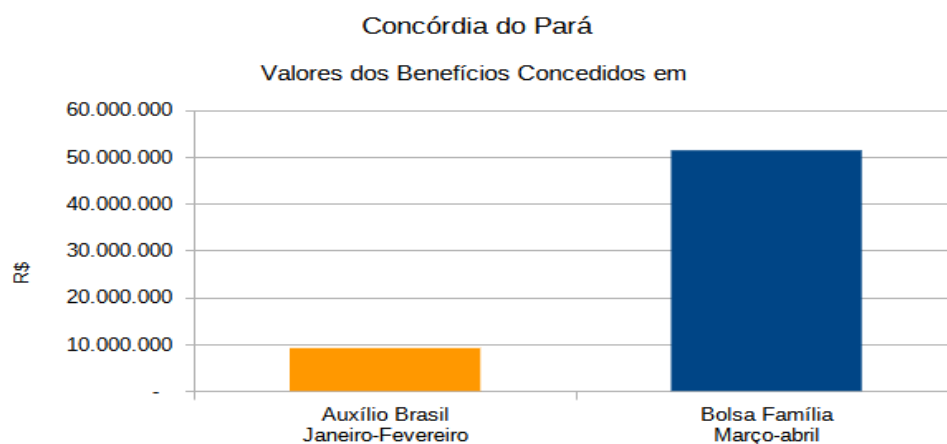
Gráfico 24: Famílias inscritas no CadÚnico.



Fonte: Radar Fapespa, 2023. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

No mês de março resultou em redução no número de famílias atendidas, mas em aumento no volume de recursos transferidos. Enquanto o Auxílio Brasil destinou cerca de R\$ 9,1 milhões em dois meses, o Bolsa Família repassou mais de R\$ 51,4 milhões em dez meses, refletindo um reajuste nos valores médios mensais pagos, com provável atenção à composição familiar e à recomposição de valores mínimos.

Gráfico 25: Valores concedidos pelo Programa Auxílio Brasil e Bolsa Família.



Fonte: Radar Fapespa, 2023. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Esses dados reforçam o papel estrutural das políticas sociais na composição da renda domiciliar em Concórdia do Pará. A ampla inscrição no CadÚnico e o volume significativo de recursos transferidos apontam para uma economia ainda fortemente dependente de programas compensatórios, evidenciando a fragilidade do mercado de trabalho e a urgência de estratégias que articulem assistência social com inclusão produtiva e geração de renda.

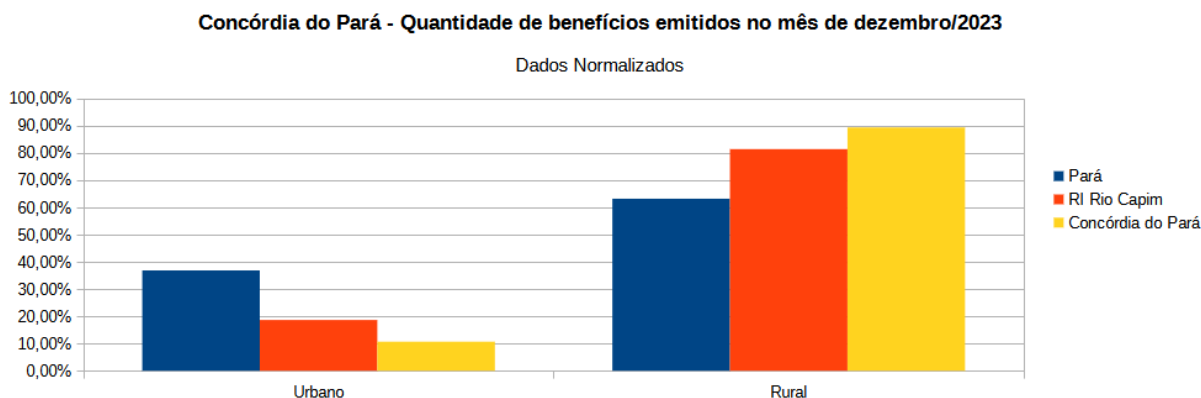
#### *Aposentadoria, Pensão e Benefício de Prestação Continuada*

Os benefícios emitidos pela Previdência Social também exercem função central na sustentação da renda local, especialmente nas áreas rurais. Esses benefícios abrangem tanto os de natureza previdenciária, como aposentadorias, pensões e auxílios assistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), concedido a idosos ou pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade.

Em dezembro de 2023, Concórdia do Pará contabilizou 2.223 benefícios emitidos, sendo cerca de 89% de origem rural. No total do ano, o município recebeu R\$ 31,8 milhões, dos quais R\$ 27,5 milhões foram repassados à zona rural.

Esse volume corresponde a 3,8% do total da Região do Rio Capim e 0,3% do montante estadual, proporção condizente com o porte do município. No entanto, a predominância de benefícios rurais em relação ao total local destaca a importância da previdência rural como fonte estruturante da renda familiar, sobretudo diante da baixa formalização urbana. Embora não haja uma relação direta entre o número de benefícios e o desempenho recente da agropecuária no PIB e nos empregos formais, esse contraste evidencia uma estrutura rural dual: de um lado, produtividade crescente no setor primário; de outro, dependência social persistente, sustentada por transferências que asseguram a sobrevivência de parcela significativa da população fora do mercado de trabalho ativo.

Gráfico 26: Benefícios emitidos no mês de dezembro de 2023.



Fonte: Radar Fapespa, 2023. Elaboração DGBio/ IDEFLOR-Bio, 2025.



Os dados verificados ao longo desta seção reforçam uma constatação já apresentada anteriormente neste documento, quando se discutiu o salário médio de Concórdia do Pará: a baixa escolaridade predominante, a concentração de empregos em ocupações pouco qualificadas e o frágil dinamismo do mercado formal se refletem diretamente no nível médio de remuneração observado no município. E com rendimento apenas modestamente acima do mínimo legal, a renda do trabalho no município apresenta indícios de não ser suficiente para garantir autonomia econômica à maior parte da população, o que ajuda a compreender a ampla cobertura de benefícios sociais e previdenciários, já discutida nesta seção.

## 4.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

### 4.2.1 Acesso, localização, confrontações e área

A área proposta para criação da Unidade de Conservação da Natureza Municipal faz parte da área urbana do município de Concórdia do Pará, Região de Integração Rio Capim, Microrregião de Tome-Açu, Mesorregião Nordeste Paraense. Encontra-se localizada sob as coordenadas 1° 58' 52.05" S e 47° 56' 13.26" W; 1° 59' 5.56" S e 47° 56' 7.27" E; 1° 58' 53.70" S e 47° 56' 6.40" W; 1° 58' 54.92" S e 47° 56' 18.10" W. Confrontando-se ao Norte, Sul e Leste com terras de Solange Fatima Desengrini Gallon e a Oeste com o bairro Jambeiro e possui 6,233 hectares.

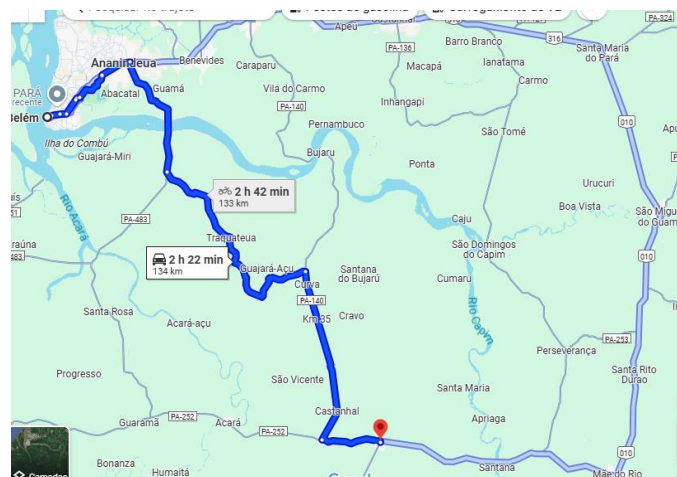
Figura 15: Mapa de Localização da Área Proposta para criação de UC municipal.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024. Elaboração, 2025.

Partindo da capital do Estado, Belém, o acesso a área se dá via terrestre, acessando a BR316, PA 483 (Alça Viária), Perna Leste, PA 140 e PA 252 chegando no município de Concórdia do Pará em tempo estimado de 2 horas e 22 minutos, totalizando 134 km.

Figura 16: Mapa de Acesso ao município de Concórdia do Pará.



Fonte: Google maps, 2025.

#### 4.2.2 Caracterização da População do Entorno: Bairro Jambeiro

O levantamento de informações de campo do bairro Jambeiro e do bairro Novo, confrontantes à área delimitada para a criação da Unidade de Conservação no município de Concórdia do Pará se deu no período de 17 a 21 de fevereiro de 2025 na cidade de Concórdia. Para a coleta de informações em campo, sobre os bairros, foi organizado previamente o formulário socioeconômico, de infraestrutura, saneamento básico e da situação fundiária, foi visitada a área e entorno para reconhecimento social, foi realizada reunião com (04) quatro Agentes Comunitários de Saúde (ACS) da Secretaria Municipal de Saúde, que atuam especificamente no bairro Novo, onde foi possível coletar informações sobre o referido bairro, referendado pelo relatório cedido pela prefeitura referente às informações gerais. A partir dessas informações foi atualizado o formulário, treinado a equipe de campo e aplicado o formulário de 05 (cinco) folhas com os moradores das residências do bairro Jambeiro, por meio de (10) agentes, entre técnicos do IDEFLOR-Bio, SEMMAC, SEMED, SEMAS e estagiários, além de coleta de documentos oficiais, registro de fotos, registro de GPS e conversas informais com os técnicos da SEMMAC. Todos os dados foram tabulados e transformados em figuras, mapas, gráficos, quadros, tabelas e textos.

A partir das informações coletadas foi possível organizar o quadro abaixo, que caracteriza o bairro Jambeiro contendo 22 quadras e 459 lotes, sendo que 23 lotes já possuem construções residenciais e 09 (nove) se encontram em construção, com população estimada de 73 pessoas. Das 23 residências construídas, 21 foram visitadas e entrevistadas, com população estimada da pesquisa de 67 pessoas.

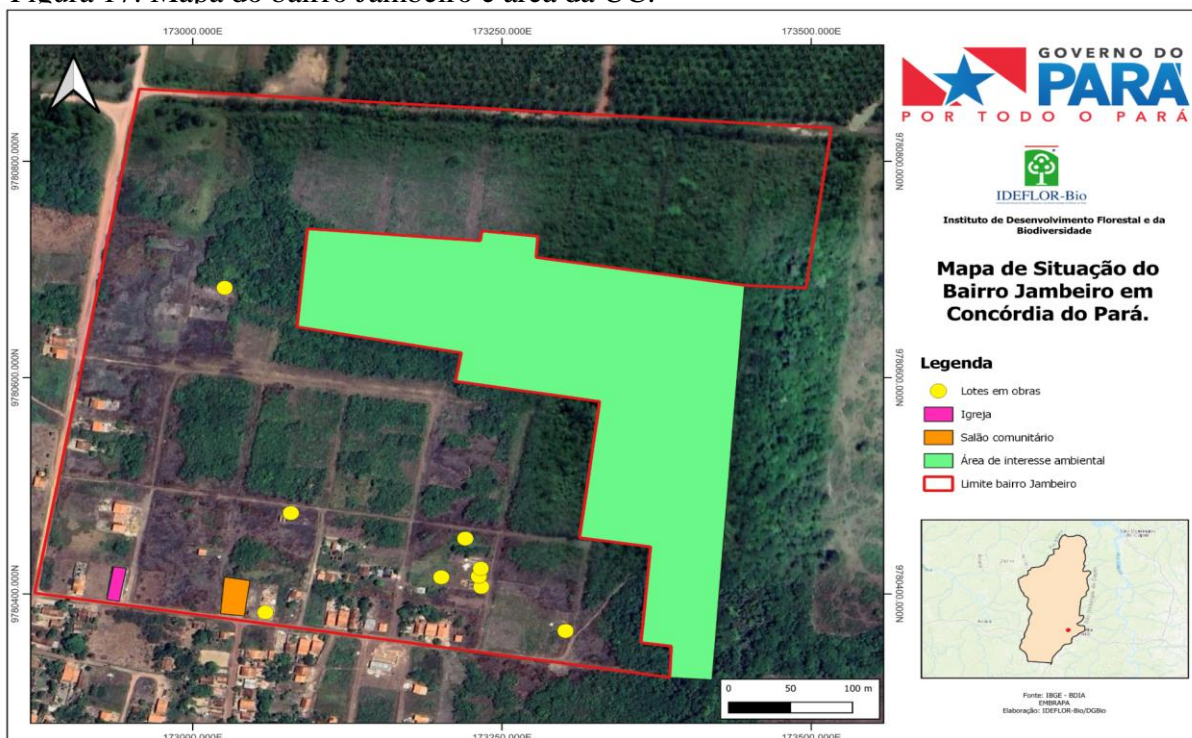
Quadro 12: Informações Gerais sobre as edificações do bairro Jambeiro.

| Bairro   | Quadras | Lotes | Edificações Construídas | Edificações em Construção | População Estimada | Residências Entrevistadas | População da Pesquisa |
|----------|---------|-------|-------------------------|---------------------------|--------------------|---------------------------|-----------------------|
| Jambeiro | 22      | 459   | 23                      | 09                        | 73                 | 21                        | 67                    |

Fonte: PMCP e Pesquisa de Campo, 2025.

A figura 17, abaixo, apresenta o mapa do bairro Jambeiro, contendo os seus limites, as edificações em obras, a igreja Evangélica, Centro Comunitário Nossa Senhora da Conceição e os limites da área delimitada a criação da UC municipal.

Figura 17: Mapa do bairro Jambeiro e área da UC.



Fonte: IDEFLOR-Bio/ DGBio, 2025.

O bairro Jambeiro teve sua origem aproximadamente há quinze anos com o loteamento Jambeiro, desmembrado da fazenda Minuano de propriedade do sr. Pedro da Mapema. O loteamento foi comercializado por meio de lotes a quem tivesse interesse e recurso em adquirir. Cada lote mede 10 metros de frente e 30 metros de fundo, comercializado pelo valor total aproximado de R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), com parcela de entrada de R\$248,00 (duzentos e quarenta e oito reais) parcelado em 48 vezes.

No ano de 2024, a prefeitura de Concórdia do Pará, por meio da Lei Municipal nº 1.150/2024 de 19 de março de 2024, criou legalmente o bairro Jambeiro, passando a compor o município de Concórdia do Pará e passando a fazer parte do Mapa oficial da cidade constante da área urbana, com a seguinte descrição:

o bairro jambeiro contará com 22 (vinte e duas) quadras já definidas em planta baixa, anexo, e mais as que poderão ser inseridas conforme necessidade de adequação a serem numeradas seguindo padrão já existente no município. iniciando ao sul pela avenida presidente vargas incluindo a quadra 61 antes pertencente ao bairro são pedro até encontrar com o canal da onça, deste segue em direção norte até encontrar com a sede i da fazenda rouso teixeira, confrontado a oeste com as quadras 51, 57, 58, 59 e 60 e ao leste confrontando com o restante das terras da fazenda minuano, parte da qual foi desmembrado. (Lei Municipal nº 1.150/2024, art. 2º)

Versa a lei, ainda, que fica o Poder executivo “através do Setor de Cadastros e Receitas Públicas autorizado a realizar todos os procedimentos necessários para demarcação das divisas que compreenderão o bairro (...), obrigado a informar a Empresa de Fornecimento

de Energia Elétrica bem como as empresas de telefonia móvel ou residencial com sinal (na cidade a criação do novo bairro (...)) e fica autorizado no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de publicação (da) Lei, a editar Decreto regulamentando-a”. (Lei 1.150/2024, Art. 3º, Art. 4º, Art. 5º).

Conforme a planta do loteamento e na sequência do bairro, o bairro conta com 22 quadras e 459 lotes de tamanho padrão, medindo 10m de frente por 30m de fundos.

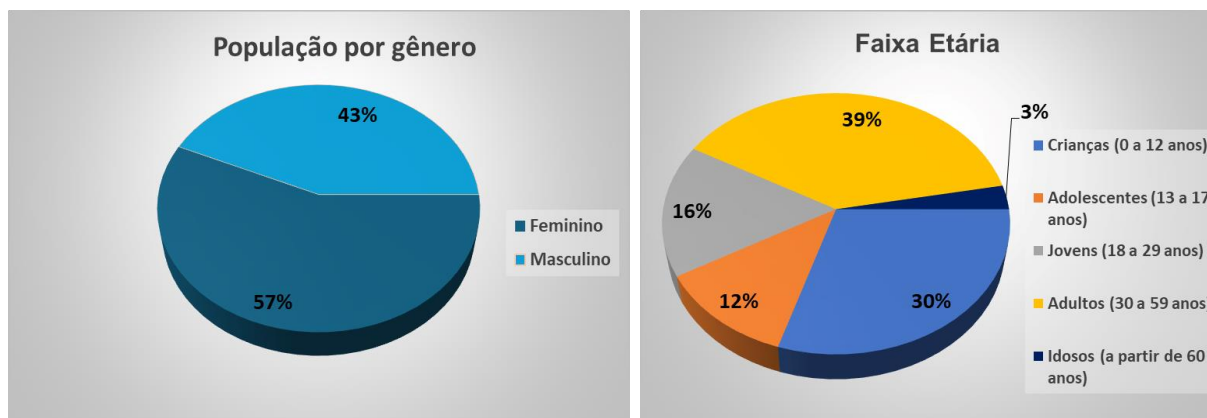
#### 4.2.3 Características da População: Gênero, Faixa Etária, Estado Civil e Religião

Estima-se que residem no bairro Jambeiro 23 famílias, com uma população de 73 pessoas, mas os entrevistados desta pesquisa foram 21 pessoas, porque pela ocasião 02 (duas) residências estavam fechadas, com uma população de 67 pessoas.

##### 4.2.3.1 População por Gênero e Faixa Etária

Segundo os dados levantados, os lares são constituídos de 57% (38) de mulheres e 43% (29) do sexo masculino.

Gráfico 27: População por gênero e faixa etária dos moradores do bairro Jambeiro.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2025.

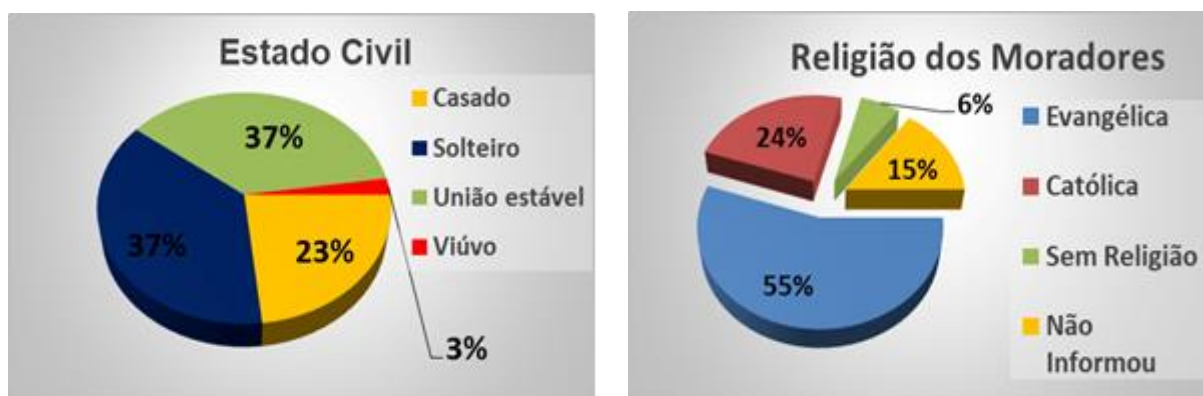
E a faixa etária constituída de 39% (26) de adultos, com idade entre 30 e 59 anos, 30% (20) de crianças, com idade de 0 a 12 anos, 16% (11) de jovens com idade entre 18 e 29 anos, 12% (08) compõem a faixa etária de adolescentes com idade entre 13 e 17 anos e 3% (02) com idade a partir de 60 anos. Observa-se que é um bairro com maioria da população constituída de crianças, jovens e adolescentes.



#### 4.2.3.1 Estado Civil e Religião

A análise do estado civil dos moradores do bairro Jambeiro foi baseada em uma população de 43 pessoas, haja visto que excluimos a população de 0 a 17 anos e consideramos o estado civil somente da população com idade acima de 18 anos. Por isso, conforme o gráfico 28, abaixo podemos inferir que no mesmo percentual de 37% (16) cada, se encontram a população solteira e em união estável, com 23% (10) encontra-se a população casada e apenas uma pessoa viúva, representando o percentual de 3% (01).

Gráfico 28: Estado Civil e Religião dos moradores do bairro Jambeiro.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2025.

Referente à religião, os dados apontam que a maioria pertence à religião evangélica, conforme gráfico (28) acima, 55% (37) das pessoas pertence à religião evangélica, 24% (16) à religião católica, 15% (10) não informou e 6% (04) se declara sem religião. Os dados são reflexos e referendam o crescimento da religião evangélica no Brasil e o número de abertura de estabelecimentos e igrejas evangélicas.

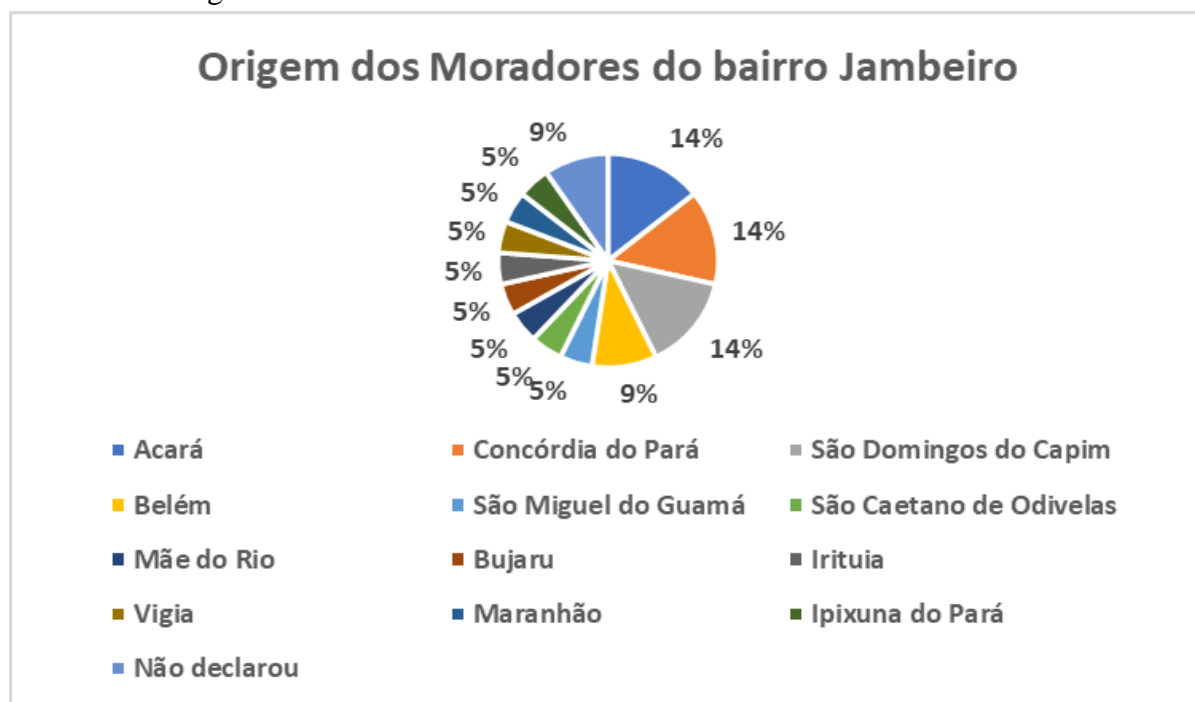
Estudo do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) de 2023, apresenta o crescimento dos estabelecimentos religiosos nos últimos 20 anos, onde no ano de 2021, 52% dos estabelecimentos eram evangélicos pentecostais e neopentecostais, seguido de 19% de evangélicos tradicionais e 11% de católicos. Vale ressaltar que esse crescimento se pulveriza em todo o território brasileiro, principalmente no interior do país, representando uma mudança significativa em relação ao crescimento anterior que se concentrava nas grandes cidades. O estudo também cita, a partir de dados do IBGE (2010) de que no ano 2000 a população evangélica era constituída de 15,4% e no ano de 2010, quase dobrou, representado por 22,2%.

#### 4.2.4 Padrão de Ocupação: Origem dos Moradores, Tempo de Residência no bairro, Pretensão de mudança e relações sociais de vizinhança

##### 4.2.4.1 Origem dos Moradores

A origem dos 21 moradores entrevistados do bairro Jambeiro que residem no ano desta pesquisa, ano de 2025, advém dos mais variados municípios paraenses, 11 (onze) municípios do estado do Pará foram citados e (01) um citou o estado do Maranhão. Podemos observar no gráfico (29) abaixo que os municípios de origem relatados são: Concórdia do Pará (14%, 3), Acará (14%, 3), São Domingos do Capim (14%, 3), Belém (9%, 2), São Miguel do Guamá (5%, 1), Mãe do Rio (5%, 1), Vigia (5%, 1), Bujaru (5%, 1), São Caetano de Odivelas (5%, 1), Irituia (5%, 1) e Ipixuna do Pará (5%, 1) e 02 (dois) (9%) não declararam a origem. Isso remete para a busca da casa própria e de melhores oportunidades de vida.

Gráfico 29: Origem dos moradores.



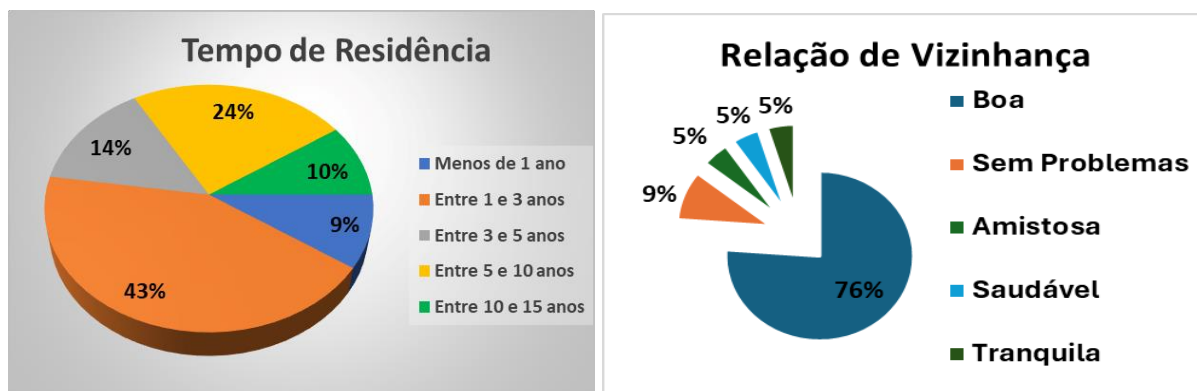
Fonte: Pesquisa de Campo, 2025.

##### 4.2.4.2 Tempo de Residência, Pretensão de Mudar e Relações Sociais de Vizinhança

O tempo de residência dos moradores no local, ficou assim demonstrado no gráfico 30, abaixo, 9% (02) declaram ter menos de um ano, 43% (09) entre 1 e 3 anos, 14% (03) declaram residir local de 3 a 5 anos, 24% (05) informaram que se encontram no local entre 5 e 10 anos e 10% (02) declaram está no local entre 10 e 15 anos. E perguntado sobre a pretensão de se mudar do local, apenas 01 (um) entrevistado que mora de aluguel respondeu que devido a sua situação de inquilino, pretende se mudar do local.



Gráfico 30: Tempo de Residência e Relações Sociais de Vizinhaça.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2025.

Não foi possível precisar em que ano iniciou a comercialização dos lotes pela Fazenda Minuano, haja vista que a facilidade de pagamento de forma parcelada permitiu a aquisição dos imóveis para construção posterior, mas se pode precisar de que o morador mais antigo do bairro Jambeiro possui tempo de residência entre 10 e 15 anos.

Foi incluído na pesquisa a pergunta sobre a relação de vizinhaça para podermos mensurar possíveis conflitos existentes na área. Mas das respostas relatadas, 76% (16) consideram boa a relação de vizinhaça, sendo que 02 (dois) destes entrevistados fizeram referência às relações familiares, 9% (02) responderam sem problemas e 5% (01) cada um relataram conviver em uma relação amistosa, saudável e tranquila.

#### 4.2.5 Aspectos Sociais: Educação, Saúde, Segurança Alimentar, Organização Social, Violência, Programas Sociais e Problemas citados

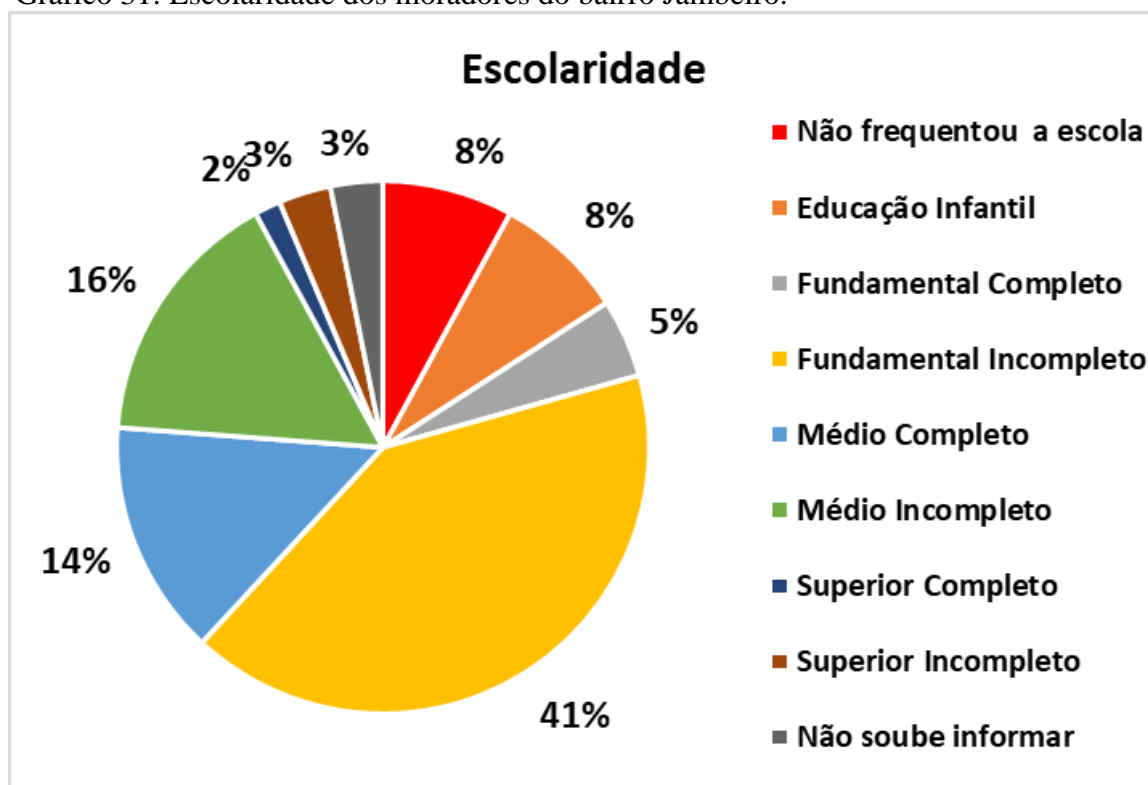
##### 4.2.5.1 Educação

A educação no Brasil se estrutura em dois níveis, a educação básica e a educação superior. A Educação Básica é constituída por três etapas, educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. A educação infantil é destinada às crianças de 0 a 5 anos, o ensino fundamental é composto por 09 (nove) anos e o ensino médio por (03) três anos e tem por objetivo preparar o aluno a entrar no curso superior.

Segundo o INEP, no município de Concórdia do Pará existem 63 escolas, entre Escolas Municipais de Ensino Médio Infantil e somente Escolas Municipais de Ensino Fundamental. Sendo 53 na área rural e 10 na área urbana. Das escolas inseridas na área rural, 20 são Escolas Municipais de Ensino Fundamental de Quilombolas e 02 são Escolas de Ensino Infantil e Fundamental.

Dos dados coletados no bairro Jambeiro, referente à escolaridade dos moradores, foi possível inferir que 8% (05) não frequentaram a escola, 8% (05) se encontram na Educação Infantil, 5% (03) possuem o Ensino Fundamental Completo, 41% (26) possuem ou encontram-se cursando o Fundamental Incompleto, 14% (09) possuem o Ensino Médio Completo, 16% (10) possuem o Ensino Médio Incompleto, 2% (01) possuem o Superior Completo, 3% (02) possuem o Superior Incompleto e 3% (02) não souberam informar, conforme podemos observar no gráfico 31.

Gráfico 31: Escolaridade dos moradores do bairro Jambeiro.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2025.

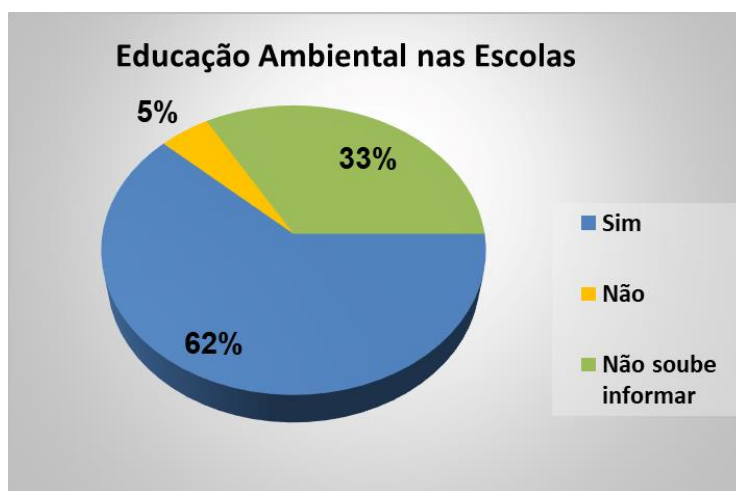
Dentro do bairro Jambeiro ainda não existe escola, mas dos 23 moradores que se encontram estudando, foi feito a referência das seguintes escolas frequentadas em outros bairros são elas: a Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Aloysio da Costa Chaves foi citada 09 vezes, a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Missionário Daniel Berg foi citada 07 vezes, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Raimunda Paiva Celestino foi citada 03 vezes e as Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Ulisses Guimarães, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Guadalupe e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Cristo Libertador foram citadas duas vezes cada. Isso remete para a importância dessas escolas participarem da Consulta Pública por meio de

seus representantes e conhecerem a proposta de criação da Unidade de Conservação a ser criada, assim como se envolver no desenvolvimento de projetos com os alunos na área.

### *Educação Ambiental*

Referente a abordagem sobre a Educação Ambiental nas escolas, a margem de erro deve ser considerada, haja vista que a pergunta foi realizada para os 21 entrevistados, e nem sempre este tem conhecimento específico. Entretanto, é possível afirmar que existe a Educação Ambiental nas escolas de Concórdia do Pará, considerando que 65% (13) dos entrevistados responderam que sim, 33% (06) não souberam informar e 5% (01) responderam “não”. Quando perguntado de que forma é abordada, as respostas foram por meio da disciplina “educação ambiental e sustentabilidade”, aulas práticas e teóricas, assim como alguns entrevistados fizeram referência às visitas de alunos na área proposta para criação da UC municipal a ser legalmente criada.

Gráfico 32: Educação Ambiental nas Escolas.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2025.

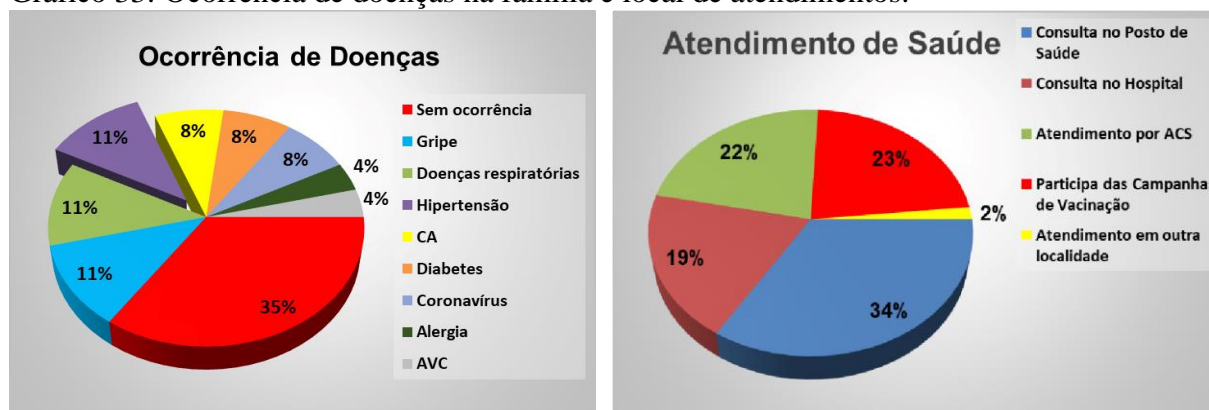
Vale ressaltar que o Governo do Estado do Pará publicou a Lei nº 9.981, de 6 de julho de 2023 que Institui a Política de Educação Formal para o Meio Ambiente, Sustentabilidade e Clima, vinculada à Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), com o objetivo de “implementar ações e práticas educativas na educação básica, voltadas para a defesa da preservação do meio ambiente”, onde entre as finalidades está a de “formar cidadãos conscientes e críticos, fortalecendo práticas cidadãs voltadas para a sustentabilidade ambiental (...) desenvolver habilidades focadas na preservação e sustentabilidade do meio ambiente (...)”, assim como prever no Art.5º que

a SEDUC poderá ofertar referencial curricular, materiais digitais para professores e estudantes, e formação online para as redes municipais. E versa, ainda, no Parágrafo Único que “a inclusão na matriz curricular dos municípios da disciplina de Educação Ambiental poderá ser considerada como fator de ponderação na distribuição de recursos a serem destinados aos municípios pelo Estado do Pará, conforme diretrizes a serem regulamentadas pelo Poder Executivo. (Lei nº 9.981/2023, art. 5º).

#### 4.2.5.2 Saúde

A partir de reunião com Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e aplicação de formulários foi possível demonstrar os dados abaixo (gráfico 32) sobre a ocorrência de doenças e os locais de atendimentos de saúde para os moradores do bairro Jambeiro. Foi interessante observar que 35% (XX) entrevistados responderam sem ocorrência, 11% (03) cada um responderam que as ocorrências foram de gripe, doenças respiratórias e hipertensão, 8% (02) cada uma responderam, respectivamente, CA, diabetes e coronavírus, e 4% (01) cada uma responderam alergia e AVC.

Gráfico 33: Ocorrência de doenças na família e local de atendimentos.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2025.

Os locais de atendimento à saúde foram respondidos da seguinte maneira: 34% (21) responderam que são atendidos no Posto de Saúde, 19% (12) recebem atendimento no hospital municipal, 22% (14) declararam que recebem atendimento do ACS, o qual fizeram referência ao bom atendimento, 23% (15) declararam participar das campanhas de vacinação e 2% (01) informaram que vão buscar atendimento em outras localidades.

#### 4.2.5.3 Segurança Alimentar

Referente à alimentação consumida, mais especificamente pelo tipo de proteínas, pelos moradores do bairro Jambeiro a questão apresentava mais de uma resposta, então das 41 respostas, 29% (12) responderam aves e carne, cada uma, seguida de 25% (10) de peixes, acompanhado de vegetais de 17% (07). Vale ressaltar que em algumas respostas foi

acrescentado a combinação de feijão com arroz, ovos e embutidos, como mortadela. Perguntado onde eram realizadas as compras, como o bairro ainda é pequeno, não existe comércio na área e todos foram unânimes em responder que realizam as suas compras em supermercados da cidade.

Gráfico 34: Tipo de alimentação consumida.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2025.

É digno de nota registrar que o Governo Federal criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) por meio da Lei 11.346/2006, cujo art. 2º versa que “a alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população”.

Em 2010, o Decreto 7.272/2010 regulamentou essa Lei e instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) com o objetivo geral de promover a segurança alimentar e nutricional, bem como assegurar o direito humano à alimentação adequada em todo território nacional.

E em fevereiro de 2025 foi aprovado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) o III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, onde apresenta dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) referente ao 4º tri-2023 mostrando que 72,4% dos domicílios do país estavam em situação de segurança alimentar e nutricional, mas que 4,1% (3,2 milhões) viviam em insegurança alimentar grave. E que a fome é mais acentuada no rural (5,5%) que no urbano (3,9%). Mas, que em números absolutos, dos 3,2 milhões de domicílios em insegurança alimentar grave, 84% estão nos espaços urbanos, 37% localizados nas regiões metropolitanas e 47% em áreas urbanas não-metropolitanas). “E que as regiões Norte e Nordeste apresentam os índices mais

elevados de insegurança alimentar grave, com 7,7% e 6,2% de seus domicílios, respectivamente. O Plano analisa que “A territorialização da fome impõe um duplo desafio. Por um lado, do total de 3,2 milhões de domicílios em situação de fome, mais de 70% estão concentrados nas regiões Nordeste e Sudeste, um resultado que combina fatores relacionados à alta densidade demográfica das grandes cidades com a prevalência de insegurança alimentar. Por outro lado, a região Norte concentra os piores índices de insegurança grave no país: 11,8% no rural e 6,8% no urbano. Tais percentuais são mais altos que os registrados em todas as demais regiões, quer nas áreas rurais, quer nas urbanas, e assinalam a necessidade de formular estratégias específicas para o enfrentamento da fome no contexto amazônico.”

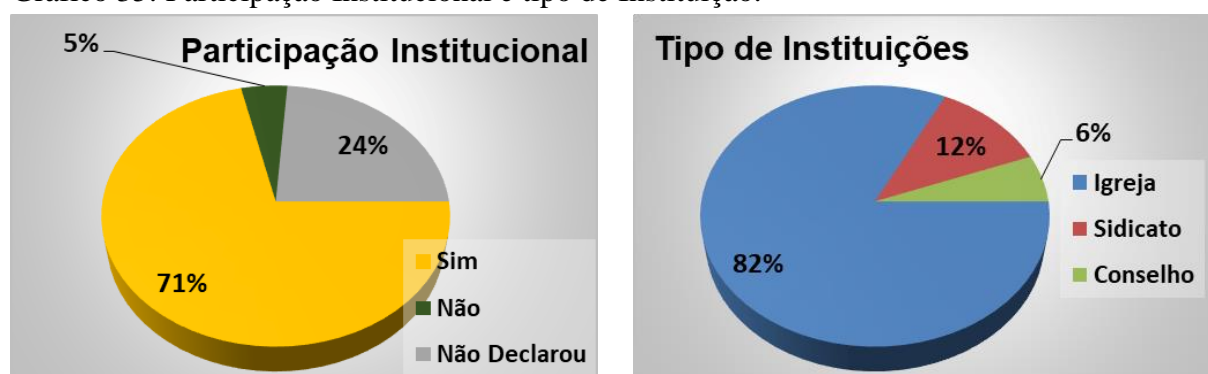
Vale ressaltar que no município de Concórdia do Pará a secretaria responsável por essa política é a Secretaria Municipal de Assistência Social, e que por meio da Lei Municipal 1.053/2022 criou os componentes para o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e definiu os parâmetros para a elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. E pelo Decreto 013/2022, dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Concórdia do Pará do Estado do Pará.

#### 4.2.5.4 Organização Social

A participação social dos moradores do bairro Jambeiro é mais voltada para participação em igrejas católicas e evangélicas, com predominância em participação em igrejas evangélicas. Perguntado se o morador participava de alguma organização social, 71% (15) respondeu que sim, que participa, 24% (05) não declarou e 5% (01) respondeu que não participa.

Perguntado sobre o tipo de instituições que os 71% (15) participam, 82% (14) responderam que participam de igrejas, 12% (02) de sindicatos e 6% (01) participam de conselhos.

Gráfico 35: Participação Institucional e tipo de Instituição.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2025.

Esses dados remetem para a necessidade de construir lideranças e controle social no bairro Jambeiro para que entre outras ações possam capitalizar serviços e políticas públicas para o bairro e para que venham a participar da criação, implementação e gestão da Unidade de Conservação a ser criada legalmente.

#### 4.2.5.5 Violência

Visando avaliar o nível de violência no bairro perguntamos aos moradores se já haviam sido assaltados ou se já haviam presenciado algum assalto no bairro. A partir dos dados levantados verificamos que 90% (19) responderam que nunca ocorreu e 10% (02) respondeu que sim. Questionados se já haviam presenciado algum assalto no bairro, 70% (14) responderam que não haviam presenciado e 30% (06) respondeu que sim, que já haviam presenciado.

Gráfico 36: Moradores que foram assaltados ou que presenciaram assalto no bairro.

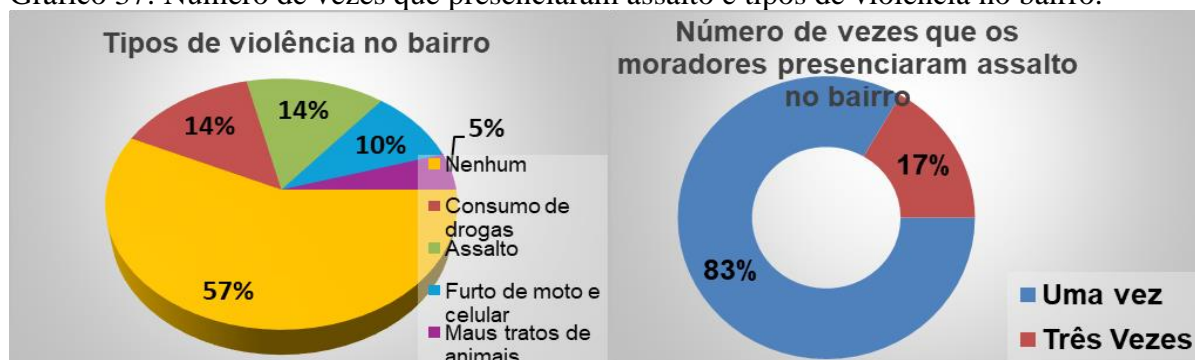


Fonte: Pesquisa de Campo, 2025.

No segundo bloco de perguntas do formulário aplicado com os moradores do bairro Jambeiro, verificou-se que dos quais responderam já ter tido presenciado um assalto (06) o número de vezes que presenciou foram de 83% (05) dos quais responderam uma vez e 17% (01) uma vez.



Gráfico 37: Número de vezes que presenciaram assalto e tipos de violência no bairro.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2025.

Por fim foi perguntado quais os tipos de violência vivenciada no bairro e a pesquisa obteve cinco respostas, quais sejam: 57% (11) responderam que não veem nenhum tipo de violência, 14% (03) cada um responderam consumo de drogas e assalto, 10% (02) responderam furto de moto e celular e 5% (01) respondeu maus tratos de animais.

Importante registrar que segundo dados da Cartografias da Violência na Amazônia, 2024, no triênio de 2021 a 2023 o estado do Pará apresentou altas taxas de Mortes Violentas Intencionais - MVI, chegando a 32,8 mortes por grupo de 100 mil habitantes em 2023, ainda que isso represente uma queda de 11,8% em relação ao ano anterior. Das 10 cidades mais violentas do Pará no triênio 2021/2023 Cumaru do Norte se encontra em primeiro lugar com taxa de 141,3 e em segundo se encontra Abel Figueiredo com taxa de 115,5.

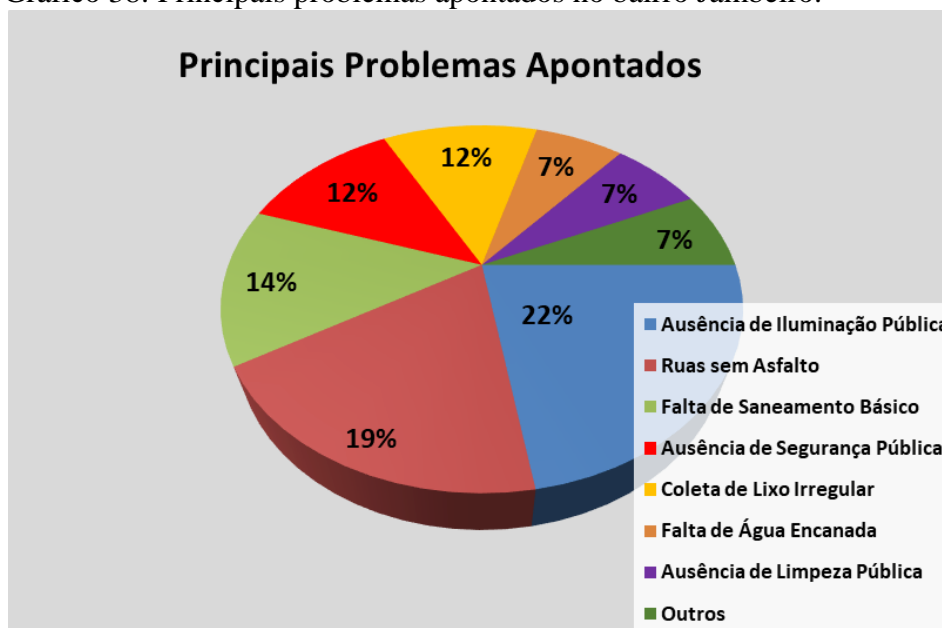
O estudo aponta, ainda, a presença de facções em 73 municípios do estado do Pará, onde desses, 57 são controlados pelo CV e 05 pelo PCC e 08 municípios convivem com as duas. Vale frisar que dos dezesseis municípios da Região de Integração Rio Capim, apenas 05 se encontram sem a presença das facções, são eles: Capitão Poço, Garrafão do Norte, Itituaia, Nova Esperança do Piriá e Ulianópolis.

#### 4.2.5.6 Problemas citados

Referente aos problemas mais citados pelos moradores do bairro Jambeiro, podemos destacar 07 (sete) dificuldades encontradas pelos 21 entrevistados. O primeiro problema apontado por 22% (13) dos entrevistados foi relacionado a ausência de iluminação pública nas ruas do bairro. Como segundo problema elencado foi referente às ruas que não possuem capa asfáltica, problema este identificado por 19% (11) dos entrevistados. A falta de saneamento básico (abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas) foi apontado por 14% (08) dos entrevistados, e entre os problemas mais específicos, a falta de água encanada foi

considerado um problema para 7% (04) dos moradores, seguido pela coleta de lixo irregular que foi citado por 12% (07) dos entrevistados. O problema da ausência de segurança pública foi citado por 7% (04) dos entrevistados e 7% (04) responderam que seriam outros problemas como saúde e ausência de creches.

Gráfico 38: Principais problemas apontados no bairro Jambeiro.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2025.

Vale ressaltar que a parte do saneamento básico referente à limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e que segundo informações oficiais a coleta urbana passa nas ruas do bairro Jambeiro duas vezes por semana.

#### 4.2.6 Aspectos Econômicos: Atividades Econômicas, Renda Familiar, Acesso ao Crédito e outras fontes

##### 4.2.6.1 Atividades Econômicas

Referente aos aspectos relacionados às atividades econômicas que compõem a renda dos moradores do bairro, podemos visualizar que 46% (07) exercem trabalho informal, 27% (04) declararam ser empregados fixo com carteira assinada, 20% (03) informaram estarem trabalhando sem carteira assinada e 7% (01) ficaram na categoria de “outros” por optarem em não declararem nenhuma atividade.

Gráfico 39: Atividades que compõem a renda dos moradores do bairro Jambeiro.



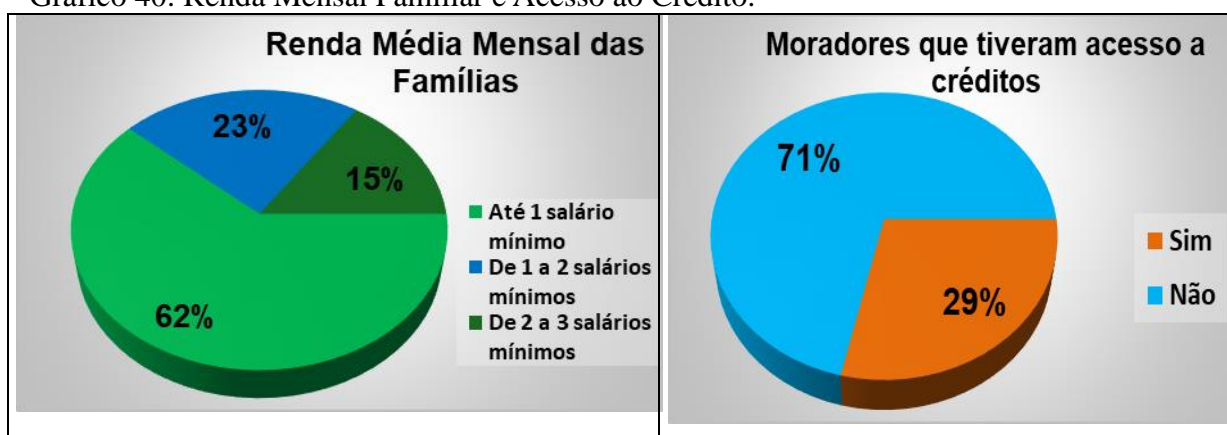
Fonte: Pesquisa de Campo, 2025.

#### 4.2.6.2 Renda Familiar

Sempre observamos que pesquisar sobre trabalho e renda é muito sensível devido os entrevistados se mostrarem quase sempre receosos em fornecerem as informações de forma correta, daí pode advir a margem de erro, como podemos observar que dos 21 entrevistados, apenas 15 responderam o formulário.

Por conta disso, também, a renda familiar fica comprometida, mas os dados apontam que 62% (08) dos entrevistados apresentaram renda familiar de até um salário-mínimo, vigente na data da pesquisa no valor de R\$ 1.518,00 (Um mil e quinhentos e dezoito reais), 23% (03) declararam renda mensal de 1 até 2 salários e 15% (02) de 2 a 3 salários.

Gráfico 40: Renda Mensal Familiar e Acesso ao Crédito.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2025.

#### 4.2.6.3 Acesso ao Crédito

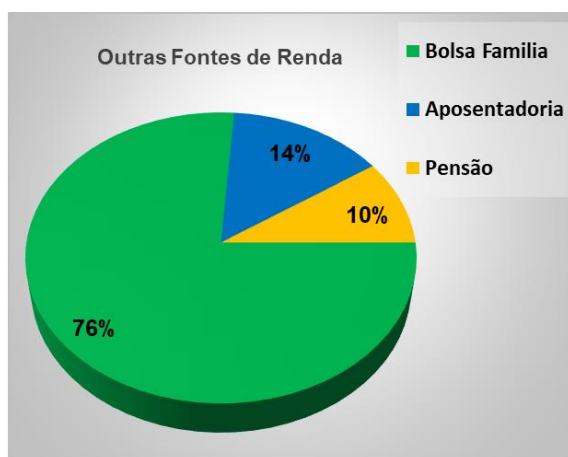
A pesquisa quis saber se os moradores do bairro tinham acesso ao crédito e assim o gráfico 40, acima mostra que 71% (15) dos moradores responderam “não” e 29% (06)

informaram que “sim” já haviam tido acesso ao crédito, crédito esse de várias modalidades, entre os quais se destacam o crédito consignado, financiamento e empréstimo.

#### 4.2.6.4 Outras Fontes de Renda

Fazem parte, também, da renda familiar, outras fontes de renda como o Bolsa Família declarada por 76% (16), as aposentadorias, informadas por 14% (03) e as pensões respondida por 10% (02) dos entrevistados.

Gráfico 41: Aposentadoria, Pensão e Programa Social de Transferências de Renda.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2025.

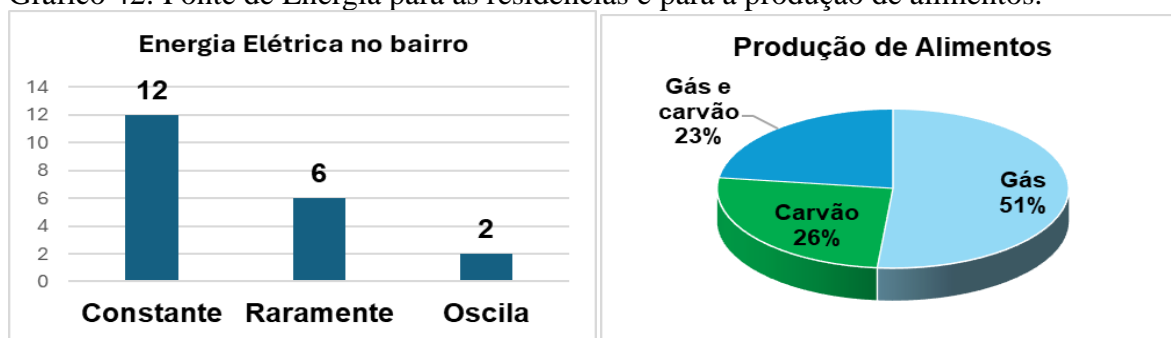
#### 4.2.7 Infraestrutura: Energia, Comunicação, Utilização da Área e Propostas de Melhorias

A infraestrutura urbana de Concórdia do Pará enfrenta alguns desafios, mas o ponto positivo é que o último Censo não identificou nenhum aglomerado subnormal (favela) no município (IBGE, 2023b).

##### 4.2.7.1 Fonte de Energia

A fonte de energia para o consumo das residências vem da rede Energia Equatorial, no entanto 02 (dois) entrevistados responderam que ela oscila, 12 (doze) responderam que constantemente está faltando energia e 06 (seis) entrevistados responderam que raramente falta de energia.

Gráfico 42: Fonte de Energia para as residências e para a produção de alimentos.



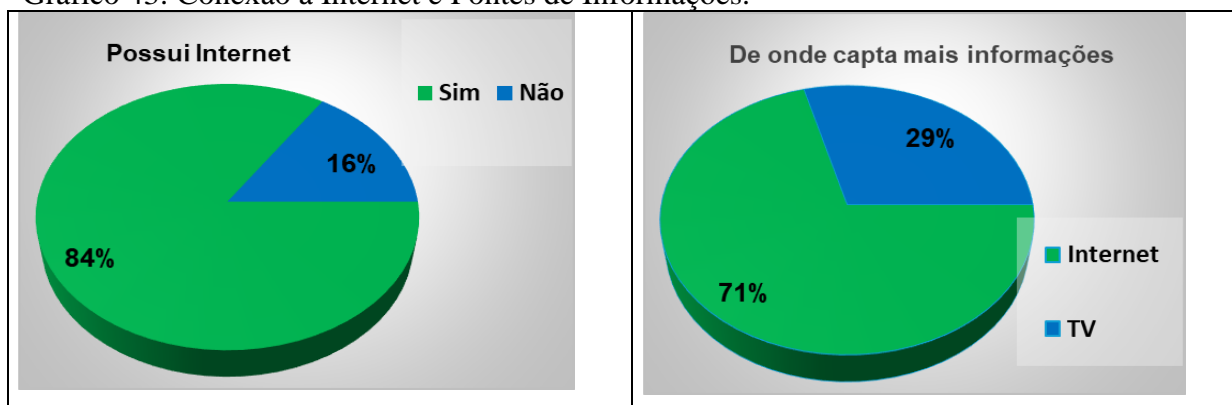
Fonte: Pesquisa de Campo, 2025.

Na produção de alimentos 51% (18) dos entrevistados responderam que utilizam o gás, 26% (18) respondeu que utiliza o carvão e 23% (08) responderam utilizar a alternância entre gás e carvão.

#### 4.2.7.2 Comunicação

No item comunicação 100% (21) dos moradores entrevistados possuem telefonia móvel, sendo que 11% (11) possuem telefonia móvel da Operadora Vivo. Onde 84% (17) possuem internet e 16% (04) não possuem.

Gráfico 43: Conexão à Internet e Fontes de Informações.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2025.

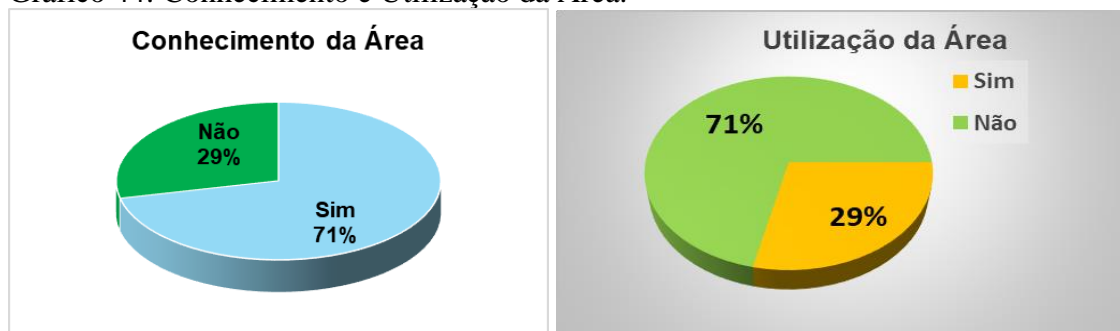
Questionados de qual veículo mais acessam informações, 71% (17) responderam que seria da rede mundial de computadores, a internet, e 29% (07) responderam que se informam por meio da televisão.

#### 4.2.7.3 Conhecimento e Utilização da Área

Para obter informações dos moradores do bairro Jambeiro sobre a área, foram aplicadas três perguntas: uma sobre o conhecimento da área pelos moradores e a outra foi

medir a utilização da área pelos mesmos e que eles conheciam sobre Unidade de Conservação.

Gráfico 44: Conhecimento e Utilização da Área.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2025.

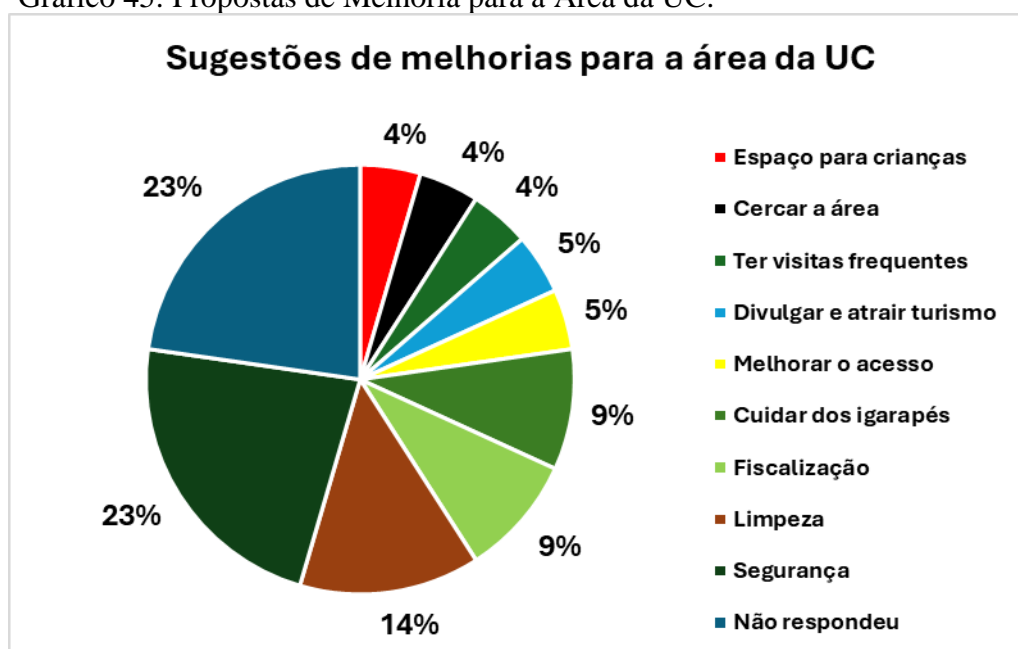
Sobre a primeira pergunta, que se refere ao conhecimento da área, dados do gráfico 44 mostram que 71% (15) conhecem a área e 29% (06) disseram desconhecer. Sobre a utilização do local, 29% (06) responderam utilizar a área e 71% (15) informaram que não utilizam a área. Referente ao conhecimento sobre Unidade de Conservação, dos 21 entrevistados, 13 (treze) responderam ter conhecimento sobre o que Unidade de Conservação e 08 (oito) declararam não saber do que se trata.

Considerando que o bairro tende a aumentar a sua população, é fundamental que os moradores do bairro Jambeiro tenham conhecimento da referida área protegida.

#### 4.2.7.4 Sugestões de Melhorias

Considerando que a população que residem no entorno de uma área protegida deve se apropriar de conhecimentos e se sentir pertencendo ao lugar para cuidar, conservar e valorizar foi importante querer saber o que os entrevistados do bairro Jambeiro sugeria para a área, e assim podemos observar, conforme demonstra o gráfico 45 abaixo que 12% (03) sugerem que tenha espaço para as crianças, que a área seja cercada e que deve ter visitas frequentes; 10% (02) sugerem divulgar e atrair turismo e melhorar o acesso; 18% (04) sugerem cuidar dos igarapés e realizar fiscalização; 14% (03) optaram por sugerir limpeza; 23% (05) sugerem segurança na área e 23% (05) optaram por não responder.

Gráfico 45: Propostas de Melhoria para a Área da UC.



Pesquisa de Campo, 2025.

#### 4.2.8 Saneamento Básico: Abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos.

A Lei Federal 14.026 de 15 de julho de 2020 define o saneamento básico como o “conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas” (Art. 3º, Inciso I, alíneas a, b, c, d).

Segundo dados do IBGE, 2023 apenas 23,03% dos domicílios de Concórdia do Pará são abastecidos pela rede geral de água (IBGE, 2023b). Trata-se de um dado sensível da Região de Integração Rio Capim, superando apenas Nova Esperança do Piriá, que registra 13,91%. Em contraste, municípios como Paragominas (80,77%) e Abel Figueiredo (81,25%) apresentam cobertura superior a 80%, ambos caracterizados por baixa densidade populacional e alta taxa de urbanização, com mais de 89% de seus habitantes vivendo em áreas urbanas (IBGE, 2023b).

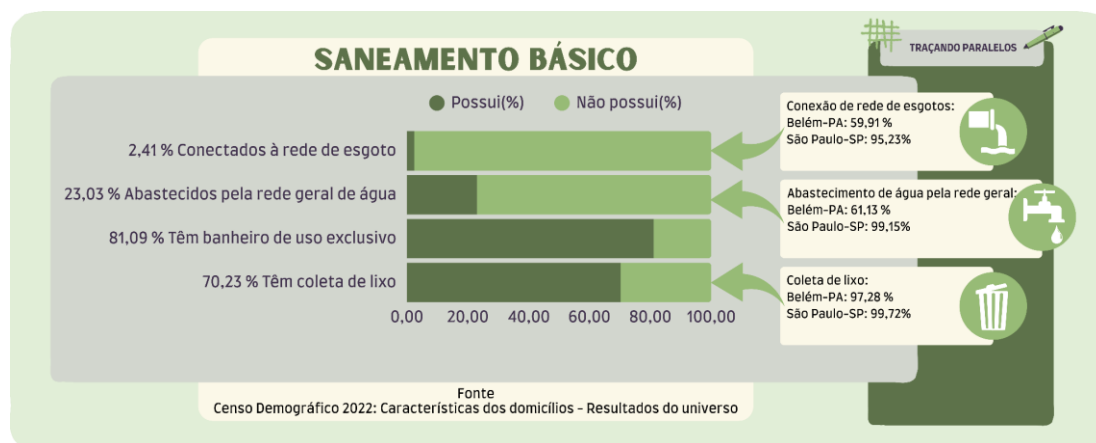
Outro ponto sensível na infraestrutura urbana é o acesso das residências à rede de esgoto. A situação do saneamento na Região de Integração Rio Capim é preocupante, visto que apenas três municípios possuem mais de 10% dos domicílios conectados à rede, e Concórdia do Pará está abaixo dessa marca (ver gráfico 46) (IBGE, 2023b). Esse déficit na infraestrutura resulta no descarte irregular de resíduos, o que pode causar impactos ambientais



e problemas sociais, como a contaminação de cursos d'água e riscos à saúde humana e animal. Além disso, a distância necessária para expandir a cobertura da rede até, pelo menos, metade dos domicílios é considerável, exigindo altos investimentos para garantir um saneamento básico eficiente.

Em relação à coleta de lixo e à disponibilidade de banheiros domiciliares, Concórdia do Pará apresenta índices satisfatórios, relativamente próximos aos de grandes centros urbanos, como a capital do estado e até mesmo São Paulo (IBGE, 2023b).

Gráfico 46: Dados de rede de esgoto, abastecimento de água, banheiro exclusivo e coleta de lixo.



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Para fins deste diagnóstico, as informações levantadas no bairro Jambeiro foram sobre o abastecimento de água, esgotamento sanitário e limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos.

#### 4.2.8.1 Abastecimento de água

O abastecimento de água potável é constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e seus instrumentos de medição. No bairro Jambeiro os dados coletados mostraram os meios de abastecimento de água, as características e tipos de tratamento da água a partir das respostas dos moradores. Vale ressaltar que, principalmente dados sobre as características da água não foram submetidas à análise.

Conforme podemos observar no gráfico 47, abaixo, 81% (17) dos entrevistados responderam que seu abastecimento de água vem de poços abertos ou amazonas e 19% (04) de poços artesianos, poços esses, muitas vezes compartilhados entre familiares e vizinhos. Sobre a profundidade dos poços, foi possível verificar que a média de profundidade do poço

amazonas é de 13m e 71cm e do poço artesiano é de 22m e 23cm. E geralmente utilizam a estrutura de caixa d'água para armazenamento da água captada por meio de bombas ligadas a eletricidade.

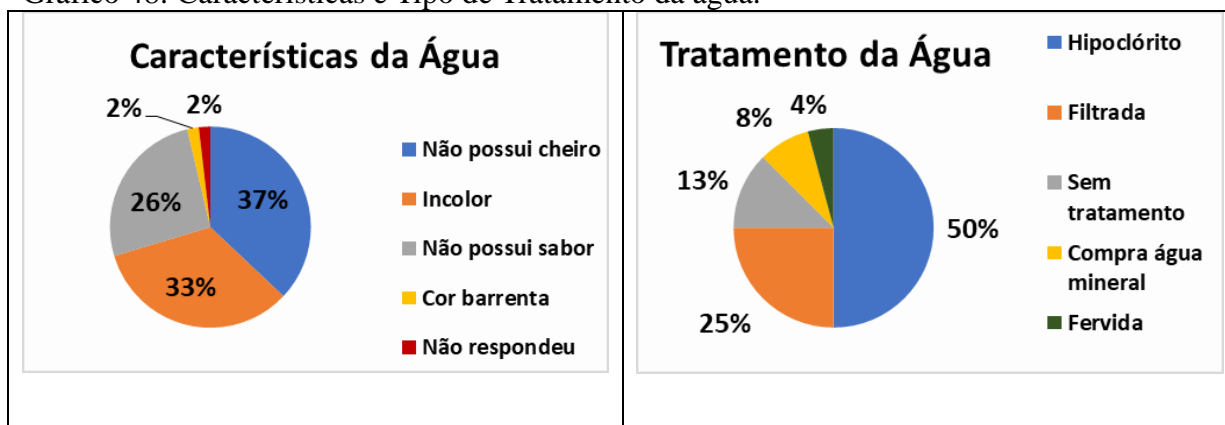
Gráfico 47: Abastecimento de água no bairro Jambeiro.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Quanto às características da água, as respostas seguiram o seguinte: 37% (20) dos moradores responderam que a água não possui cheiro, 33% (18) responderam que ela é incolor, 26% (14) informaram que a água não possui sabor e 2% (01) responderam que observam a água com a cor barrenta e 2% (01) não souberam informar. Conforme os dados empíricos, demonstrados no gráfico 48, poderíamos concluir que a água consumida no bairro Jambeiro é própria para o consumo, mas uma análise química e bacteriológica detalhada se faz necessário para comprovação de evidências científicas.

Gráfico 48: Características e Tipo de Tratamento da água.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

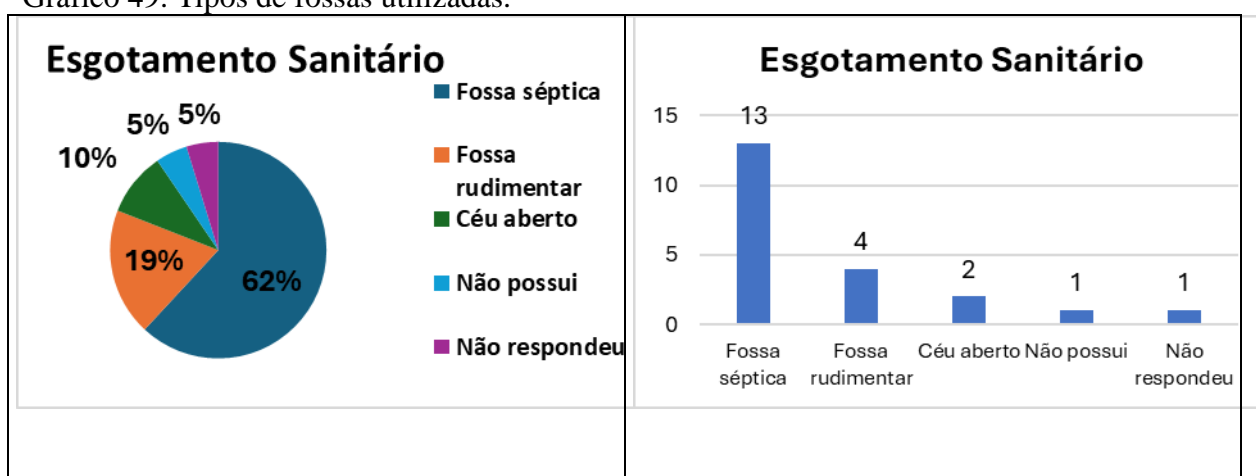
Quanto ao tratamento da água, ficou demonstrado no gráfico acima, que 50% (12) fazem o tratamento com hipoclorito disponibilizado pela Secretaria Municipal de Saúde por meio do Agente Comunitário de Saúde, 25% (06) fazem o tratamento por meio do uso de

filtros, 13% (03) não realizam nenhum tratamento, 8% (02) faz a aquisição de garrações de água mineral e 4% (01) utiliza a prática da água fervida.

#### 4.2.8.2 Esgotamento Sanitário

O esgotamento sanitário é constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias à coleta, ao transporte, ao tratamento e à disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até sua destinação final para produção de água de reuso ou seu lançamento de forma adequada no meio ambiente.

Gráfico 49: Tipos de fossas utilizadas.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2025.

Dados do IBGE, 2022 apontam que 81,09% das residências de Concórdia do Pará possuem banheiros de uso exclusivo. A pesquisa de campo realizada no bairro Jambeiro perguntou sobre os tipos de fossas utilizadas nas residências dos entrevistados, cujas respostas foram assim elencadas: 62% (13) responderam possuir fossas sépticas, 19% (04) possuem fossas rudimentar, 10% (02) céu aberto, 5% (01) não possui e 5% (01) não respondeu.

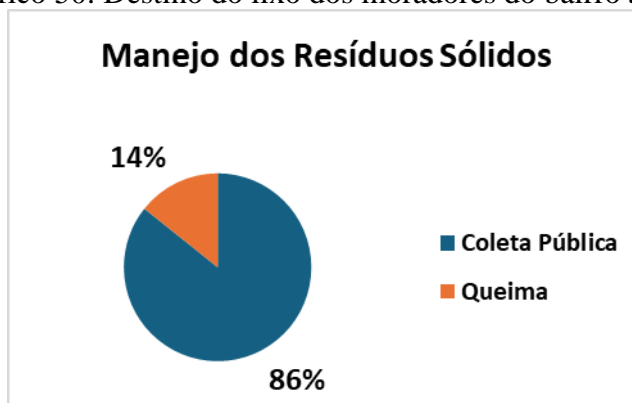
#### 4.2.8.3 Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos

A limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos são constituídos pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais de coleta, varrição manual e mecanizada, asseio e conservação urbana, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos de limpeza urbana.

Dados do IBGE, 2022 apontam que 70,23% das residências de Concórdia do Pará têm coleta de lixo. A pesquisa de campo realizada no bairro Jambeiro perguntou aos moradores

qual o destino que eles davam ao lixo e assim eles responderam: 86% (18) destinam a coleta pública, onde 12 (doze) entrevistados responderam que a coleta pública passa 01 (uma) vez por semana, sempre às terças-feiras. E 14% (03) dos entrevistados responderam que queimam o lixo.

Gráfico 50: Destino do lixo dos moradores do bairro Jambeiro.

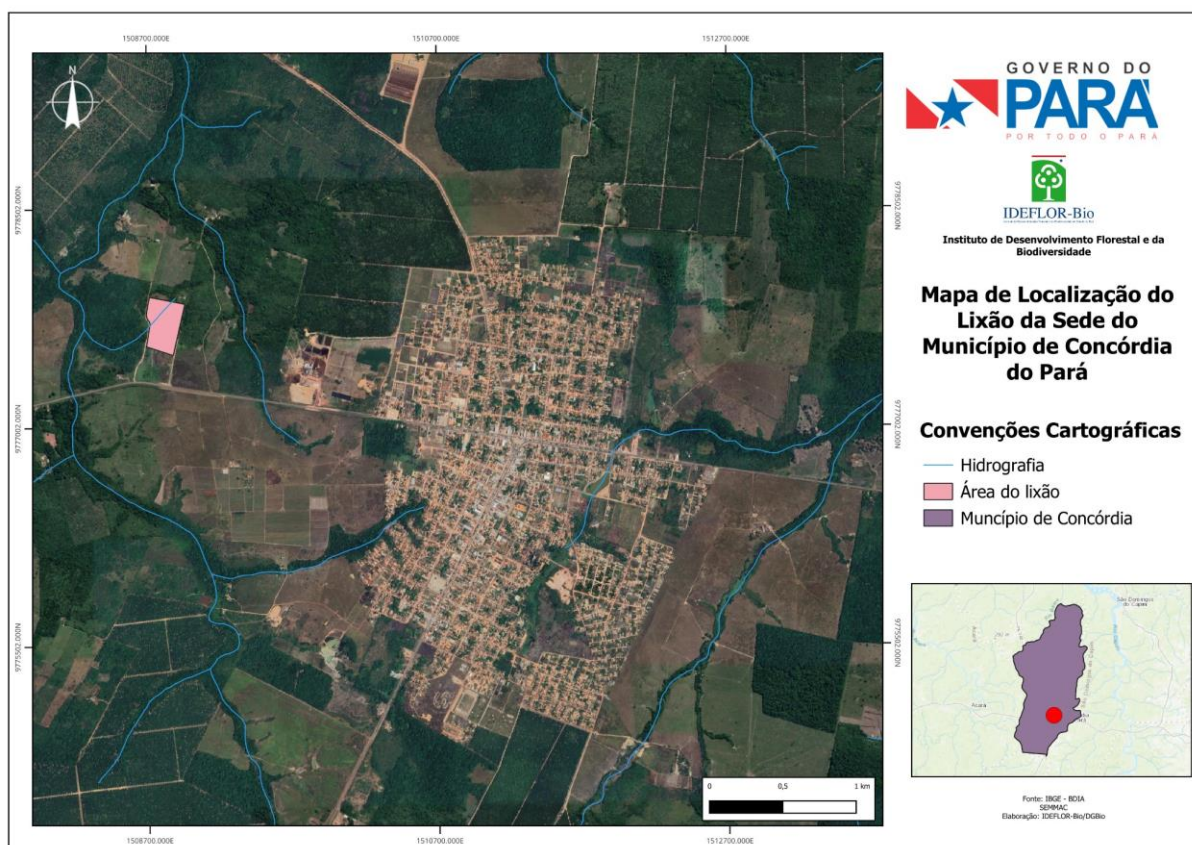


Fonte: Pesquisa de Campo, 2025.

De acordo com a Lei nº 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que proíbe a disposição inadequada de resíduos em lixões a céu aberto e trata de estabelecer período para que os municípios se estruturam com os aterros sanitários, assim como indica e proporciona certos benefícios para a construção de consórcios entre municípios vizinhos enfrenta desafios e dificuldade para ser implementada, devido principalmente os altos custos dos serviços, a dificuldade de fixar o local para a instalação do aterro e a lentidão no enfrentamento à problemática.

A figura 18, abaixo, mostra a localização da área do lixão e embora não esteja localizado nas proximidades diretas da área onde se pretende criar a unidade de conservação, os dados de geoprocessamento indicam a presença de mananciais hídricos na região, o que representa sérios riscos sanitários e ambientais tanto para o ecossistema quanto para a população local.

Figura 18: Mapa de Localização do Lixão do município de Concórdia do Pará.



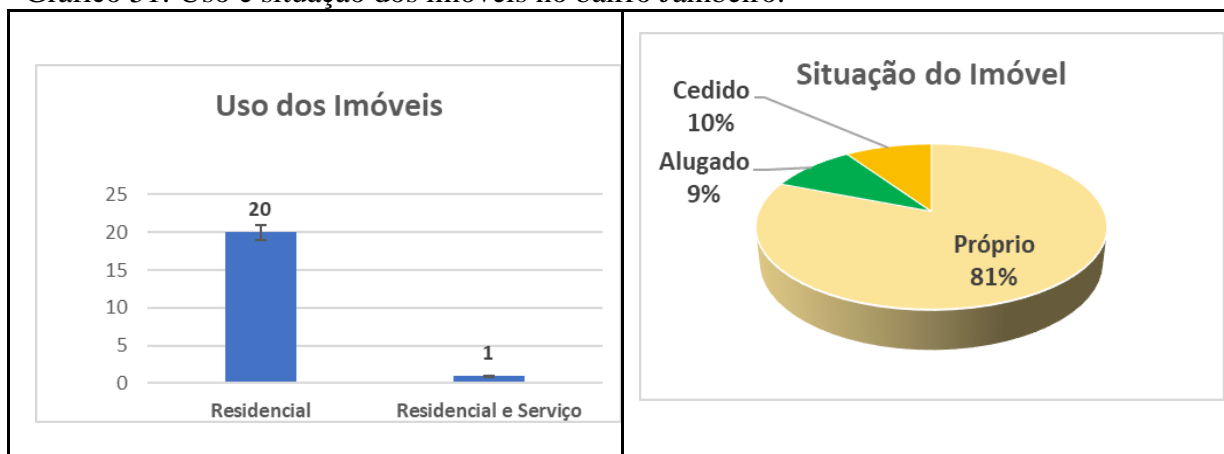
Fonte: SEMMAC/PMCP. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

O município de Concórdia do Pará, ainda não possui o aterro sanitário tão necessário, mas segundo Abreu et. all, 2023 soma esforços buscando mecanismos junto aos órgãos competentes para a efetivação dos Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, os quais com certeza garantirão melhor qualidade de vida aos seus munícipes e um ambiente ecologicamente mais equilibrado.

#### 4.2.9 Uso e Situação dos Imóveis, documentação e tipo de construção no bairro Jambeiro

Verificou-se que o uso dos imóveis no bairro Jambeiro se constitui na sua maioria (20) de uso residencial e apenas 01 utiliza para residência e serviço. A maioria dos residentes entrevistados 81% (17) declarou que o imóvel é próprio, 10% (02) declarou que o imóvel em que reside é cedido e 9% (02) é alugado. Esses dados são importantes porque remete para um maior sentimento de pertencimento do local.

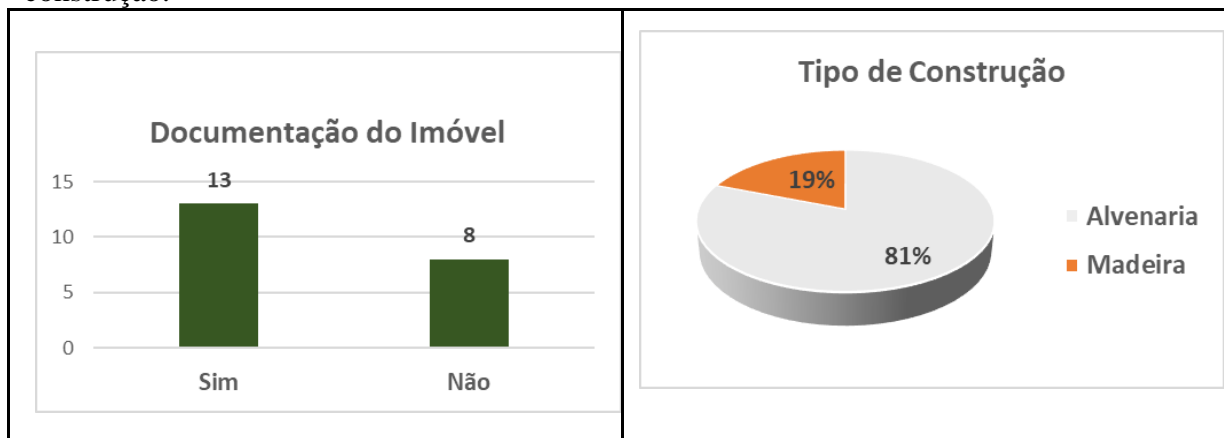
Gráfico 51: Uso e situação dos imóveis no bairro Jambreiro.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2025.

Referente à documentação dos imóveis, 13 entrevistados responderam que possuem algum tipo de documentação e 08 responderam que não possuem, se formos considerar os que vivem em imóvel cedido de terceiros e os quais residem de aluguel, sobrarão 04 entrevistados que declararam não possuir nenhum tipo de documentação, mas relataram que somente após o término do pagamento das parcelas pagas para o proprietário que lhes vendeu é que receberão o documento. Dos quais responderam possuir documentação do imóvel, a totalidade (13) informou que possuem o Recibo ou Documento de Compra e Venda.

Gráfico 52: Número de residentes que possuem documentação do imóvel e tipo de construção.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2025.

A partir de observações em campo foi possível afirmar que dos imóveis construídos ou em processo de construção, 81% (17) foram construídos de alvenaria e 19% (04) construídos de madeira, ambas com cobertura de telha de barro e esquadrias (portas, janelas e balancins) de madeira (18), madeira e vidro (02) e somente vidro (01).

Como forma de padronizá-las de acordo com as necessidades dos moradores, recomenda-se que esforços sejam feitos para a elaboração de uma planta de casas que consiga



unir funcionalidade, estilo e o meio ambiente, assim como a arborização dos lotes e a prefeitura junto aos órgãos habitacionais e financeiros consiga linha de créditos com taxas de juros acessíveis para o financiamento das construções.

#### 4.3 LEVANTAMENTO INSTITUCIONAL

O Levantamento Institucional é uma das etapas necessárias para o processo de criação de Unidade de Conservação referente ao levantamento dos potenciais Instituições afins para ser convidadas no momento da realização da Consulta Pública e posteriormente na implementação e gestão da unidade. As Instituições, dependendo de seu envolvimento e interesse, podem ser potenciais parceiras na criação e gestão de Unidades de Conservação, principalmente na composição do Conselho Gestor que deve ser criado para a Unidade.

O Levantamento Institucional foi realizado em três períodos: o primeiro se deu no mês de janeiro de 2025, onde a DGBio/IDEFLOR-Bio minutou a primeira versão coletando informações do site da prefeitura de Concórdia do Pará, realizou pesquisas na internet e no site da Imprensa Oficial do Estado do Pará (IOEPA). O segundo momento ocorreu no período de 17 a 21.02.2025, quando a DGBio/IDEFLOR-Bio repassou a minuta à SEMMAC para complementação de informações e inclusão de novos órgãos, associações e empresas privadas. O terceiro período ocorreu em 05 a 07/03/2025, quando a DGBio/IDEFLOR-Bio revisou, inseriu dados da coleta de informações de campo no bairro Jambeiro e encaminhou para a SEMMAC para complementação de informações e assim fechando a versão final em 13 de março de 2025. Concomitante, no período de 17 a 21.02.2025 foi realizado registro fotográfico de órgãos e locais de alguns prédios da cidade de Concórdia do Pará.

O levantamento institucional que vai anexo a este diagnóstico é composto por órgãos governamentais, sendo 17 Instituições governamentais municipais, 07 (sete) estaduais e 01 (um) federal. Instituições de ensino superior, sendo 02 (duas) públicas e 04 (quatro) privadas. Organizações Não-Governamentais, sendo 13 Associações. Empreendimentos privados, como 02 (duas) empresas, 01 (uma) rádio, 04 (quatro) hotéis, 03 (três) restaurantes e 01 (uma) oficina de serviço de eletrônica. Templos religiosos, sendo 01 (uma) Igreja e Comunidade Católica e 05 (cinco) Igrejas Evangélicas. E 20 moradores, representantes do bairro Jambeiro.

Quadro 13: Registro de algumas instituições que compõem o levantamento localizadas na sede do município de Concórdia do Pará.

| Nº | Instituições   | Responsáveis               |
|----|--|----------------------------|
| 01 | Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará                | Elisângela Paiva Celestino |
| 02 | Secretaria Municipal de Assistência Social               | Elizete Celestino          |
| 03 | Centro de Referência Especializado de Assistência Social | Delma Cristina Oliveira    |



|    |  |  |
|----|--|--|
| 04 | Secretaria Municipal de Educação   | Carmem Lúcia Guimarães                 |
| 05 | Secretaria Municipal de Obras e Transportes                                | Edivaldo Paiva Celestino               |
| 06 | Secretaria Municipal de Meio Ambiente                                      | Magnaldo Meneses de Andrade            |
| 07 | Hospital Municipal João Lins de Oliveira                                   | Sorruck Sandra Ricarty Leite           |
| 08 | Câmara Municipal de Vereadores   | Luan Feio da Silva                     |
| 09 | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará - EMATER | Raimundo Ferreira da Silva             |
| 10 | Banco do Estado do Pará - BANPARÁ  | Eduardo Tayguara                       |
| 11 | Cooperativa de Transporte de Concórdia                                     | Maria de Jesus de Souza Mendonça       |
| 12 | Associação dos Motos Condutores  | Francisco Ronis Souza Lima             |
| 13 | Empresa Dende do Tauá S/A Dentaui  | Rodolfo Casarin                        |
| 14 | Empresa: Brasil Bio Fuels Reflorestamento, Indústria e Comércio S/A        | Milton Steagall                        |
| 15 | Restaurante e Lanchonete Escondidinho                                      | Antônio da Silva Aires                 |
| 16 | Café D'Marias - Café e Restaurante   | Geilson Cristo Benício                 |
| 17 | Açaí e Restaurante Regional  |  |
| 18 | Oficina de serviço de eletrônica no loteamento                             | David Henrique Silva                   |
| 19 | Igreja e Comunidade Nossa Senhora da Conceição                             | Adriano Souza da Silva                 |
| 20 | Igreja Assembleia de Deus Congregação Monte Sinai                          | Pr. Elim Cavalcante de Paula Guimarães |
| 21 | Igreja do Evangelho Quadrangular   | Francisco Rodrigues de Souza           |
| 22 | Igreja Assembleia de Deus Templo Central                                   | Pr. Elim Cavalcante de Paula Guimarães |
| 23 | Igreja Adventista do Sétimo Dia  | Pr. Emanuel Nascimento                 |
| 24 | Igreja Assembleia de Deus Congregação Novo Horizonte                       | Pr. Elim Cavalcante de Paula Guimarães |

Fonte: Site da Prefeitura de Concórdia. Google. IOEPA. SEMMAC. Pesquisa de Campo, 2025.

Figura 19: Registro fotográfico de algumas instituições que compõem o Levantamento Institucional localizadas na sede do município de Concórdia do Pará.



















Fonte: Pesquisa de campo, 2025.



## **5 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DA ÁREA**

Para a análise da situação fundiária da área proposta para criação de Unidade de Conservação Municipal, denominada “Mapema”, localizada em área urbana do município de Concórdia do Pará, foi consultado Leis e Decretos municipais de Concórdia, documento de doação da área, Parecer Técnico do IDEFLOR-Bio, consulta e análise no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) do Instituto Nacional de Colonização Nacional e da Reforma Agrária (INCRA) e pesquisa de campo com residentes do bairro Jambreiro, localizado no entorno da futura Unidade de Conservação.

Ainda, no de 2023, visando uma maior proteção da área com fiscalização, educação ambiental e segurança jurídica na área da Matinha/ Mapema o IDEFLOR-Bio orientou e minutou o Decreto que visava estabelecer limitação administrativa provisória na área específica denominada de Mapema no município de Concórdia do Pará, Estado do Pará, nos termos do Art. 22-A da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, o qual se transformou em Decreto Municipal de nº 026/2023 de 25 de outubro de 2023, assinado pela prefeita Elisângela Paiva Celestino e publicado conforme a Lei Municipal nº 296/2009 de 08/04/2009, além de mencionar o tamanho da área em 8,7980 ha (oito hectares, 79 ares e 80 centiares), ele descreve o memorial descritivo por meio das coordenadas geográficas, assim como estabelecia no Art. 3º as atividades que não eram permitidas no interior da área e no art. 4º e 5º estabelece, respectivamente, a vigência do Decreto até a criação legal da área e designa a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAC) para tomar as devidas providências, referente à assinatura pelo prefeito e publicação.

Posteriormente, em 11 de novembro de 2024, foi assinado o TERMO DE DOAÇÃO pela prefeita do município de Concórdia do Pará, ELISANGELA PAIVA CELESTINO, perante a Secretária Municipal de Meio Ambiente (SEMMAC), representada pela Sra. MERIAN NACIMENTO DE ABREU e pela sra. SOLANGE FATIMA DESENGRINI que resolveu doar uma área no tamanho de 62.337,82 m<sup>2</sup>, para fins de preservação ambiental e ecológica de interesse público conforme as coordenadas geográficas, memorial descritivo e mapa anexo. Quanto a destinação para a criação de Unidade de Conservação Municipal há que se resolver as pendências fundiárias, quais sejam, a doadora deverá solicitar ao cartório competente o desmembramento da área doada no tamanho de 62.337,82m<sup>2</sup> ou seja 6,2337 (seis hectares, 23 ares e 37 centiares) da área total do imóvel que é de 220.7670hectares sob o nº de matrícula 3.370 para registro no nome da Prefeitura de Concórdia do Pará para que seja incluído na Gleba Patrimonial do município, e posterior inclusão no Sistema de Gestão



Fundiária (SIGEF), isso garantirá o processo legal da propriedade e evitará possíveis sobreposições futuras na área. Ressaltamos que da área inicial que consta no Decreto da ALAP para a área doada houve uma diminuição de aproximadamente 2,0000 hectares (dois hectares). Sendo assim, para que seja incluído nas categorias de Parque Municipal Ambiental, parte do grupo de Proteção Integral. Ou inserido na categoria de Bosque Municipal, na do grupo de Uso Sustentável é necessário verificar qual categoria se enquadraria da melhor forma, cujas definições dessas categorias descreveremos abaixo.

## 5.2 DEFINIÇÃO DE PARQUE MUNICIPAL AMBIENTAL

Com a Lei 10.306/2023 que Institui a Política Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (PEUC) e dispõe sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC), Art. 14. O Parque Municipal Ambiental tem como objetivo

a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental e de turismo ecológico.

Parágrafo único. Nos casos em que o Parque for criado pelo Estado ou Município, as unidades de conservação dessa categoria serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual Ambiental e Parque Municipal Ambiental.

A visitação pública em Parque Municipal (...) está sujeita às condições estabelecidas no Plano de Gestão da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento (Art. 37, § 1º).

Como a referida lei ao instituir a nova nomenclatura de Parque Municipal Ambiental apenas alterou a nomenclatura Parque Natural Municipal do art. 11 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), presume-se que as demais definições sejam utilizadas como consta no SNUC, quais sejam

§ 1º O Parque (...) é de posse e domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

(...)

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecido, bem como àquelas previstas em regulamento.

(...)

## 5.2 DEFINIÇÃO DE BOSQUE MUNICIPAL

No âmbito da mesma Lei do SEUC, é previsto a categoria de manejo Bosque Ambiental, inserida no grupo de Uso Sustentável. Conforme o Art. 35.

O Bosque Municipal é uma área pequena, de domínio público, com certo grau de interferência humana, que apresenta vegetação nativa ou condições de recuperação dos ecossistemas, inclusive recursos hídricos, localizada inserida ou no entorno das sedes municipais, vilas, povoados e vias de acessibilidade terrestre e aquática.

E segundo o § 1º o Bosque Municipal tem como objetivos:

I - manter a área, predominantemente, com vegetação nativa; II - reduzir os efeitos adversos da mudança do clima, em especial o controle da temperatura, da umidade e o estoque de carbono; III - favorecer a biodiversidade; IV - melhorar a qualidade de vida da população; V – incentivar e possibilitar a realização de estudos e pesquisas; e VI - estimular e promover atividades de educação e interpretação ambiental em contato com a natureza, assim como o turismo ecológico e comunitário.

§2º São permitidas propriedades privadas na área de abrangência do Bosque Municipal, desde que compatíveis com os objetivos da unidade de conservação, de acordo com o que dispuser o seu Plano de Gestão.

§3º Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas, ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão gestor competente para a coexistência do Bosque Municipal com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei.

§4º A nomeação do Bosque priorizará as características regionais, a localização e/ou a valorização da cultura local, confirmada em Consulta Pública.

§5º A infraestrutura do Bosque Municipal deve ser voltada para proteção da flora e da fauna, que permita atividades físicas, recreação e lazer ao ar livre compatíveis com os objetivos de conservação da natureza. (Lei 10.306/2023, §1º, 2º, 3º, 4º e 5º).

Na mesma Lei é previsto a visitação pública em unidades de conservação que conforme os artigos 36 e 37 versam que:

A visitação nas unidades de conservação deverá observar o disposto pelo órgão gestor, em regulamentação específica, assim como no plano de gestão da unidade (Art. 36). Parágrafo único. Nos casos de unidades de conservação estabelecidas em áreas privadas, a visitação somente ocorrerá mediante anuência prévia do proprietário, conforme disposto em lei.

A visitação pública é permitida em todas as categorias de unidades de conservação de uso sustentável e devem ser regulamentadas nos Planos de Gestão de Unidades de Conservação (Art. 37, § 2º).

A visitação pública deve ser estimulada em unidades de conservação de uso sustentável como ferramenta de valorização e conservação da sociobiodiversidade local e dos benefícios ecossistêmicos prestados pela unidade (Art. 37, § 4º).

Em ambas as unidades, a visitação deverá observar o disposto pelo órgão gestor, em regulamentação específica, assim como no plano de gestão da unidade. E nos casos de unidades de conservação estabelecidas em áreas privadas, a visitação somente ocorrerá mediante anuência prévia do proprietário (Lei 10.306/2023, Art. 36. Parágrafo Único).

Quadro 14: Diferença entre Parque Municipal Ambiental e Bosque Municipal.

| Grupos | Categorias | Objetivos | Restrições |
|--------|------------|-----------|------------|
|--------|------------|-----------|------------|

|                   |  |   |  |
|-------------------|--|---|--|
| Proteção Integral | Parque Municipal Ambiental   | Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental e de turismo ecológico.   | <p><b>Visitação:</b> está sujeita às condições e estabelecidas no Plano de Gestão da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento.</p> <p><b>Domínio da Terra:</b> O Parque é de posse e domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.</p> <p><b>Pesquisa científica:</b> depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecido, bem como àquelas previstas em regulamento.</p>   |
| Uso Sustentável   | <p><b>Bosque Municipal:</b> é uma área pequena, de domínio público, com certo grau de interferência humana, que apresenta vegetação nativa ou condições de recuperação dos ecossistemas, inclusive recursos hídricos, localizada inserida ou no entorno das sedes municipais, vilas, povoados e vias de acessibilidade terrestre e aquática.</p> | <p>I - manter a área, predominantemente, com vegetação nativa; II - reduzir os efeitos adversos da mudança do clima, em especial o controle da temperatura, da umidade e o estoque de carbono; III - favorecer a biodiversidade; IV - melhorar a qualidade de vida da população; V - incentivar e possibilitar a realização de estudos e pesquisas; e VI - estimular e promover atividades de educação e interpretação ambiental em contato com a natureza, assim como o turismo ecológico e comunitário.</p> | <p><b>Propriedade privada:</b> São permitidas propriedades privadas na área de abrangência do Bosque Municipal, desde que compatíveis com os objetivos da unidade de conservação, de acordo com o que dispuser o seu Plano de Gestão.</p> <p><b>Incompatibilidade de objetivos:</b> Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas, ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão gestor competente para a coexistência do Bosque Municipal com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei.</p> <p><b>Prioridade do Bosque:</b> A nomeação do Bosque priorizará as características regionais, a localização e/ou a valorização da cultura local, confirmada em Consulta Pública.</p> <p><b>Infraestrutura:</b> A infraestrutura do Bosque Municipal deve ser voltada para proteção da flora e da fauna, que permita atividades físicas, recreação e lazer ao ar livre compatíveis com os objetivos de conservação da natureza.</p> |

Fonte: Lei 10.306/2023, PEUC/SEUC.

### 5.3 DEFINIÇÃO DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Salienta-se, ainda, que a área em análise denominada de Matinha ou Mapema e toda a sua biodiversidade envolvida, mesmo sendo preservado em lei por ser Área de Preservação Permanente (APP), precisa, obrigatoriamente, ser ratificado na preservação local como Unidade de Conservação. Onde, a Lei Federal nº 12.651, de 25/05/2012, Art. 3º, conceitua APP da seguinte forma:

II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. (BRASIL, 200, Art. 3). Ainda de acordo com a lei supracitada, no seu Art. 4º, considera-se como APP, em zonas rurais ou urbanas: I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: a) 30 (trinta) metros, para os

cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura; b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura; d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura; e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros; II - as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de: a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros; b) 30 (trinta) metros, em zonas urbanas; (...) IV - As áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água, qualquer que seja a sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros; IV - As áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros; (Redação dada pela Medida Provisória nº 571, de 2012). IV - As áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros; VI - As restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues; VII - os manguezais, em toda a sua extensão; (...) (BRASIL, 2012, Art. 4).

O Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio), no âmbito do Projeto Apoio à Criação de Unidades de Conservação Municipais, executado pela Diretoria de Gestão da Biodiversidade (DGBio), apoia o município de Concórdia do Pará, localizado na Região de Integração Rio Capim, na preservação e conservação de seus ecossistemas terrestres e aquáticos e toda sua biodiversidade englobada, subsidiando-o na criação da primeira Unidade de Conservação do município de Concórdia do Pará, ou na categoria Parque Municipal Ambiental ou Bosque Municipal, subsidiando com este diagnóstico socioeconômico e da situação fundiária, somado aos diagnósticos do meio físico e biológico (fauna e flora).

A Criação amparada legalmente pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 e pela Política Estadual de Unidades de Conservação e Sistema de Unidades de Conservação disposto na Lei Estadual 10.306 de 22 de dezembro de 2023 dará mais visibilidade à questão ambiental com a criação da Unidade de Conservação Municipal no município de Concórdia do Pará de acordo com a categoria de manejo legalmente constituída.

Os aspectos socioeconômicos e da situação fundiária foram demonstrados de forma espacial, numérica e qualitativamente como forma de subsidiar e ser aprofundado quando da implementação e gestão da unidade de conservação, por meio da elaboração do Plano de Gestão que deverá ficar pronto no prazo de (05) cinco anos a contar da criação legal da unidade.

Seguindo as etapas do processo de criação há a necessidade da realização de consulta pública para que seja referendado pelos órgãos governamentais e não-governamentais e pelas

populações locais do entorno. Assim como a consolidação do resumo dos estudos, os resultados da consulta, exposição de motivos, ficha técnica, memorial descritivo, mapa ajustado, se for o caso, e minuta de projeto de Lei ou minuta de Decreto municipal.

## **6 CONCLUSÕES**

Todas as informações relacionadas as tratativas, a pesquisa de campo e os levantamentos de informações secundárias de órgãos oficiais e de documentos técnicos científicos apresentadas neste diagnóstico contribuirão como subsídios para análise na decisão de criação da Unidade de Conservação Municipal proposta.

Conhecer a divisão territorial em que o município de Concórdia se insere, qual seja a Região de Integração Rio Capim, os municípios que ali fazem parte, assim como obter uma visão global das condições sociais e econômicas do município, também contribuirá fortemente para a criação, implementação e gestão da referida unidade.

Criação de uma unidade de conservação remete, também, para entender as condições socioeconômicas e estruturais de seu entorno, no caso específico as condições de vida das pessoas que residem no bairro Jambreiro e seu entorno.

Portanto, será um avanço significativo o município de Concórdia criar a sua primeira Unidade de Conservação Municipal, sendo a quarta a ser criada na Região de Integração Rio Capim. Sabe-se que as categorias Parque Municipal Ambiental e Bosque Municipal são as categorias que se enquadram perfeitamente na proposta, entretanto uma pede mais restrição que outra, assim como uma preserva mais que a outra e os diagnósticos mostraram o que a área mais precisa e a Consulta Pública ouvirá os anseios dos munícipes e decidirá pela melhor proposta.

## **7 RECOMENDAÇÕES**

As recomendações aqui propostas se divide em dois momentos, algumas já poderão ser implementadas pela prefeitura de Concórdia do Pará com a coordenação da SEMMAC e outras recomendações demandam a implementação da unidade e a elaboração do Plano de Gestão, são elas:

1. Analisar a possibilidade de criar corredores ecológicos para conectar o bosque a outras áreas verdes, aumentando a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos.
2. Intensificar a educação ambiental com a população do entorno e com os visitantes da futura Unidade de Conservação para a proteção dos corpos hídricos, evitando assim o descarte

de resíduos sólidos e poluentes ao longo do curso hídrico, o que pode causar grandes consequências ambientais.

3. Intensificar a fiscalização preventiva na área.
4. Os igarapés devem passar por um processo de desobstrução, com a retirada parcial de troncos que foram colocados propositalmente a fim de impedir o escoamento da água, e do folhicho acumulado em bancos de areia, que impedem a passagem da água, o cuidado com a retirada deve ser observado para que a fauna aquática não fique desabrigada.
5. Garantir a proteção dos cursos d'água, evitando o uso dos igarapés por um período determinado para manter a diversidade local e todas as redes de interação que ocorrem na interface água-floresta até a sua total recuperação e regeneração.
6. Intensificar a Educação Ambiental, colocando placas educativas e anexando lixeiras de tamanho adequado e que sejam efetivamente recolhidas por pessoal da prefeitura que devem ser implantadas em pontos estratégicos da unidade e recomenda-se, ainda, a coleta seletiva com os moradores do bairro Jambeiro e na entrada da área, com a definição de cada resíduo, separado em cores, assim a população poderá dar o destino correto ao seu resíduo.
7. Implementar projetos de recuperação de nascentes, igarapé e com a recomposição da vegetação ciliar, para que haja maior preservação dos barrancos e evitando a erosão.
8. Aprofundar os estudos sobre o igarapé da Onça, no período do inverno amazônico, visto que os levantamentos para a criação se deram apenas no período do verão amazônico.
9. Recomenda-se a identificação das árvores inseridas na área, por um especialista em taxonomia, com envio de uma amostra para um herbário, junto com fotos digitais, tiradas de ângulos diferentes, e com informações sobre o local e a altura da planta.
10. Fazer com que o art. 117, Parágrafo único da Lei Estadual 10.306/2023 (PEUC/SEUC) que altera o art. 4º da Lei Estadual 7.638/2012 (ICMS Verde), que passa a vigorar com a redação “deverão ser destinados às unidades de conservação municipais, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos recursos recebidos pelos municípios” seja cumprida.
11. Recomendamos o mapeamento dos poços e a análise química e bacteriológica detalhada de amostras da água dos poços do bairro Jambeiro para comprovação de evidências científicas.
12. Recomendamos que quando da implementação da unidade e quando da elaboração do Plano de Gestão na elaboração dos **programas de pesquisas**, sejam aprofundados e ampliados os estudos de botânica, composição florística e avifauna para consulta mais

detalhadas das espécies que poderão se encontrar na Lista das Espécies ameaçadas, a fim de realizar uma avaliação de risco na área.

13. Recomendamos que quando da implementação da unidade e quando da elaboração do Plano de Gestão na elaboração do **programa de Uso Público**, buscar integrar a unidade ao tecido urbano, promovendo a permeabilidade do espaço e incentivando o uso público, com visitas, práticas de educação ambiental, trilhas interpretativas e guiadas, avistamento de animais e outros equipamentos para o uso público, sempre respeitando a capacidade de carga do ambiente.

14. Recomendamos que quando da implementação da unidade e quando da elaboração do Plano de Gestão na elaboração do **programa de Sustentabilidade Financeira**, seja garantido recursos financeiros para a implementação e manutenção das ações de gestão, e estabelecer parcerias com instituições de pesquisa, universidades e outras organizações da sociedade civil para fortalecer as ações de conservação.

15. Recomendamos que quando da implementação da unidade e quando da elaboração do Plano de Gestão na elaboração do **programa de Valorização da Comunidade do entorno**, seja intensificado a Educação Ambiental, a coleta seletiva, o ordenamento, a infraestrutura, o saneamento, a padronização dos imóveis e a arborização com os residentes do bairro Jambuí para que os impactos ambientais sejam zero no entorno da futura Unidade de Conservação.

16. Recomendamos que quando da implementação da unidade e quando da elaboração do Plano de Gestão na elaboração do **programa de Fiscalização e Monitoramento**, seja implementado um sistema de monitoramento da vegetação para acompanhar a evolução da floresta e detectar possíveis alterações.

17. Recomendamos que quando da implementação da unidade e quando da elaboração do Plano de Gestão na elaboração do **programa de Educação Ambiental**, sejam inseridos como material pedagógico, palestras, cartilhas e vídeos que incentivem a visita e o cuidado da área para que a comunidade do entorno e a população em geral conheçam sua biodiversidade, entendam o que pode ou não ser feito, adquiram o sentido de pertencimento ao local, tenham participação na gestão do espaço e adquiram a consciência sobre a importância da conservação da unidade.

18. Recomenda-se a construção de lideranças e controle social no bairro Jambuí para que entre outras ações possam capitalizar serviços e políticas públicas para o bairro e para que venham a participar da criação, implementação e gestão da Unidade de Conservação a ser criada legalmente.



## REFERÊNCIAS

ABREU, MERIAN NASCIMENTO DE. et. All. CONCÓRDIA MAIS VERDE E SUSTENTÁVEL. Artigo apresentado no III Congresso On-line de Conservação e Educação Ambiental. Publicado na Revista Multidisciplinar de Educação e Meio Ambiente. V. 4, Nº 3, 2023. 5p.

ANJOS, Camila Saraiva dos; SANTOS, Lucyana Barros; OLIVEIRA, Rubens de Aquino. DIAGNÓSTICO BIOLÓGICO visando a Criação de Unidade de Conservação da Natureza Municipal em Concórdia do Pará. DGBio/IDEFLOR-Bio. Belém/Pa, 2025. 76p. Disponível em: <https://ideflorbio.pa.gov.br/wp-content/uploads/2025/05/6DIGNS1.pdf>. Acesso em 13 maio. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 6 maio 2025.

BRASIL. Decreto 7.272 de 05 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm). Acesso em 23 mar. 2025.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A tributação da propriedade urbana no Brasil: avaliação e propostas. Boletim Regional, Urbano e Ambiental, n. 18, p. 97-114, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8473>. Acesso em 10 abr. 2025.

BRASIL. Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm#art3](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm#art3). Acesso em 23 mar. 2025.

BRASIL. Lei 14.026 de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 e dá outras providências. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/114026.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114026.htm). Acesso em 25 mar. 2025.

BRASIL. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. 2. ed. aum. Brasília: MMA/SBF, 2002, 52p.

Cartografias da Violência na Amazônia (livro eletrônico) / organização Renato Sérgio de Lima, Samira Bueno, Aiala Colares Couto. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. 14p.

CONCÓRDIA DO PARÁ. História. Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará. Disponível em: <https://concordiadopara.pa.gov.br/o-municipio/historia/>. Acesso em 5 maio 2025.

CONCÓRDIA DO PARÁ. Prefeitura Municipal. Lei nº 1.150/2024 de 19 de março de 2024. Dispõe Sobre a Criação e Denominação do Bairro Jambeiro do Município de Concórdia do Pará e dá Outras Providências. Publicado em 19/03/2024 pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

CONCÓRDIA DO PARÁ. Relatório Anual de Controle Interno – Exercício 2020. Disponível em: <https://www.portalcr2.com.br/balanco-relatorio-anual/relatorios-anuais-concordia-do-para>. Acesso em 13 mar. 2025.

CONCÓRDIA DO PARÁ. Relatório Anual de Controle Interno – Exercício 2021. Disponível em: <https://www.portalcr2.com.br/balanco-relatorio-anual/relatorios-anuais-concordia-do-para>. Acesso em 13 mar. 2025.

CONCÓRDIA DO PARÁ. Relatório Anual de Controle Interno – Exercício 2022. Disponível em: <https://www.portalcr2.com.br/balanco-relatorio-anual/relatorios-anuais-concordia-do-para>. Acesso em 13 mar. 2025.

CONCÓRDIA DO PARÁ. Relatórios Anuais – Balanço Patrimonial. Portal CR2, 2024. Disponível em: <https://www.portalcr2.com.br/balanco-relatorio-anual/relatorios-anuais-concordia-do-para>. Acesso em 11 mar. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO PARÁ; Prefeitura de Concórdia do Pará. Ação Saúde em Concórdia do Pará. Disponível em: [https://www.instagram.com/reel/C6yRcyKuWcw/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link](https://www.instagram.com/reel/C6yRcyKuWcw/?utm_source=ig_web_copy_link). Acesso em 28 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Áreas urbanizadas do Brasil 2019. Diretoria de Geociências, Coordenação de Meio Ambiente. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15789-areas-urbanizadas.html?=&t=downloads>. Acesso em 5 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: população residente, por situação do domicílio (urbana/rural) – Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=41851&t=resultados>. Acesso em 5 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: características gerais dos moradores, por sexo e grupos de idade – Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2023b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html?=&t=resultados>. Acesso em 6 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Histórico do município de Concórdia do Pará. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/concordia-do-para/historico>. Acesso em 5 maio 2025. ([s.d.])b

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Panorama do município de Concórdia do Pará. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/concordia-do-para/panorama>. Acesso em 5 maio 2025. ([s.d.]a)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produto Interno Bruto dos Municípios. Rio de Janeiro: IBGE, 2023c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>. Acesso em 6 maio 2025.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ (IDEFLOR-Bio). Roteiro de Criação de Unidade de Conservação Municipal. Belém (no prelo).

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA (IPEA). Sociedade, Participação Social e Controle Social: Crescimento dos estabelecimentos religiosos no país é liderado por igrejas pentecostais e neopentecostais. Nota Técnica de Fernanda De Negri; Weverthon Machado; Eric Jardim. 2023. Disponível em: [ipea.gov.br/portal](https://ipea.gov.br/portal). Acesso em 13 mar.2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Sinopse Estatística da Educação Básica 2023. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em 19 jun. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Sinopse Estatística da Educação Superior 2022. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em 19 jun. 2024.

LOBATO, Crisomar. Conservação Ambiental no Estado do Pará (Unidades de Conservação da Natureza para o Estado do Pará). Belém: Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará – IDESP, Rev. Pará Desenvolvimento, Edição Especial. Belém, p.28-41, 1992.

MARTINEZ, Bruno José Ferreira da Silva. DIAGNÓSTICO DO MEIO FÍSICO visando a Criação de Unidade de Conservação da Natureza Municipal em Concórdia do Pará. DGBio/IDEFLOR-Bio. Belém/Pa, 2025. 78p. <https://ideflorbio.pa.gov.br/wp-content/uploads/2025/05/5DIAGN1.pdf>. Acesso em 13 maio 2025.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Sinopse Estatística da Educação Superior 2021. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em 25 ago. 2023.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (MDS) - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) - Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome (SECF/MDS). III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2025 -2027). Aprovado pelo Pleno Ministerial da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) em 19.02.2025. Brasília/DF, 2025. 165p. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e>

conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/iii-plano-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-e-aprovado. Acesso em 10 abr. 2025.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA DO PARÁ. Decreto Municipal nº 026, de 10 de outubro de 2023. Estabelece limitação administrativa provisória na área específica denominada de Mapema no município de Concórdia do Pará, Estado do Pará, nos termos do Art. 22-A da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Prefeitura de Concórdia do Pará/Pa, 2023.

PARÁ. Decreto Estadual 2.129 de 20 de janeiro de 2022. Dispõe sobre a regionalização do Estado do Pará e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial do Estado nº 34.839 de 21.01.2022. Disponível em: <https://www.ioepa.com.br/portal/#3>. Acesso em 7 abr. 2025.

PARÁ. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Perfil socioeconômico e ambiental do município de Concórdia do Pará. Belém: FAPESPA, 2023. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2025/02/Concordia-do-Para.pdf>. Acesso em 5 maio 2025.

PARÁ. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Radar de Desenvolvimento Regional 2024. Belém: FAPESPA, 2024. Disponível em: <https://fapespa.pa.gov.br/sistemas/radar2024/>. Acesso em 5 maio 2025.

PARÁ. Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (IDEFLOR-Bio). Catálogo das Unidades de conservação da natureza do Estado do Pará. Belém/Pa, 2024. 1ª edição. 76p.

PARÁ. Lei 10.306, de 22 de dezembro de 2023. Publicada no DOE nº de 35.658, de 26 de dezembro de 2023. Dispõe sobre a Política Estadual de Unidades de Conservação da Natureza e Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: [www.ioepa.pa.gov.br](http://www.ioepa.pa.gov.br). Acesso em 29 jan. 2024.

PARÁ. Lei 9.981, de 6 de julho de 2023. Publicada no DOE nº 35.463 de 07/07/2023. Institui a Política de Educação Formal para o Meio Ambiente, Sustentabilidade e Clima, vinculada à Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), e revoga a Lei Estadual no 5.600, de 15 de junho de 1990, que dispõe sobre a promoção da educação ambiental em todos os níveis, de acordo com o art. 225, inciso IV da Constituição Estadual do Pará. Disponível em <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/322681.pdf>. Acesso em 23 jan. 2025.

PARÁ. Unidades de conservação da natureza do Estado do Pará / (organização Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio). 1.ed. Belém/PA: Ed. dos Autores, 2024. 80p.

PARÓQUIA SÃO PEDRO E SÃO PAULO; Diocese de Abaetetuba. Festejo dos Padroeiros 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C7t7dBosAvQ/>. Acesso em 6 mar. 2025.  
Prefeitura de Concórdia do Pará. 1º Sarau Concordeense de Cultura: Prestação de Contas da Lei Paulo Gustavo. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/DCUFuh7Outp/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==](https://www.instagram.com/p/DCUFuh7Outp/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==). Acesso em 28 fev. 2025.

PREFEITURA DE CONCÓRDIA DO PARÁ. 3º Torneio de Pesca do Lago da Onça. Disponível em: <https://www.sympla.com.br/evento/3-torneio-de-pesca-do-lago-do-onca/2389028?referrer=www.google.com>. Acesso em 6 mar. 2025.

PREFEITURA DE CONCÓRDIA DO PARÁ. 6º Conferência Municipal do Meio Ambiente: “Emergências climáticas: O desafio da transformação ecológica no território de Concórdia do Pará”. Disponível em: <https://www.even3.com.br/6-conferencia-municipal-do-meio-ambiente-emergencias-climaticas-o-desafio-da-transformacao-ecologica-no-territorio-de-concordia-do-para-516831/>. Acesso em 28 fev. 2025.

PREFEITURA DE CONCÓRDIA DO PARÁ. Carnaval em Concórdia do Pará, Tradição, Beleza e Muita Folia! Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/19dXvmB8cx/>. Acesso em 28 fev. 2025.

PREFEITURA DE CONCÓRDIA DO PARÁ. VII Concurso Intermunicipal de Quadrilhas Juninas. Disponível em: [https://www.facebook.com/story.php/?story\\_fbid=423177184029655&id=100090121310202&\\_rdr](https://www.facebook.com/story.php/?story_fbid=423177184029655&id=100090121310202&_rdr). Acesso em 28 fev. 2025.

SEIXAS, Lorrany Brasil & SILVA, Gabriela de Jesus Gama da. TERRITORIALIDADE DA DINÂMICA FESTIVA NA VILA DO CRAVO, CONCÓRDIA DO PARÁ/PA. Artigo apresentado no VIII SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. Temática Geografia das Redes de Mobilização Social na América Latina: resistência e rebeldia desde baixo nos territórios de vida. Curitiba/PR, 2017. 11p. Disponível em [https://singa2017.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/12/gt02\\_1506840995\\_arquivo\\_trabalhofinalsinga2017.pdf](https://singa2017.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/12/gt02_1506840995_arquivo_trabalhofinalsinga2017.pdf). Acesso em 13 maio/2025.